Diário de Lisboa

ANO 55./18736 4$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A Ruella Ramos** Director-adjunto **José Cardoso Pires**

CAMPANHA ELEITORAL

PARTIDOS PODERÃO SER EXCLUÍDOS DA RÁDIO E TV

A proibição de utilizarem os meios audiovisuais de comunicação (Rádio e T. V.) até ao termo da campanha eleitoral pode ser imposta a alguns partidos já amanhã, pela Comissão Nacional das Eleições, na sequência do aviso ontem feito de que não serão tolerados abusos à lei, nomeadamente sob a forma de «ataques injuriosos ou difamatórios a pessoas e a partidos» ou «incitamentos ao ódio e à violência».

Segundo fonte que reputamos fidedigna, esta medida poderia vir a impender sobre partidos da chamada extrema-esquerda cujo acesso à RTP e às estações de Rádio se tem caracterizado frequentemente pelos ataques a outras formações políticas, e seus dirigentes, mais do que pela apresentação e propaganda das bases programáticas ou pela defesa de determinadas ópticas sectoriais.

A reunião de ontem da C. N. E. versou amplamente esse problema de fundo, ao mesmo tempo que debatia a questão do «voto em branco».

Eis o relato oficial difundido pelos serviços competentes:

«A Comissão Nacional das Eleições teve esta manhã uma sessão extraordinária com início às 10 horas.

Durante essa sessão a Comissão tomou conhecimento de que a Emissora Nacional tinha tornado público, em nome da Comissão, uma resposta à seguinte pergunta: «Poderá algum elemento do M. F. A. aconselhar a população no sentido de entregar o voto em branco, em campanha de esclarecimento?».

Esclarece-se que a resposta dada, embora tendo sido transmitida por inadvertência pelos Serviços de Secretaria da Comissão Nacional das Eleições, não foi apreciada e aprovada pela Comissão.

Impõe-se, nestas circunstâncias, dar conhecimento público da resposta adequada à referida pergunta, que é:

«Mesmo sem considerar a independência completa das estruturas das Forças Armadas, consignada constitucionalmente, conclui-se que o artigo 146.º da Lei Eleitoral não contempla a situação abrangida pela pergunta».

Em consequência, não é vedado aos elementos do M. F. A. tomar posição, concretamente, em campanhas de esclarecimento e de dinamização cultural, sobre o exercício do direito de voto, mediante o voto em branco.

Ainda em rectificação à resposta dada através da Emissora Nacional, deve acentuar-se que o voto em branco não se confunde com a abstenção, pelo que qualquer conselho no sentido do exercício do voto em branco não pode interpretar-se como meio de induzir os eleitores à abstenção de votar.

A Comissão Nacional das Eleições, no cumprimento da sua função de esclarecimento objectivo, já tem referido o alcance do exercício do direito de voto, em que não se exclui a possibilidade de o eleitor não ser obrigado a votar necessariamente em qualquer partido.

Entretanto, e porque este problema tem suscitado controvérsia e confusão, a Comissão Nacional das Eleições emi-

Continua na pág. 4

Pacto amanhã

Uma plataforma política a inscrever na futura Constituição e válida para um período de três a cinco anos — eis, em resumo, o pacto proposto pelo M.F.A. aos partidos, lido ontem à noite em edição especial do Telejornal pelo tenente Bargão dos Santos, director do Departamento de Informação da RTP, e pelo locutor Adriano Cerqueira.

Os partidos contactados terão de entregar até às 17 horas de hoje, as suas respostas ao texto definitivo. Amanhã às 11 e 30, no Palácio de Belém, realiza-se a cerimónia solene de assinatura, que o M.F.A. não pretende seja uma imposição às forças políticas partidárias, mas sim um reforço de defesa das conquistas já alcançadas.

A apresentação do pacto ao País foi precedida, cerca das 20 horas, por uma reunião no I.A.E.D.N. entre o M.F.A. e representantes de sete partidos (C.D.S., F.S.P., M.D.P./C.D.E., P.C.P., P.P.D., P.P.M. e P.S.). Confirmou-se assim o desinteresse de cinco formações pelo pacto. São elas a F.E.C. (m-l), L.C.I., M.E.S., P.U.P. e U.D.P. Isto significa que representantes seus eventualmente eleitos para a Constituinte não ficam vinculados a qualquer compromisso, mas demarca também, desde já, uma distanciação para com os órgãos políticos militares.

Entretanto o M.D.P./C.D.E. tornou já público que assinará amanhã o pacto, enquanto a F.S.P. declarou estar com «o M.F.A. progressita» (e com o pacto) e o P.C.P., pela voz de Jaime Serra, disse apoiar «sem reservas» o que classifica de «plataforma constitucional». O P.P.M. reúne esta tarde os membros do seu directório político, e o P.P.D. e o P.S., cujas comissões centrais não pudemos contactar, devem igualmente definir hoje as respostas a apresentar.

(Ler na pág. 6 o texto integral da plataforma do M.F.A.).

TRABALHADORES DA CENTRAL DE CERVEJAS ACUSAM ALVES CONDE

(Pág. 20)

EXÉRCITO ANGOLANO COMEÇA A FORMAR-SE

LUANDA, 10 — (DL) — Esta manhã voltaram a reunir os Estados Maiores das F.A.P.L.A. (forças do M.P.L.A.), das F.A.L.A. (U.N.I.T.), e do E.L.N.A. (da F.N.L.A.). Estas reuniões confirmam o desanuviamento que começa a observar-se entre os três Movimentos de Libertação, após o protocolo de acordo que assinaram há dois dias, pondo termo às hostilidades.

Também diversas comissões governamentais voltaram a reunir hoje, num sistema de regresso à normalidade. Esta situação parece indicar que o Governo de Transição de Angola reiniciou o seu funcionamento normal.

Entretanto, e ainda no domínio militar, a criação das forças internas, futuro Exército de Angola, está a processar-se em novos moldes. Todos os

Continua na pág. 20

O acordo da F. S. P. com o pacto proposto pelo M. F. A. aos partidos foi anunciado ontem em Setúbal por Manuel Serra. «Estamos com o M. F. A. progressista, que tem vencido os golpes e contragolpes da reacção e pensamos que a assinatura do pacto traduz o desejo de que a Revolução vá para a frente», afirmou, salientando a importância da aliança Povo/M. F. A. «Queremos o socialismo para já», disse ainda Manuel Serra.

Intervenção indiana no Sikkim

NOVA DELHI, 10 (FP) — Foi revelado em Nova Delhi que o chefe do Governo do Sikkim Kazi Adroji, pediu a intervenção imediata do Exército indiano no seu país, por causa das actividades subversivas do soberano apoiado na sua guarda pessoal. O «chogyal» (soberano) tem-se oposto à decisão indiana de transformar o reino em «Estado associado», decisão que é apoiada por Adroji e o seu partido, no poder em Gangtok, capital do Sikkim, pequeno território de 250 mil habitantes, na fronteira com a China.

Foi também revelado que o Exército indiano desarmou os 400 homens da guarda-pessoal do «chogyal».

Durante a luta, que provocou um morto e quatro feridos entre a guarda do soberano, teria sido igualmente ferido um soldado indiano.

Acusando o «chogyal» de conspiração, o ministro solicitou à Índia a deposição do soberano e a anexação pura e simples do Sikkim à Índia.

28 PÁGINAS

AMEAÇAS DO EXTERIOR NÃO NOS FARÃO RECUAR

— afirma o R.A.L.1

«Não serão, ainda, ameaças do exterior que nos farão recuar. À admissível probabilidade de uma derrota militar, numa guerra convencional, opõe-se a certeza inevitável de uma vitória poterior numa guerra subersiva, para a qual temos, se necessário, toda uma geração duramente preparada. Que disto fiquem bem cientes todos aqueles que ainda admitem como viável qualquer hipótese para o retrocesso do irocesso em curso», declarou o comendante do R.A.L.1, coronel Leal de Almeida, durante as omemorações do dia da Unidade que ontem tiveram lugar no quartel daquele Regimento. A cerimónia teve como motivo central a homenagem ao soldado Luís, morto no 11 de Março.

Mais detenções relacionadas com o 11 de Março

. Segundo apurámos esta manhã, junto de um porta-voz do Copcon, decorre ainda a operação desencadeada por forças daquele comando e que levaram à prisão, nos últimos dias, de nove oficiais, dezanove sargentos e três civis tidos como possíveis implicados no golpe de 11 de Março ou ainda como suspeitos de pertencerem ao E.L.P.

A lista (não oficial) dos detidos todos presos em Caxias é a seguinte: oficiais e sargentos: Jaime Manuel de Melo Brandão, oficial da Força Aérea; António Pedro Costa Quintela Emaús, António José Oliveira Medeiros, José Manuel Duarte Fernandes, José Manuel Balas Chinita Mira, Rui C. Soares Ferreira, José Manuel Henriques Campos Carvalho, Flávio Vítor Paulino Loreto, Abel Dias Correia, Mário José Bento Jordão, João César Franco Brogner a, Agostinho José Barbosa do Conto, Vítor Manuel Sequeiro Fróis de Figueiredo, João Henrique Pereira Souto e Silva, Luís Filipe Montes Palma Figueiredo, Adelino José Silva Cardoso, Luís José Lototuna, Hermínio de Almeida Oliveira, Raul Augusto Dias Condessa Falcão, Fernando Esteves Guerra, Adriano Francisco Oliveira Martins Jordão, António Manuel Carreto Leitão, Filipe Jesus dos Santos, Alfredo Jordão Henriques, José Carlos Tristão Serra, Manuel Rosa Bragança e Lourenço Abrantes Carvalho.

Dois dos dos civis detidos são Isabel Maria Cabral Ferreira Brancamp Sobral, doméstica, e Carlos Seruya, gerente industrial.

Foram entretanto transferidos de Caxias para o forte de Peniche os seguintes detidos: Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior, Joaquim M. da Silva Cunha, César Henrique Moreira Baptista, Fernando S. Silva Pais, último director da P.I.D.E./D.G.S., Homero de Oliveira Matos, coronel de Cavalaria na reserva, Álvaro Augusto N.P. Carvalho, director de serviços, Fausto S. Marques, Sílio C. Mortágua, inspector da extinta P.I.D.E./D.G.S. Carlos R. Veloso, Silvestre D. Luís, Luís M. Cordovil e Maria Bessa Múrias.

Transitaram ainda para a Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa vários elementos da G.N.R. De Caxias saíram ontem em liberdade o dr. Geraldo Alberto Sales Lane, director do Grémio Literário, o capitão pára-quedista Manuel Bação Costa Lemos, com residência fixa e o capitão da Força Aérea, José Luís Gomes Viana, que se manterá, no entanto, à ordem da Comissão de Inquérito ao 11 de Março.

Ruy Diniz Netto

A apresentar cumprimentos de despedida, esteve na nossa Redacção o dr. Ruy Diniz Netto, que seguiu para Brasília, onde vai assumir as funções de conselheiro de Imprensa da Embaixada de Portugal, para que recentemente foi nomeado.

Auguramos-lhe muitos êxitos no cumprimento da sua missão, sobretudo no tocante à aproximação cultural entre os dois países, campo em que o nosso amigo Ruy Diniz Netto poderá exercer papel importante, dada a experiência adquirida em longos anos de permanência em actividades editoriais, tanto no Brasil como em Portugal.

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ NISA

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA PESSOA

FILMES CASTELLO LOPES (50) apresenta

A guerra explodiu no Harlem quando eles surgiram da sombra!

O COMANDO ANTI-DROGA

"GORDON'S WAR"

com

PAUL WINFIELD

CARL LEE · DAVID DOWNING · TONY KING · GILBERT LEWIS

Produção de ROBERT L. SCHAFFEL — Realização de OSSIE DAVIS — Argumento de HOWARD FRIEDLANDER & ED SPIELMAN

AMANHÃ ESTREIA, ÀS 21.15 H. ALVALADE

GRUPO O 18 ANOS — COLORIDO

De ontem para hoje

UMA PALESTRA NO ROTARY

Director da Biblioteca Nacional, investigador e historiador o prof. Oliveira Nunes proferiu, na reunião semanal do Rotary Clube de Lisboa, uma palestra sobre «Eleições portuguesas para as assembleias constituintes de 1826, 1836 e 1911». Depois de afirmar que os estudos em Portugal sobre eleições e geografia eleitoral se encontram em plena infância, acentuou que as três eleições referidas se afastam radicalmente das que vão realizar-se no próximo dia 25.

Efectivamente, todas se realizaram sob a égide de um grande grupo ou partido político, orientador e vencedor da revolução, que as organizou e donde saiu a esmagadora massa dos candidatos a deputados. As três assembleias constituintes caracterizaram-se pelo seu carácter progressivo, cabendo o primeiro lugar, em 1911, sobretudo aos médicos ligados ao surto da ciência e do positivismo.

A terminar disse: «A 64 anos da constituinte de 1911, valerá a pena analisar quais as diferenças e quais as semelhanças na lei eleitoral, nos recenseados, nos votantes, nos eleitos e, depois, no texto constitucional».

■ AUDIÊNCIAS

O Presidente da República recebeu, em audiências de cumprimentos, os embaixadores do Canadá e da Jugoslávia. Igualmente recebidos pelo general Costa Gomes os membros directivos da Confederação da Indústria Portuguesa.

■ CONSELHO DA INFORMAÇÃO

Na reunião do Conselho da Informação, o ministro Correia Jesuíno fez uma exposição sobre a sua viagem a Braga e ao Porto, após o que se analisou o primeiro esboço de uma política nacional de informação. No decurso da análise, teria ressaltado constantemente «a decisão firme de obstar a quaisquer modalidades de dirigismo, quer de feição autoritária, quer de feição paternalista».

■ EM ÉVORA

O general Pinto Ferreira, comandante-geral da G. N. R. e da P. S. P., esteve de visita aos quarteis das duas corporações em Évora, tendo anunciado que a respectiva fusão está para breve. A nova corporação, segundo disse, estará totalmente ao serviço do povo. E manifestou a esperança de que este comece a compreender que deve auxiliar e colaborar com o novo corpo policial.

■ EXONERAÇÕES

Por despacho do secretário de Estado da Orientação Pedagógica, foram exonerados das representações que tinham no Conselho Consultivo do Instituto de Tecnologia Educativa os drs. Albino Rodrigues Pinto Fernandes, Fernando da Silva Campos, João de Almeida Santos, João Carlos Becket de Assunção, João Rodrigo Narciso Furtado e João Carneiro da Silva; coronel Amílcar Augusto Pereira Pimentel Baptista Nunes e pintor Jaime Aníbal da Costa e Silva.

■ GOLO E MORTE

Um estudante liceal de 14 anos, José Carlos Guedes Pereira, da Rua do Campo Alegre, 434, no Porto, participava num jogo de futebol quando, a certa altura, marcou um golo. Com a alegria, agarrou-se ao poste da baliza. A trave, porém, desprendeu-se e caiu-lhe na cabeça, prostrando-o. Chegou já morto ao Hospital de Santo António.

DIA DA UNIDADE NO R.A.L. 1

DESPOLITIZAR O EXÉRCITO É INCAPACITÁ-LO

«Não serão ameaças do exterior que nos farão recuar. É admissível possibilidade de uma derrota militar numa guerra convencional, opõe-se a certeza inevitável de uma vitória posterior numa guerra subversiva, para a qual temos, se necessário, toda uma geração duramente preparada. Que disto fiquem bem cientes todos aqueles que ainda admitem viável qualquer hipótese para o retrocesso do processo em curso.» — Estas são palavras proferidas pelo comandante do RAL1, ontem á tarde, no decorrer das celebrações do Dia da Unidade.

O silêncio grave que se seguiu á chamada do soldado Joaquim Carvalho Luís, chamada feita pelo major Dinis de Almeida e á qual as forças em parada responderam com um significativo «Presente», foi o momento mais alto das celebrações. Aliás, a lembrança do 11 de Março pairava no ambiente. Era notória a presença de representantes de órgãos de Informação estrangeira. O RAL1 é já dentro e fora de fronteiras, uma legenda viva da revolução portuguesa, legenda inscrita, desde ontem, em pedra, no topo da parada que agora tem o nome precisamente do «soldado Luís, assassinado pelo fascismo em 11-3-75».

Basta uma breve visita áquela unidade militar para se aquilatar da alteração profunda que as Forças Armadas portuguesas vêm sofrendo. Uma prova evidente da sua democratização está no facto de ter sido em nome da Assembleia de Delegados da Unidade (constituída por oficiais, sargentos e praças) que foi dirigida à formatura geral a primeira alocução da tarde. Foi encarregado da sua leitura o primeiro cabo Ramalhal, um dos membros da Assembleia. Depois de afirmada a decisão de defender a revolução contra todos os perigos, quer internos, quer externos, o primeiro cabo Ramalhal adiantou que «para isso, o povo tem de contar com a politização dos seus soldados e com a unidade de todas as tendências políticas revolucionárias no seio dos quartéis, como se tem conseguido no RAL1». O representante da Assembleia de Delegados frisou, seguidamente, a necessidade de se acabar definitivamente com «a divisão de classe que ainda nalguns casos se verifica aqui dentro e salientou «a importância de a voz do RAL1 ser ouvida noutras unidades e que se possa também (no RAL1) ouvir o que em outros lados se pensa». Acrescentou o primeiro-cabo: «não podemos de modo algum vacilar quando nos propõem formas irreais e insensatas de responder aos diversos ataques que se têm vindo a verificar e que, estamos conscientes, não acabaram.

Não nos esqueçamos que são revolucionárias todas as atitudes, moderadas ou não, desde que conduzam à revolução; não nos esqueçamos que são contra-revolucionários todas as atitudes radicais que não conduzam à revolução».

JUSTIÇA

O primeiro-cabo Ramalhal, na sua alocução, foi mais veemente quando pediu justiça para os assassinos do soldado Luís, vítima do traiçoeiro ataque do 11 de Março. «Justiça — disse — não como forma de vingança, como certos elementos querem fazer supor, mas sim como uma exigência para a defesa da democracia e dos interesses do Povo português». A este propósito, deixou no ar a seguinte pergunta: .Porque estamos nós a permitir que a reacção continue a elevar cada vez mais a sua voz, colocando-nos dentro de uma atmosfera de nervosismo que só nos leva a perder as capacidades necessárias para levar até ao fim o papel importante que nos está destinado?»

. Antes ainda do descerramento da lápide com o nome do soldado Luís, acto a que procedeu o major Dinis de Almeida, falou o comandante da Unidade. Também ele se referiu ao soldado vítima da traição. Fê-lo nestes termos: «Que a simplicidade desta cerimónia expresse o recolhimento a que conscientemente nos devotamos, sabendo que ele emanará deste quartel e será real no seio dos nossos camaradas e do Povo».

A VERDADEIRA MISSÃO DO EXÉRCITO

A alocução do comandante do RAL1, coronel Leal de Almeida, envolve matéria de grande relevância para o entendimento do processo em curso no seio das Forças Armadas. Assim, aquele militar começou por explicar porque foi decidido quebrar as tradições militares «evocatórias até à exaustão de velhas glórias passadas, que não enjeitamos» assim como «alienantes preconceitos». Afirmou que os militares do RAL1 estão dispostos — isso sim — «a serem os pioneiros de um novo tipo de mentalidade militar, mas aceitando e desejando com alegria a sua ultrapassagem revolucionária para outras unidades». Neste contexto — acrescentou — entendem que «despolitizar o Exército significa torná-lo incapaz de defender com consciência o seu próprio povo; e insistir, nas actuais circunstâncias, no regresso ás casernas constitui uma das muitas formas de traição criptocapitalista que, encapotadamente, poderia garantir a manutenção de anteriores privilégios».

PROMETER OU REALIZAR

«Há que distinguir entre aqueles que prometem o socialismo e aqueles que são capazes de o realizar» — afirmou o coronel Leal de Almeida, a certo ponto da sua alocução. Acrescentou saber bem que, se o M.F.A. o quisesse, não lhe faltaria inclusive o apoio eleitoral, traduzidos nos votos e avançou: «Porque entendemos não dever sequer concorrer às eleições, esses votos, que são nossos, serão emprestados aos Partidos que tanto prometem! O Povo escolherá livremente, e ainda com a confiança de quem, se iludido pelas promessas, entender o erro da sua escolha, terá sempre ao seu dispor um M.F.A. institucionalizado e vigilante, onde militam os soldados, que são os seus filhos armados, prontos a exigir a devolução dos seus votos, emprestados a quem deles abusou».

Voltando a referir-se à experiência do RAL1, o comandante da Unidade concluiu que ela permite «justificadamente apelar para a união de todas as forças realmente progressistas, apelar que ultrapassem pormenores ou contradições secundárias e apelar ainda para que se unam em redor do M.F.A., que é hoje de todos os militares, de qualquer graduação. Quando isso suceder, o M.F.A. deixará de ter razão de existir e passará a chamar-se Portugal».

as suas férias 75

FUNCHAL		
Fim de semana	desde	2.490$00
Uma semana	»	2.650$00
LONDRES		
Uma semana	»	3.400$00
ITALIA (Ano Santo)		
Uma semana	»	5.200$00
BULGARIA		
Estadia de 8 dias no Mar Negro	»	7.360$00
ARGEL		
Uma semana na praia	»	7.700$00
MARROCOS		
8 dias	»	4.600$00
RÚSSIA		
8 dias tudo incluído	»	13.965$00

VM Meliá

Rua Rosa Araújo, 2 Tel: 536971 - LISBOA

Praça Gen. Humberto Delgado, 269 r/c Tel: 310034 - PORTO

NOVOS JUÍZES NO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

O ministro da Justiça nomeou os desembargadores Acácio Vítor Pereira e Silvino Alberto Vila Nova para ocuparem respectivamente os cargos de relator e de adjunto do Supremo Tribunal Militar em Santa Clara, em substituição do juiz-conselheiro Correia Carreto, que passou à situação de reforma.

O Supremo Tribunal é constituído por um presidente (general ou almirante), seis juízes militares (três oficiais-generais do Exército, dois oficiais-generais da Armada e um oficial-general da Aeronáutica) e dois juízes civis (um relator e um adjunto).

A partir de agora, ambos os desembargadores nomeados têm os mesmos títulos e honras dos conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça. Ficam mesmo com a denominação de conselheiros.

Registe-se a curiosidade de neste momento, o dr. Silvino Vila Nova, de 55 anos de idade, ser o magistrado mais novo do País com a categoria de conselheiro.

Por outro lado, não estão previstos para julgamento no Supremo Tribunal Militar os processos ligados ao 28 de Setembro e 11 de Março, já que aquele funciona como tribunal de recurso, de última instância e recentemente (após a última intentona reaccionária) foi criado um tribunal militar especial (revolucionário) para julgar os casos directamente ligados à intentona

Sabe-se, entretanto, que, no Supremo Tribunal Militar, estão a aguardar julgamento diversos processos, designadamente um procedente do Tribunal Militar de Luanda, instaurado por assalto, roubo e assassinato e cujos autores foram já condenados em pesadas penas.

post scriptum

Quem viu os bonecos

. Os Bonecos de Santo Aleixo, que há séculos são o único espectáculo que chega às aldeias e aos «montes» isolados da planície alentejana, estão em vias de extinção. Quem viu os Bonecos de Santo Aleixo? Pois, quem os viu apresentar o seu espectáclo nos celeiros, nas cavalariças ou nos palheiros dos montes distantes em plena charneca alentejana, que os retenha na memória porque, provavelmente, não voltará a vê-los.

A ansiedade com que eram esperados, todos os anos nos mesmos dias e nos mesmos locais, fazia que as pessoas viessem das redondezas, cadeiras às costas, para ocuparem os melhores lugares na cocheira aprazada.

Velho espectáculo, velho de séculos, mas sempre novo, sempre renovado pelas constantes e diferentes intervenções e diálogos estabelecidos entre o público e o palco.

À luz de azeite ou de petróleo, sentados nas mangedouras ou nos fardos de palha, disparam as mais inesperadas perguntas, ou sai a quadra que virá a ser o mote para as décimas que o mestre Talhinhas irá improvisar.

E os diálogos amistosos ou agressivos, prolongam-se até alta madrugada, dizendo bem da necessidade que as pessoas, que, vivendo um ano inteiro em completo isolamento, têm de comunicar os seus problemas, acumulados através de doze meses de espera.

Pois, os Bonecos de Santo Aleixo, que são a presença viva de Gil Vicente nos nossos tempos, que talvez descendam dos fantoches que os romanos nos trouxeram, que são os mais antigos de toda a Europa, não podem continuar a ser representados por dificuldades económicas.

O antigo regime, através do SNI, subsidiava-os com 50 000$00 anuais a distribuir pelos 5 ou 6 participantes. Com este subsídio de fome, vê-se mesmo que é impossível a sua sobrevivência. Assim, a companhia luta com uma grande dificuldade no recrutamento de pessoas que possam garantir uma continuidade.

Quem viu os Bonecos de Santo Aleixo?

Será possível que quem os tenha visto fique limitado às imagens retidas na memória?

Aqui fica o pedido de atenção a todas as organizações que neste País renovado estão interessadas na divulgação da cultura, da autêntica cultura portuguesa, da qual o nosso povo é o verdadeiro depositário.

Aníbal Falcato Alves — Estremoz

Heranças fascistas

Na Serra do Algarve, os planos fascistas, adversários da vontade popular, ainda vingam. É o caso do projecto que classificamos de anedótico, de electrificação de duas sedes de freguesia (Ameixial e Cachopo) bem necessitadas de tal, mas cujo traçado da responsabilidade da antiga direcção da Câmara Municipal de Loulé e da Federação de Municípios de Faro, em vez de seguir junto das povoações para as servir, «passeia-se» entre montanhas, longe portanto de onde seria lógico. Isto, porque uns senhores (já saneados?) caprichosamente, e baseados em quesílias pessoais, decidiram que assim fosse, passando sobre os interesses de uma vasta região. Mas para ilustrar melhor, é, respeitada a devida distância, o mesmo que se um doido qualquer tivesse, antes do 25 de Abril, metido na cabeça construir o metropolitano no Barreiro e não em Lisboa, supondo que se iria agora iniciar a primeira escavação. É o que a C.M. de Loulé vai fazer, mesmo que reconheça o erro, e mais de seis centenas de pessoas procurem, sem o conseguir, dissuadi-la de levar a cabo este projecto com raízes nos tempos que já lá vão. Mas 4/5 mil contos não podem ser investidos duma maneira obtusa! Nós não temos nada que continuar a pagar as asneiras que os outros prepararam, principalmente se há possibilidades de as corrigir. Eles até se vão rir se as pusermos em prática. Clamamos por justiça.

Oito moradores de Vale da Rosa, em representação de «mais de 600 pessoas» — Loulé

Propaganda de papel

Qualquer pessoa, por menos informada e observadora que seja, ao andar por Lisboa ou pela província, verá que paredes de casas, postes de iluminação, muros, portões, comboios e outros transportes públicos estão cheios de propaganda eleitoral, por vezes até em camadas de três, quatro e até mais cartazes colados uns sobre os outros.

Independentemente de se entrar em discussão se deveria ou não haver determinados limites estabelecidos em termos quantitativos para tal fúria «eleitoralista papeleira», ou tentar discutir tão pouco o problema das eleições e dos partidos, pois, segundo creio a luta que existe é essencialmente uma luta partidária e não uma luta de classes, parece que o fundamental é impingir o produto nem que seja pela saturação propagandista.

Existem, no entanto, outros problemas importantes a considerar, como seja a deterioração dispensável das florestas, lembrando-nos que cada tonelada de papel poderá ser sinónimo do abate de perto de 15 árvores. Antes do recente aumento do preço dos jornais, falou-se muito da falta de papel, de problemas ligados à ecologia etc.. Quantas pessoas que então assim falavam e pensavam, não estarão agora a transgredir tal linha de rumo? No entanto, só nestes últimos tempos e em «papel eleitoralista», quantas centenas de toneladas não foram gastas! Já Marx dizia em 1868: «Na história dos modos de produção, nenhuma classe explorou, destruiu o qua-

Continua na pág. 14

"DEMOCRACIA BURGUESA"

Por JOSÉ AUGUSTO FRANÇA

Afirmou-se recentemente que nunca em Portugal haverá uma «democracia burguesa».

A designação de «democracia burguesa» tem uma conotação politicamente pejorativa, na conjuntura actual, que será preciso analisar com algum cuidado. Tão pejorativa é ela quanto pretende ser melhorativa a conotação de «democracia popular» que se lhe opõe, usando adjectivos circunstanciais na polémica em que entram. Dizer popular a democracia é, evidentemente, usar um pleonasmo; fazê-la burguesa, abusar da sua própria significação. Tudo está na definição do povo que é o «demos» da palavra, e essa definição só pode ser histórica, isto é situada no tempo que a foi afeiçoando a diferentes situações e interesses, numa evolução, cortada ou não por revoluções, que está iniludivelmente ligada ao progresso social.

Desde Michelet para cá, ou desde Alexandre Herculano, que **cada vez há mais povo,** o que tem exigido uma contínua mudança de padrões de vida, culturais e económicos, reduzindo o afastamento entre as classes. Os golpes sucessivos de 1918 e de 1945, no viver ocidental, transformaram completamente a relação das forças sociais em jogo nesta parte dos dois primeiros mundos. A aparição do «terceiro», com a sua consciência de interlocutor válido à custa da própria riqueza assumida, acelerou tal processo, contra o qual a estratégia capitalista, acelerada também, nada poderá, em breve, vir a fazer, obrigada à conversão social da sua potência — e à redefinição das potencialidades que tem e seria grave ignorar no momento presente, e não só em Portugal. Ora é, sem dúvida, entre os planos da **potência** e das **potencialidades** do capitalismo, e na relação que entre ambos se estabeleça, que se jogará o futuro do Ocidente. **Ao qual pertencemos ou não** — e isso é preciso saber, ou decidir, urgentemente, como base da política que quisermos (ou pudermos) fazer, em Portugal.

O «terceiromundismo» de certa opção, o «orientalmundismo» de outra (que com ela poderá vir a confudir-se), e o «ocidentalmundismo» defendido por outro sector nacional, são três correntes (ou duas) em tensão — e mesmo em choque que é menos ideológico do que parece, e mais ligado a uma definição mítico-social do País.

O «ocidentalismo» de Salazar (de que ele seria, e ainda mais do que Franco, o último e irredutível abencerragem — assim «orgulhosamente só») é um caso de paranóia que não pode prejudicar a análise do problema das nossas relações com o próprio Ocidente euro-americano; não vamos sobretudo herdá-lo, com sinal contrário!... A «atlantização» (que, por excelente exemplo, o prof. Barradas de Carvalho ainda recentemente defendia — e eu punha em dúvida, ou adaptava, nestas colunas) é uma via hipotética também — que poderá ser, para além da sua ambiguidade idealista, uma via de acordo entre tendências ou interesses políticos, senão partidários. A utopia já tem sido, na História, uma possibilidade realista — e momentos há, extremamente difíceis (como este que atravessamos, em Portugal), em que a imaginação deve dar contributo importante, contra a rotina, ou os clichés importantes...

Mas o «ocidentalismo», mesmo com esta possível definição em que o terceiro-mundo se interesse, faz repor o problema da «democracia burguesa.»

«Burguesa», ou «popular» — ou «proletária», ou «burocrática»? Governo do povo através da sua representatividade traduzida em correntes de opinião, sectores profissionais, estratos sociais (de educação, formação ou meios económicos), ou através do poder assumido por uma facção nacional que recuse a admitir-se como minoria e venha a institucionalizar-se no enquadramento burocrático de instrumentos sociais? A diferença parece clara entre dois termos de polarização, graduáveis também de maneira diferente: enquanto, na primeira hipótese, a graduação resulta das forças em jogo, na segunda, ela depende de uma força só, que define as regras do jogo, e é juiz e parte ao mesmo tempo, antes de se tornar um todo oficial, necessariamente totalitário.

Naturalmente que os estratos sociais, estruturados em classes (cuja definição, aliás, muito se tem aberto na evolução real da sociedade ocidental), promovem opiniões e partidos ideológicos. Mas a mobilidade dos seus interesses, corrigidos por educações e formações facilitadas e meios económicos coerentemente adequados, tende, no mundo euro-ocidental de hoje, a minimizar a «marca» da classe e leva à formulação crítica de opções diversas, de esquerda, centro e direita, com liberdade de pensamento e de experiência, no quadro de uma socialização orgânica do Estado, que, com soluções diferentes de ritmo, é necessária e irredutivelmente histórica.

Supor «burguesa» uma democracia que, na sua fatal definição progressista, permita um vasto leque de opções ideológicas, só parece eficaz como expediente de propaganda ao nível de uma **politização condicionada,** no interior estanque de um grupo partidário (o que representará uma **despolitização real**). De qualquer modo, não pode ser tomado como classificação científica porque, se o fosse, redundaria em vantagem da burguesia...

Enterremos antes, como embotado machado de guerra, a palavra-espantalho, povo em vias de desenvolvimento que queiramos ser e para isso diverso nas opções ideológicas e nas escolhas pluripartidárias e unido no progresso económico, cultural e moral. **Unido e só assim não vencido!**

E preparemo-nos para votar, nesta «praia lusitana» — e «ocidental», a ver se o é ou pode ser...

AS RELAÇÕES ENTRE OS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E O TERCEIRO MUNDO

Por PIERRE DROUIN

. O «cantão de universo» querido a Pascal ou a «aldeia global» de Mac Luhan irão finalmente tomar consciência da sua unidade? No campo dos ricos, tal como no dos pobres, começa a compreender-se que as soluções de força (domínio ou desforra) acabam por tombar sobre aqueles que as preconizam. Verifica-se também que os «regulamentos regionais» não podem ser adoptados a todas as situações. A reunião preparatória da conferência internacional da energia, iniciada na segunda-feira em Paris, partida de bilhar, entre os países industrializados, os produtores de petróleo e os países pobres, marcará o início de uma nova era?

. Após as guerras, os homens esfregam os olhos assustados com as suas loucuras. Constroem demasiado depressa palácios da paz. Será assim, depois da guerra do petróleo? Mesmo que os americanos acabassem por compreender que seria ajuizado alargar a discussão sobre os hidrocarburetos, a outras matérias - primas, avançar-se-ia mais depressa do que durante as sessões da **CNUCED** ou do último debate da **ONU** sobre os produtos de base?

. Porque não é a primeira vez que se tentaria por as cartas na mesa. As forças de separação, os interesses divergentes (mesmo no seio daquilo a que ainda se chama o Terceiro Mundo) não poderão uma vez mais fazer caír os belos projectos?

Até agora, deve ter-se consciência disso, só os esforços «regionalistas» foram coroados de êxito. Assim, a convenção de Lomé, assinada no fim de Fevereiro último, entre a C. E. E. e os Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico, é incontestavelmente uma etapa importante na preparação de uma «nova ordem económica internacional». Sem dúvida, está geograficamente limitada. Não se deve esquecer, todavia, que ela diz em todo o caso respeito a cinquenta e cinco países.

Recordemos as vias abertas, dignas da maior atenção e que, de resto, podem inspirar iniciativas num quadro mais amplo:

. 1) Princípio da «preferência inversa» para prevenir, no plano comercial, aquilo a que se chama o «câmbio desigual». Os Estados A. C. P. (África, Caraíbas, Pacífico) não serão obrigados a aderir, no que respeita às importações provenientes da Comunidade, às obrigações correspondentes àquelas que são subscritas pela Comunidade. (Sabe-se que 99,2 por cento dos produtos originários dos A. C. P. podem entrar livremente no Mercado Comum.)

2) Nascimento do «Stabex» quer dizer, da segurança dada pelos países industrializados da Comunidade às nações em vias de desenvolvimento aderentes à convenção, de que as suas receitas de exportação sejam garantidas a certo nível, sejam quais forem as probabilidades de ganho ou de perda no mercado.

3) Estruturas de diálogo que façam da cooperação uma criação contínua (conselho dos ministros, conselho dos embaixadores, assembleia consultiva).

Quando se comparam os resultados obtidos a esse nível «regional», com os resultados, sempre desconsoladores, das grandes assembleias mundiais de 1974, quer se trate das conferências de Caracas sobre o direito do mar, de Bucareste sobre a demografia, de Roma sobre a alimentação, é-se levado a fazer perguntas. Quando as instituições não exprimem uma vontade comum dos Estados, o vento depressa dispersa as boas intenções. A Europa do Mercado Comum talvez ainda não tenha marcado muitos pontos neste domínio, mas, em todo o caso, um número bastante para fazer pender no bom sentido os projectos de cooperação entre países pobres e países ricos. Enquanto os americanos ou os russos tentarem fazer admitir que o que é bom para eles é-o também para o mundo inteiro, não se caminha pela via — real — da visão **global** dos problemas.

A LIÇÃO DOS FRACASSOS

Se uma autoridade internacional que controla o alto mar, tiver por única missão, como o desejariam os Estados Unidos, conceder licenças de exploração a empresas privadas que teriam direitos exclusivos nas zonas atribuídas, o «património comum da humanidade» seria evidentemente monopolizado pelas superpotências. Como teriam podido os países pobres aceitar em Bucareste, sem que seja feita alusão à repartição das riquezas no mundo, o «plano de acção» proposto pelos americanos, de reduzir a um por cento as taxas de natalidade dos países em vias de desenvolvimento? Por fim, a elaboração em Roma de uma estratégia a meio e a longo termo para a alimentação, mostrou-se igualmente desconsoladora.

Porquê esses fracassos? Simplesmente porque, quando se trata dos interesses comuns do planeta, os Estados mais poderosos, aqueles que deviam dar o exemplo, acham sempre meios de fugir.

A lógica do mercado (a U. R. S. S. recorre evidentemente a ela quando compra 20 milhões de toneladas de trigo aos E. U.) vence todas as outras, como os hábitos de consumo dos países ricos que trnasformam os cereais em porcos, aves de capoeira, vacas leiteiras, etc., de tal modo que «os animais de países ricos mostram-se mais endinheirados do que os homens dos países pobres», como escrevia Alfred Sauvy.

UM IMPOSTO PLANETÁRIO

Na conferência de Roma para o financiamento do Fundo

Continua na pág. 18

Nacional

A SITUAÇÃO DOS ELEMENTOS DO M.R.P.P. DETIDOS EM ALCOENTRE

Trinta e sete elementos afectos ao M. R. P. P., onze dos quais do sexo feminino, deram no domingo à tarde entrada na Colónia Penal de Alcoentre, à ordem do Copcon. Alguns dos detidos não têm mais de 15 anos.

Desde a sua criação que a Colónia Penal de Alcoentre se tem destinado apenas a homens no cumprimento de penas maiores.

Os detidos recusaram, em bloco, identificar-se. «Somos a vanguarda do proletariado», teriam dito, segundo fontes fidedignas.

Logo que instalados no anexo, em duas divisões, apresentaram à direcção da Colónia um caderno reivindicativo. A alguns pontos, foi-lhes dada resposta ainda essa noite sobre outros, foi-lhes, comunicado que só de manhã algo lhes poderia ser dito, já que certas exigências caíam sob jurisdição militar.

Nessa noite, no anexo, foi arrombada a porta que separava os detidos, por sexos. «Assumiram uma posição comunitária», revelou a nossa fonte.

No dia seguinte, à tarde, a P. M. levou os elementos femininos simpatizantes ou militantes do M. R. P. P. para a cadeia comarcã de Tires, não sem ter dispersado os outros detidos, com gases irritantes, face à recusa de deixarem as suas camaradas partirem.

VISITA A ALCOENTRE

«Ao chegar a Alcoentre deparei com algumas dezenas de familiares dos detidos, que há largas horas aguardavam a autorização de visitarem os presos», declarou o dr. Romeu Francês (que sobre o assunto já apresentou um protesto à Ordem dos Advogados) numa conferência de Imprensa convocada pela Direcção Provisória da Associação da Faculdade de Direito de Lisboa.

Segundo outra versão, o problema levantado teria tido na origem a recusa dos detidos de irem para a sala de visitas em pequenos grupos. Ou todos ou nenhum». Seria esta uma forma de não poderem ser identificados.

No momento, estavam na Colónia Penal um capitão do Copcon e o inspector Duarte, dos Serviços Prisionais.

Durante o almoço tinha-se levantado o problema de a comida se mostrar intragável: feijões sem molho, com cabeça de porco. Aqueles «estariam já bastante secos, pelo que a sua apresentação não era das melhores», foi-nos revelado.

Recorde-se que já não é a primeira vez que elementos do M. R P. P. ocupam celas de Alcoentre, pois os elementos presos em Março em Vila Franca de Xira deram entrada naquela Colónia Penal, que não previa albergar preventivos, nem detidos sob foro militar. É esta, aliás, uma das críticas que tem sido feita ao ministro da Justiça, Salgado Zenha, ou seja, «esconder-se sobre a capa da distinção entre o foro militar e o foro civil», como afirmou o dr. Romeu Francês.

ANA MARIA PARCIALMENTE CEGA

Ana Maria Pinto, aluna da Escola Superior de Veterinária, de 19 anos, foi agredida no dia 2 do corrente por um grupo de militantes do M. R. P. P. pelo simples facto de pertencer à U. E. C. Resultado: perfuração do globo ocular da vista direita. Cega, portanto, dessa vista.

Contemos, em poucas palavras, tudo quanto se passou com Ana Maria. No dia 2, a sede da U. E. C. sofreu um assalto daqueles muitos que (segundo palavra do Primeiro-Ministro) «só revelam ignorância política».

Ana Maria, isolada quando se dirigia para a sede da U. E. C., foi agarrada pelos militantes do M. R. P. P. e levada de rasto desde a sede da U. E. C. (perto do Cinema Mundial) até à Praça Marquês de Pombal.

Aí atirou-se para o chão, negando-se a seguir com indivíduos que adoptam processos nazis. Os M. R. P. P., então, agrediram-na com correntes de ferro. Internada no dia seguinte, verificou-se que a moça tinha o glóbulo ocular direito perfurado.

Segundo o médico que a está a tratar, prof. Ribeiro da Silva, «terá de sofrer uma operação em tempo oportuno».

Neste momento Ana Maria encontra-se em casa.

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA está à venda no CAFÉ REMO

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/54431, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Pindelo, concelho de Oliveira de Azeméis, de uma linha aérea a 15 kV, com 489 m. do poste n.º 8 da linha para o Posto de Transformação de Aníbal Costa & Irmão, Ld.ª ao Posto de Transformação de Pindelo-Outeiro da Cruz, da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

SESSÕES E COMÍCIOS PARA HOJE

F.E.C. (M-L)

Em Leiria e em Mira, no distrito de Coimbra, às 21 horas.

F.S.P.

No distrito de Lisboa: às 21 e 30, no Grupo Bandolista 22 de Maio, Idanha, com Fernando Pereira e Luís Quelhas; no Laboratório de Engenharia Civil, com Américo Carvalhinho e Arnaldo Madureira; no Clube Recreativo de Sacavém; Grupo Desportivo e Recreio, Vale Paraíso; Vendedores de Jornais Futebol Clube; Sociedade Recreativa 1.º de Agosto, Santa Iria de Azóia; Clube Recreativo e Desportivo Arrudense; Grupo Columbófilo de A-dos-Loucos, e na Casa do Povo de Bucelas, com João Perestrelo.

Distrito de Setúbal: às 21 e 30, na Casa do Povo de Grândola, Casa do Povo da Quinta do Anjo, Sociedade de Instrução e Recreio do Laranjeiro, e Sociedade Filarmónica Estrela Moitense, na Moita.

Distrito de Viseu: às 21 e 30, em Ribeiradio, Oliveira de Frades, Vouzela e Avelal.

Haverá ainda sessões em: Caldas da Rainha, Murtosa, Cachopo de Tavira, Alvor, Monção, Tramagal, Torres Novas, Meda, S.Vicente da Beira, Sarzeda (Covilhã), Monforte (Portalegre), Arguzelo (Bragança), Satulhão (Bragança), Vila Nova de Gaia, S.Prosbispo (Porto) e Centro Operário Católico, no Porto.

L.C.I.

Na Filarmónica da Amadora, às 21 e 30.

M.E.S.

No distrito de Lisboa: na Fima-Lever, em Lisboa, às 18 horas; Cooperativa Sacavenense, em Sacavém, às 21 horas: G.I.P.A., na Amoreira: Clube Atlético de Moscavide; Ajuda (Apolo); Cinema Recreio, na Amadora; Combatentes, Lisboa; e na secção da F.N.A.T., em Arroios, às 21 e 30.

Distrito do Porto: Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Lagares e Lousada.

Distrito de Setúbal: Lousal, Cova da Piedade, Quinta do Anjo e Alhos Vedros.

Haverá outras sessões em: Troviscal (Aveiro), Nogueira do Cravo, Albergaria-a-Velha, Quintos (Beja), Palmeira e Vila Fresquinha de S.Martinho (Braga), Condeixa, Moncarapacho (Faro), Conceição (Tavira), Monchique, Guia (Leiria), Turquer, Ansião Peniche, Arronches (Portalegre), Mirandela e Faiã de Baixo (Açores).

P.C.P.

No distrito de Lisboa: às 21 horas, na Sociedade Euterpe, em Alhandra, com Rogério Paulo e a Orquestra Sinfónica Popular; em Santa Iria de Azóia; em Alenquer; Paula (Alenquer); Casais de Baixo (Azambuja); Pragança (Cadaval); Colectividade Arneiro, em Cascais, às 21 e 30; Pavilhão dos Congressos de Cascais, às 21 e 30; Atlético de Moscavide, às 21 horas; Empresa Volvo, S.João da Talha, às 18 horas; Escola Primária do Bairro Covina, Santa Iria, Loures, às 21 horas; Sociedade Ponte Lousa, Loures, às 21 horas; Junta de Freguesia de Ponte de Frielas, às 21 horas; Estação da Carris do Arco do Cego, às 17 e 30; na Urbanização (Rua Ferreira Lapa, 49, em Lisboa), às 17 e 30; A.G.P.L. de Santa Apolónia, às 19 horas; Refeitório da Lisnave, à Rocha, às 18 e 30; Produtos Corticeiros (Avenida Infante D.Henrique), às 18 horas; Ateneu da Madre de Deus, às 21 horas; na Sacor (Avenida Infante D.Henrique), às 18 horas; Caixa Central dos Trabalhadores Migrantes, à Junqueira, às 18 horas; Barros (Mafra), às 21 horas; Sobreiro (Mafra), às 21 horas; Clube Rangel, Venda Nova, Amadora, às 18 e 30; Cabos Avila, Alfragide, às 17 horas; Clube Recreativo «Os Fixes» (Queluz de Baixo), às 18 e 30; Escola Preparatória de Oeiras, às 21 e 30; Atlético Clube do Cacém, às 21 e 30; Escola Primária Nova de Lameiras, Sintra, às 21 e 30; Freiria, Campelos (Torres Vedras), às 21 e 30 horas; Bombardeiro (Torres Vedras), às 21 horas; Carregueira (Torres Vedras), às 21 horas; Casal da Coxa (Vila Franca de Xira), às 19 horas; Empresa Metal, em Castanheira do Ribatejo, às 18 e 30; Empresa Presmalte, Póvoa (Vila Franca de Xira), às 18 horas, e na Empresa Previdente, em Alverca, às 18 horas.

Distrito do Porto: Arcozelo, Leça do Bailio, Fologosa; S.Cosme, Valbom, Rio Tinto, Dompinhó, Vila do Conde (para os trabalhadores da Rogers), Apragão, Mouriz, Estrela, Núcleo Habitacional de Aldoar (Porto), Cozelos, Refojos e Freixo de Baixo, todas às 21 e 30, e ainda na Póvoa de Varzim (para funcionários públicos), Bairro do Cerco do Porto (Campanhã), Empresa Duarte Ferreira (Campanhã), Núcleo Habitacional de Maçarelos, Sacor, em Matosinhos, na firma António Bessa Leite, em Lordelo, Sociedade de Construções Soares da Costa, em Rexousa, Vila Nova de Gaia, Canadelo e Eiris (Paços de Ferreira).

Distrito de Coimbra: na empresa Luíapo, às 21 horas, com José Augusto Marques e Carlos Luís Teixeira; conferência de intelectuais, às 21 horas, com Blanqui Teixeira e Vital Moreira; Vila Nova da Barca e Casal de S.Pedro (Soure), às 21 e 30.

Distrito de Faro: em Ameixial, Pera Monte Boi, às 21 horas; e na Praia de Faro, Palheiros, Companheira e Portimão, às 21 e 30.

Distrito de Évora: S.Pedro de Corval e Monsaraz, às 21 e 30, e S.Domingos, Estremoz, Campino e Orvalhos, às 21 horas.

Distrito de Santarém: Salvaterra de Magos, Tomar, Minde, Cartaxo, Couço (Coruche), Pias, Moita do Norte, Tojosa, Vale Calvo (Tomar), Andreos (Sardoal) e Carregueiros (Tomar), às 21 horas.

Distrito de Setúbal: no Independente Futebol Clube Torreense, Torre da Marinha, Seixal, às 21 horas; e em Alcácer, Alcochete, no Centro de Férias da F.N.A.T., Costa de Caparica, Cooperativa Pragalense, Almada, Barracão da Banática, Monte de Caparica, Barreiro, Grândola, Montijo, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Sines e no pavilhão do Clube Naval de Setúbal.

Distrito de Viseu: Abravezes, Manhoce, Rerizb, Valeira, às 21 horas, e ainda Santo André, Vilar Seco e Aguas Boas, às 21 e 30.

Distrito de Aveiro: S.Miguel do Mato, Ilde Real, Ílhavo (Coutada), Minas do Pintor e Lombo Merão.

Haverá ainda um comício às 21 horas, em Sabroso (Vila Real), e sessões de esclarecimento, em Alvito, Pedrogão, Vila de Frades, Mire de Tibães (Amares), Godinhaços (Vila Verde), Arcozelo (Barcelos), Benquerenças (Castelo Branco), Alcafozes, Covilhã, Monte Real, Picassinos (Leiria), Portalegre, Satardos (Vila Nova de Cerveira) e Deocriste (Viana do Castelo).

P.P.D.

Em Póvoa de Lanhoso (Braga), com Jorge Miranda, Nina Cruz Leite Machado, Manuel Coelho e Ribeiro da Silva; em Arruda dos Vinhos, com José Brás Baptista, Helena Roseta e José Manuel Gomes; em Coruche, com Joaquim Lourenço e J.António Furtado Fernandes; em Alcácer do Sal, com Santos Oliveira, Casimiro Cobra e José Orlando; em Vila Real de Santo António, com José Vitorino, José Gonçalves, Tenazinha e Brito da Mana; em Carregado de Montenegro, S.João de Lobrigas e Cumieira, no distrito de Vila Real e Montemor-o-Novo, todos com início às 21 horas.

E ainda, em Colos (Odemira), Verdelho (Santarém), Sarilhos Grandes, Santo André (Santiago do Cacém), Barão de S.João (Faro), Boliqueime, Gondomar, Vila do Conde, Urra (Portalegre), Nisa, Esperança (Portalegre), Alter do Chão, Bragança, Nave de Haver, Vela (Guarda), Videmonte (Guarda), Maçainhas (Guarda), Mazarefes (Viana do Castelo), Monfortinho, Segura e Salvaterra do Extremo (Castelo Branco).

P.P.M.

Em Boticas (Vila Real), Escalhas (Guarda), Almofala (Guarda), Vilar Formoso, Cernache (Coimbra), Romiz (Santo Tirso), Eirós (Porto), Alpedrinha (Lamego), Britiande (Viseu), e Alcofra (Vouzela), todas às 21 horas, e ainda em Campo Maior e Ferreira do Zêzere, às 21 e 30, e na Sociedade Filarmónica Matense, Mata (Santarém), às 18 e 30.

P.S.

No distrito de Lisboa: no campo de futebol da Malveira, às 17 e 30, com Mário Soares, Sottomayor Cardia, Maria Teresa Vidigal, Carlos Marques, Maria da Assunção Simões, e Anselmo Aníbal; em Torres Vedras, às 21 horas, com Mário Soares, Arons de Carvalho, Magalhães Godinho, Medeiros Ferreira, Alberto Avelino e João Carlos; «meeting», na Feira da Malveira, às 11 e 30, com Rui Cunha, Jorge Ramos, Maria da Assunção Simões e Manuel Moura; e sessões de esclarecimento, em Ameal (Torres Vedras), às 21 horas; Moita dos Ferreiros (Lourinhã), Bairro Boavista (Buraca), Apelação (Sacavém), Gradil (Malveira), Clube Desportivo de Arroios, Penedo (Alenquer), Ota (Alenquer), Casais de Brito (Azambuja) e Livramento (Estoril), às 21 e 30 e ainda, em Algés, às 18 horas; na A.G.P.L., em Santos, às 17 e 30; na Rotunda do Cabo Ruivo, às 18 horas; e em Vila Franca de Xira, às 19 horas.

Distrito de Aveiro: às 21 e 30, em Eirol, Vista Alegre (Ilhavo), Rocas (Sever do Vouga), Lourosa (Feira), Pigeiros (Feira), Silvade (Espinho), Travanca (Oliveira de Azeméis), Roge (Vale de Cambra), Mealhada, Guetim (Espinho) e Travanca (Feira).

Distrito de Faro: às 21 horas, em Bensafim, Odeceixe, Valpreixos e Pechão.

Distrito de Leiria: às 21 e 30, na Nazaré, Caldas da Rainha e Porto de Mós.

Distrito de Coimbra: às 21 e 30, em Azarede, Dornelas do Zêzere, S.João do Campo, Santiago da Guarda, Vale de Açor, Vila Nova da Barca e nos C.T.T. de Coimbra.

Distrito de Vila Real; às 21 e 30, em Mondrões, Agarez e Pomarelhos.

Distrito de Viseu: em Cinfães, Queiriga e Penedono, todas às 21 horas.

Distrito de Setúbal: às 21 horas, em Almada, Vale de Figueira, Cova da Piedade, Melides, Santiago de Cacém, Câmara Municipal de Setúbal, Salão Farralho, em Setúbal, Vendas de Azeitão e no Clube «Os Celtas» no Barreiro.

Distrito de Santarém: em Frazoeira, Caxarias, Entroncamento, Riachos, Rio Maior, Achete, Moçaria e Biscainho, às 21 horas.

Distrito de Portalegre: às 21 horas, em Belver, Comenda, Terrugem, Vila Boim e Vila Fernando.

Haverá ainda outras sessões em: Almodôvar, Viatodos (Barcelos), Vila Flor (Bragança), Vila Fria (Viana do Castelo), Vila Viçosa e na freguesia de Salga (Ponta Delgada), todas às 21 e 30.

P.U.P.

No Refeitório da F.N.A.T., em Setúbal; no Cine-Teatro de Mouro e em Trofa, todas às 21 horas.

U.D.P.

No salão de festas do Val-Fundão, ao Beato; no Pavilhão Gimnodesportivo da Piscina dos Olivais, no Chinquilho Cruzeirense, à Ajuda, e ainda em Brejos (Moita), Almada (Clube Recreativo Alagoa), Boavista (Beja) e em Constância (Santarém), todas com início às 21 horas.

Campanha eleitoral

Continuação da pág. 1

tirá comunicação que esclareça, em termos precisos, quais as atitudes possíveis do eleitor no exercício do seu dever cívico de votar.

Registou também a Comissão Nacional das Eleições, com preocupação, a utilização crescente, por alguns partidos, do tempo que lhes foi atribuído por lei para propaganda eleitoral de uma forma que não se coaduna com os objectivos para que o referido tempo de antena foi concedido.

Com efeito, a lei é clara, (art.º 63 do Dec. - Lei n.º 621-C/74, de 15 de Novembro), ao definir o que se deve entender por propaganda eleitoral, definição que não inclui certamente os ataques injuriosos ou difamatórios a pessoas e a partidos e os incitamentos ao ódio e à violência, que têm sido feitos com grande frequência.

Adverte a Comissão Nacional das Eleições os partidos que estejam a utilizar o seu tempo de antena dessa maneira para o abuso que estão a cometer do direito que lhes é concedido pela Lei Eleitoral.

A Comissão Nacional das Eleições considerou também o tratamento dado pela Imprensa à campanha eleitoral, acerca do qual é seu dever chamar a atenção das publicações para a necessidade legal de ser assegurada igualdade do tratamento às diferentes candidaturas.»

O QUE DIZ O ART.º 146.º

Voltando ao mencionado art.º 146.º, em que a Comissão Nacional das Eleições se baseia para criticar e emendar a resposta menos feliz radiodifundida pela E. N., refira-se que ele estipula o seguinte, textualmente:

«O cidadão investido de poder público, o funcionário ou agente do Estado ou de outra pessoa colectiva pública e o ministro de qualquer culto que, abusando das suas funções ou no exercício das mesmas, se servir delas para constranger ou induzir os eleitores a votar em determinadas listas ou abster-se de votar nelas, será punido com prisão maior de dois a oito anos e multa de 10 000$00 a 100 000$00.»

Nacional

CAMPANHA DE NORTE A SUL

APOIO AOS PEQUENOS AGRICULTORES

Rogério Paulo, Octávio Pato, Joaquim Casimiro, Conceição Matos, foram os principais oradores num comício do Partido Comunista efectuado em Alenquer. Tema mais abordado, o da reforma agrária, a que se referiu Octávio Pato, considerando que «chegou a altura de expropriar os grandes latifundiários e entregar a terra a quem a trabalha». Salientou igualmente a necessidade de se tomarem medidas imediatas para resolver os problemas dos pequenos e médios agricultores, nomeadamente os produtores vinícolas. Depois de Conceição, Matos, que se referiu à integração das mulheres na luta política, interveio Rogério Paulo, que atacou aqueles que acusam o P.C.P. de «querer instaurar uma ditadura» e que, «aliando-se aos elementos mais reaccionários» se opunham à nacionalização do teatro.

Por outro lado, o P.C.P. denuncia num comunicado a campanha levada a cabo a nível nacional e internacional contra a revolução portuguesa, campanha que muitas vezes tem como principal alvo o Partido Comunista.

Ainda no âmbito da campanha eleitoral, de notar um comício no Porto, com a participação de Oscar Lopes. Este salientou a necessidade de uma legislação renovadora que permita aos trabalhadores a continuação dos estudos.

«NÃO SOMOS ANTICOMUNISTAS»

O Partido Popular Democrático reuniu ontem representantes dos órgãos da Imprensa com alguns dos seus candidatos, num restaurante de Lisboa, de «modo a substituir a conferência de Imprensa tradicional pela conversa informal». Foram trocadas impressões sobre diversos temas, tendo o P.P.D. afirmado sobretudo que não é um movimento anticomunista. Assim, Marcelo Rebelo de Sousa declarou que « a posição do P.P.D., muito clara é de que tem um programa que é substancialmente diferente dos programas dos partidos que se reclamam de comunistas. Tornar clara essa diferença e descrever experiências históricas mais variadas, com os seus méritos e defeitos, não é ser-se anticomunista. Aliás, a nossa colaboração, nos quatro Governos Provisórios e noutros níveis, como, por exemplo, o do recenseamento, tem sido a melhor prova de que não somos anticomunistas, apesar de sermos não marxistas.»

. Por fim, José Manuel Ramos falou do papel do P.P.D. na actual conjuntura nos seguintes termos:

. «O papel do P.P.D. no processo revolucionário em curso é, como vai prová-lo o resultado eleitoral, que ele representa largas fracções da população, nomeadamente os pequenos e médios agricultores que representam 20 por cento da população, e que são fundamentais para o desenvolvimento do processo revolucionário. A participação do povo na construção do socialismo é fundamental e só pode ser feita a partir dos próprios partidos que o povo sente que os representam.»

POLÍTICA DA HABITAÇÃO

Pronunciando-se contra o monopólio do Estado sobre a economia, Manuel Alegre afirmou na Venda Nova que «o socialismo não comporta qualquer tipo de ditadura. O poder democrático forma-se em liberdade». Isto num comício em que participava igualmente Mário Soares, que, depois de ter percorrido as ruas da vila, no meio da multidão, declarou:

. «Camaradas — disse o secretário-geral do P.S. — para contactar com o Povo não necessitamos de camionetas de protecção nem de gorilas. Estamos convosco porque queremos construir um Portugal livre, um Portugal socialista. No dia 25, vão realizar-se eleições verdadeiramente livres. É preciso que o povo de Portugal, de Lisboa e de todas as outras zonas, vote sem medo e vote livremente. Nós temos de colaborar num acto transcendente para a nossa vida e para o futuro dos nossos filhos. Estamos convencidos de que vamos, em conjunto escolher o socialismo — a liberdade.»

. Por seu lado, Teresa Vidigal perguntou se se quer liberdade, igualdade, democracia. A resposta foi «sim», afirmando então a oradora que a presença dos assistentes, ali, significa que «queremos ser livres, queremos o socialismo, não queremos a ditadura. As mulheres que como eu trabalham em empresas não querem ditaduras e são elas que, com os seus maridos, vão decidir dos nossos destinos».

Por outro lado, o P.S. publica um estenso comunicado no qual expõe os seus pontos de vista quanto à política da habitação.

Depois de uma análise da política habitacional seguida pelo regime fascista, o texto do P.S. afirma nomeadamente:

. «O P.S. como «organização dirigida para a acção», entende que se torna urgente desencadear um processo acelerado de colectivização do solo urbano, para o pôr ao serviço dos verdadeiros interesses da população, e que esta tarefa tem de começar pela criação de leis que permitam a «apropriação definitiva dos solos pela Administração», subordinada a critérios de tabelamento enquadrados numa óptica de prioridade absoluta da função social do solo, e apoiando-se sempre na participação das massas populares, que se tem de processar por tomadas de consciência colectivas, constituindo simultaneamente uma atitude política pedagógica porque assumida em liberdade e a caminho do socialismo, e revolucionária pela expressão de consciência de classe e de reconhecimento de direitos e oportunidades, e pelo desenvolvimento livre da auto-análise e autocrítica, a caminho de formas de organização autogestionárias.

M.D.P./C.D.E.: CONTRA O PODER ECONÓMICO

«O poder económico não estava à espera dos votos», afirmou Ana Maria Alves em Lisboa, referindo-se aos acontecimentos do 11 de Março. Definindo a posição do M. D. P., explicou que, embora a sua tarefa passe pelas eleições, não podem estas constituir a única actividade, dado que é preciso também lutar pela vigilância popular, pela organização dos interesses económicos e sociais do povo. E, depois de se referir à definição de democracia apenas como «a liberdade para todos», afirmou que a liberdade que queremos é aquela que permita resolver os nossos problemas, é a liberdade que nos permita assegurar que os monopolistas nunca mais nos explorem, é a liberdade que nos garanta o avanço no processo democrático e não que os reaccionários dela se aproveitem para liquidarem a nossa democracia. Por isso mesmo, não pode haver liberdade para o povo e para os exploradores.

Ana Maria Alves iniciara a sua intervenção pela exposição das características do M. D. P./C. D. E. «partido que agrupa os democratas portugueses não em objectivos ideológicos, mas em objectivos económicos e sociais comuns a todos os portugueses de diferentes opções ideológicas e capazes de levarem o povo à instituição da sua democracia».

Afirmou, depois, que o M. D. P. /C. D. E. resistiu a todas as calúnias que lhe foram lançadas por partidos conservadores e bem assente em bases populares provou a sua importância política no decorrer de um ano de processo revolucionário.

«Para o M. D. P./C. D. E., embora dele tenham saído aqueles que tomaram uma nítida opção política, entraram milhares de portugueses que não quiseram e não querem ficar de fora do processo da implantação em Portugal de um Estado amplamente democrático. Embora não distinguindo com clareza o que seja social-democracia, socialismo ou comunismo, os muitos milhares de portugueses que militam, aderem e cumprem as palavras de ordem do M. D. P./C. D. E. sabem muito bem quais são os seus interesses imediatos», disse Ana Maria Alves, que acentuou, ainda, que o M. D. P./C. D. E. une, para a acção comum todas as classes antifascistas e antimonopolistas, todas as camadas prejudiciais pela exploração capitalista, sendo esta aliança popular reforçada ainda com a aliança Povo/M. F. A.

Por seu lado, José Manuel Tengarrinha, na Lourinhã, disse que «unir e organizar o povo» é um dos principais objectivos do M. D. P. nesta campanha eleitoral. Referiu-se também a alguns dos problemas que este Governo Provisório deverá resolver, nomeadamente a subida de preços, o desemprego, a revisão do salário mínimo nacional.

OS PROBLEMAS DO TURISMO

A situação da Indústria Hoteleira e do Turismo foi o principal tema abordado pelos membros do M.E.S. no comício efectuado no Palácio dos Congressos, no Estoril. Depois de se terem analisado as condições em que vivia a Indústria Hoteleira, e refutado a afirmação que a crise desse sector se deve aos acontecimentos após o 25 de Abril, considerou-se que «se o Governo proporcionar um turismo para a classe operária, não só vai dar um direito aos que eram marginalizados, mas também proporcionará mais postos de trabalho, a milhares de trabalhadores que, durante meses, ficavam desempregados, durante as estações fracas».

Falou depois, Rogério de Jesus, marceneiro, candidato pelo círculo de Setúbal, ex-empregado do ramo da hotelaria, que explicou as maneiras como deverá ser orientada uma política relacionada com o turismo como por exemplo: «A procura de novos mercados; redução de preços especulativos, e a nacionalização dos grandes empreendimentos turísticos. Estas medidas deveriam entrar em acção, pois iriam travar o fluxo de desemprego que se tem sentido nesta indústria.»

Usou depois da palavra, Pedro Barroa, que focou as linhas capitalistas do P.S. e do P.P.D. «ambos desejosos, de implantarem um novo tipo de capitalismo na nossa sociedade».

GOVERNO DOS TRABALHADORES

«Armamento geral dos trabalhadores e substituição do Exército e da Polícia por milícias operárias e organismos voluntários de vigilância integrado e controlados pelos trabalhadores» é uma das medidas que a Liga Comunista Internacionalista apresenta no seu «Programa do Governo dos Trabalhadores».

O referido programa é acompanhado de um extenso comunicado em que a L. C. I. começa por referir que «a queda do fascismo retirou à burguesia alguns dos seus principais instrumentos de dominação e que o 11 de Março estava ligado ao ataque pelas forças imperialistas da F. N. L. A. às organizações de trabalhadores angolanos (comissões populares de bairro, etc.) e ao M. P. L. A. e a uma tentativa de golpe reaccionário na Guiné».

Naquela nota é também criticado o M. F A. bem como os partidos«reformistas (P. C. P. e P. S)», o P. P. D. (cuja saída do Governo — segundo a L. C. I. — foi exigida por milhares de trabalhadores) e todos os agrupamentos «da extrema direita (I.D.C., P.C.S.D., C.D.S., etc.)» A L.C.I. diz ainda que continuará a exigir a saída dos ministros capitalistas do Governo».

MONÁRQUICOS TRADICIONAIS AUSENTES

A ausência de alguns dos mais conhecidos monárquicos da região foi um dos factos notados no comício do P. P. M. em Bragança. Em contrapartida, entre os 200 assistentes, registava-se a presença de diversos elementos, sobretudo jovens de outros partidos.

Presidiu António Maria Novais e Sousa do Vale, funcionário da agência local do Banco de Portugal, que fez a apresentação dos candidatos ali presentes, Jorge de Portugal da Silveira, de Cortiços, concelho de Macedo de Cavaleiros, e António Augusto Afonso, de Freixo de Espada à Cinta, justificando ainda a ausência dos outros dois candidatos, José Ferreira de Barros, da Régua, e Armando Cunha Soeiro de Faria, de Vila Real.

O programa já enunciado prevê a «expropriação sem indemnização das empresas industriais, comerciais e agrícolas, mais importantes bem assim como dos grandes meios de comunicação social (TV, Rádio, Imprensa e Cinema). O seu funcionamento sob controle dos trabalhadores» e também a «atribuição ao Governo dos trabalhadores de todo o sistema de crédito e criação de um banco de Estado».

ATAQUES AO ELEITORALISMO

«Em parte alguma do Mundo o socialismo se construiu através das eleições», afirma a U.D.P. num comício em Alverca. Considerando que quem o pretende conseguir engana o povo, ataca os partidos da coligação, que qualifica, indistintamente, de «partidos burgueses». Vários oradores referiram-se depois aos problemas do trabalho, do sindicalismo, afirmando que «a unicidade sindical, na lei, os sindicatos por ramo de produção e a democracia dentro dos sindicatos são os pontos fundamentais que a U.D.P. defende em matéria sindical».

Estes pontos, especificou, vão contra os interesses do P.P.D. e do P.S. que através do «pluralismo sindical, tentaram dividir a classe operária». Ao mesmo tempo, a acusação ao Partido Comunista e à Intersindical de usarem os sindicatos como órgãos de colaboração de classes e de impedirem a discussão ideológica dentro deles, preencheram, através de exemplos diversos uma boa parte das intervenções.

DESTRUÍDA EM BEJA A SEDE DO P.P.D.

Em diversos pontos locais do País têm ocorrido, nos últimos dias, casos de violência e agressão física entre elementos de várias formações políticas, algumas dos quais concorrentes ao próximo acto eleitoral.

Assim, em Beja, durante um comício do P.P.D., jovens afectos a este partido envolveram-se em confrontos físicos com outros que — segundo o nosso correspondente naquela cidade — pertenceriam ao P.U.P., organização que tinha programado também para ontem um comício de propaganda eleitoral na capital do Baixo Alentejo. Dirigentes do P.P.D., que participavam no comício, foram evacuados em camiões do Exército e os bombeiros locais tiveram de intervir com mangueiras para terminar com a violência que estalou fora e no interior do Teatro Pax Júlia, onde decorria a sessão.

A sede do P. P. D. foi ainda assaltada e destruída por um grupo de jovens, que levaram o mobiliário. Também o teatro regista grandes prejuízos.

P.C.P.

Por sua vez o P.C.P. denuncia num comunicado da sua comissão local das Caldas da Rainha «uma orquestração reaccionária a nível do concelho», tentando impedir as suas sessões políticas. No comunicado faz-se referência a provocações ocorridas tanto em Chão de Parada como em Alvorninha, e que incluíam ameaças de morte sobre alguns dos elementos do P.C.P.

F.E.C.

Também a F.E.C. (m-l) divulgou comunicados em que dá conta de insultos e agressões a militantes seus que procediam à colagem de cartazes.

O M.R.P.P. EM CONFERÊNCIA

. O M.R.P.P. anunciou para amanhã e depois a realização em Lisboa da sua II Conferência Nacional, em que participarão cerca de 300 delegados eleitos pelas células e pelos comités. Só o local da sessão de encerramento é conhecido — Pavilhão dos Desportos (alugado para a noite de depois de amanhã).

A ordem de trabalhos é a seguinte: 1) — sessão de abertura; 2) — «A Situação Actual e as Nossas Tarefas»; 3) — « Questão da Fundação do Partido»; e 4) — sessão de encerramento.

Na circular divulgada pela Comissão de Imprensa do Comité Lenine (C.C.) lê-se que «serão aprovadas resoluções» sobre diversos temas, entre os quais «a política burguesa das nacionalizações», «o movimento de rectificação geral» e «os órgãos da vontade popular».

Nacional

O pacto proposto pelo M.F.A. aos partidos políticos

É como segue o texto definitivo do acordo:

A — Introdução

1. O movimento revolucionário iniciado pelas Forças Armadas a 25 de Abril de 1974 adquiriu uma dinâmica cada vez mais acentuada em resposta, aliás, quer às justas aspirações do Povo Português quer às agressões sucessivas e sempre mais violentas da reacção.

2. Os graves acontecimentos contra-revolucionários de 11 de Março impuseram e tornaram inadiável a institucionalização do Movimento das Forças Armadas. É assim que a Lei Constitucional n.º 5/75 criou o Conselho da Revolução, que ficou com as competências antes atribuídas à Junta de Salvação Nacional e ao Conselho de Estado e ao Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

3. A Lei n.º 5/75 de forma alguma visa substituir ou marginalizar os partidos politicos autenticamente democráticos e empenhados sinceramente no cumprimento do Programa do M.F.A., antes visa a dinamização e a vigilância do processo revolucionário que se levará a cabo sempre em mais estreita aliança com o povo português e com os partidos politicos que defendam os seus mais legítimos interesses.

4. O M.F.A., representado pelo Conselho da Revolução estabelece uma plataforma política pública com os partidos que estejam empenhados no cumprimento dos princípios do Programa do M.F.A. e na consolidação e alargamento das conquistas democráticas já alcançadas.

5. Para a elaboração da presente plataforma foram levados em consideração os resultados das conversações mantidas com os diferentes partidos e tomada em conta a situação resultante do esmagamento do golpe contra-revolucionário de 11 de Março.

B — Objectivos da plataforma

1. Pretende-se estabelecer uma plataforma política comum, que possibilite a continuação da revolução política, económica e social iniciada em 25 de Abril de 1974, dentro do pluralismo político e da via socializante que permita levar a cabo, em liberdade, mas sem lutas partidárias, estéreis e desagregadoras, um projecto comum de reconstrução nacional.

2. Os termos da presente plataforma deverão integrar a futura Constituição Política a elaborar e aprovar pela Assembleia Constituinte.

3. A presente plataforma será válida por um período designado por Período de Transição, com duração que será fixada na nova Constituição entre 3 e 5 anos, e que terminará com uma revisão constitucional.

C — Eleições para a Assembleia Constituinte, seu funcionamento, elaboração e promulgação da Constituição Política

1. O Conselho da Revolução reafirma a sua determinação em fazer cumprir o que se encontra estabelecido quanto à realização de eleições verdadeiramente livres e responsáveis para a formação da Assembleia Constituinte.

2. Durante os trabalhos de elaboração da futura Constituição Política será constituída uma Comissão do M.F.A. que, em colaboração com os partidos que assinem o presente acordo, acompanhará os trabalhos da Constituinte de forma a facilitar a cooperação entre os partidos e a impulsionar o andamento dos trabalhos, dentro do espírito do Programa do M.F.A. e da presente plataforma.

3. Elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte a nova Constituicão. deverá a a mesma ser promulgada pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução.

4. Até à entrada em funcionamento dos novos órgãos de soberania definidos na nova Constituição Política, manter-se-ão com as suas actuais funções o Conselho da Revolução, a Assembleia do M.F.A. e o Governo Provisório.

5. Tendo em conta que as próximas eleições se destinam unicamente à designação de uma Assembleia Constituinte, cuja missão exclusiva será elaborar e aprovar a Constituição, as eventuais alterações à composição do Governo Provisório, até à eleição da Assembleia Legislativa e à consequente formação do Governo, competirão somente à iniciativa do Presidente da República, ouvido o primeiro-ministro e o Conselho da Revolução.

6. Os partidos signatários desta plataforma comprometem-se a não pôr em causa a institucionalização do M.F.A., nos termos a seguir expostos e a fazê-la incluir na nova Constituição juntamente com os restantes pontos acordados neste documento.

D — Estrutura futura dos órgãos de Poder e suas atribuições

1. Órgãos de soberania

Os órgãos de soberania da República Portuguesa durante o período da transição serão os seguintes:

a) Presidente da República
b) Conselho da Revolução
c) Assembleia do M.F.A.
d) Assembleia Legislativa
e) Governo
f) Tribunais.

2. Presidente da República

2.1 O Presidente da República será por inerência o presidente do Conselho da Revolução e o comandante supremo das Forças Armadas.

2.2 O Presidente da República terá os poderes e funções que lhe forem atribuídos pela Constituição, entre os quais se incluirão os seguintes:

. a) Presidir ao Conselho da Revolução.

b) Exerce o cargo de comandante supremo das Forças Armadas.

c) Escolher o primeiro-ministro ouvindo o Conselho da Revolução.

d) Nomear e exonerar os membros do Governo, de acordo com proposta do primeiro-ministro.

e) Dissolver a Assembleia Legislativa, sob deliberação do Conselho da Revolução, marcando a data para novas eleições a realizar no prazo de 90 dias.

f) Promulgar e fazer publicar as leis do Conselho da Revolução e da Assembleia Legislativa, bem como os decretos-leis do Governo.

2.3 O Presidente da República será eleito por um Colégio Eleitoral para o efeito constituído pela Assembleia do M.F.A. e Assembleia Legislativa.

2.3.1 As candidaturas deverão ser subscritas por um mínimo de 80 eleitores do Colégio.

2.3.2 — A eleição será feita por maioria absoluta à primeira volta ou por maioria simples à segunda, sendo a esta admitidos apenas os candidatos que tiverem obtido mais de 20 por cento dos votos no primeiro escrutínio.

2.4 Em caso de morte ou impedimento permanente do Presidente da República, assumirá as suas funções quem o Conselho da Revolução designar, devendo proceder-se a nova eleição no prazo de 60 dias.

3. Conselho da Revolução

3.1 A constituição do Conselho da Revolução será a que se encontra definida na Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março.

3.1.1 Qualquer alteração à composição do Conselho da Revolução só poderá ser feita por legislação do próprio Conselho, de acordo com deliberação da Assembleia do M.F.A.

3.2 O Conselho da Revolução terá por funções:

. a) definir, dentro do espírito da Constituição, as necessárias orientações programáticas da política interna e externa e velar pelo seu cumprimento.

b) Decidir, com força obrigatória geral, sobre a constitucionalidade das leis e outros diplomas legislativos, sem prejuízo da competência dos tribunais para apreciar a sua inconstitucionalidade formal.

c) Apreciar e sancionar os diplomas legislativos emanados da Assembleia ou do Governo quando respeitem as matérias seguintes:

. 1 — Linhas gerais da política económica, social e financeira.

2 — Relações externas, em especial com os novos países de expressão portuguesa e com os territórios ultramarinos em que ainda se mantenha a administração portuguesa.

3 — Exercício de liberdades e direitos fundamentais.

4 — Organização da defesa nacional e definição dos deveres desta decorrentes.

5 — Regulamentação de actividade política, em especial as relativas a actos eleitorais.

d) Exercer a competência legislativa sobre matérias de interesse nacional de resolução urgente, quando a Assembleia Legislativa ou o Governo o não puderem fazer.

e) Vigiar pelo cumprimento das leis ordinárias e apreciar os actos do Governo ou da Administração.

f) Propor à Asselbleia Legislativa alterações à Constituição em vigor.

g) Exercer a competência legislativa em matéria militar, devendo os respectivos diplomas, se encolverem aumento de despesas não comportáveis pelo orçamento aprovado, serem referendados pelo primeiro-ministro.

h) Autorizar o Presidente da República a fazer a guerra em caso de agressão efectiva ou eminente, e a fazer a paz.

i) Pronunciar-se junto do Presidente da República sobre a escolha do primeiro-ministro e dos ministros que devem ser da confiança do M.F.A.

j) Deliberar sobre a dissolução da Assembleia Legislativa quando o considere necessário à resolução de situações de impasse político.

k) Autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio e a pronunciar-se sobre todas as emergências graves para a vida da Nação.

l) Pronunciar-se sobre a incapacidade física, temporária ou permanente do Presidente da República.

m) Designar em caso de morte ou impedimento do Presidente da República, quem desempenhará interinamente as suas funções.

3.3 — O Conselho da Revolução funcionará em regime de permanência, segundo regimento próprio que elaborará.

4. Governo

4.1 O primeiro-ministro será escolhido pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução e forças políticas e partidos que entender por convenientes.

4. 2 O Governo será escolhido pelo primeiro-ministro, tendo em atenção a representatividade dos partidos na Assembleia Legislativa e as possíveis coligações e empossado pelo Presidente da República.

4.3 Nos casos de formação inicial ou de recomposição ministerial que abranja pelo menos um terço dos ministros, o novo Governo deverá ser submetido a voto de confiança da Assembleia Legislativa na sua primeira sessão.

4.4 O primeiro-ministro é politicamente responsável perante o Presidente da República e perante a Assembleia Legislativa.

4.5 A Assembleia Legislativa pode votar moções de desconfiança ao Governo. A aprovação de duas moções de desconfiança feitas com pelo menos 30 dias de intervalo, obrigará à recomposição ministerial.

4.6 O Governo terá competência para legislar por decretos-leis sobre matérias não reservadas ao Conselho da Revolução ou à Assembleia Legislatura.

Poderá ainda apresentar por sua iniciativa propostas de lei à Assembleia Legislativa.

4.7 Serão obrigatoriamente de confiança do M.F.A. os ministros da Defesa, Administração Interna e Planeamento Económico, pelo que a sua nomeação não deverá ser feita antes de ouvido o Conselho da Revolução.

5. Assembleia Legislativa

5. 1 A Assembleia Legislativa será eleita por sufrágio universal directo e secreto e terá um máximo de 250 deputados.

5.2 Os poderes legislativos da Assembleia serão apenas limitados pela sanção necessária do Conselho da Revolução nas matérias descriminadas em 3.2 c) ficando-lhe vedada a legislação em matéria exclusiva do âmbito militar.

5.3 Em caso de declaração de estado de sítio, este não poderá prolongar-se para além de 30 dias, sem ser ratificado pela Assembleia Legislativa.

5.4 A Assembleia Legislativa faz parte com a totalidade dos seus membros eleitos do Colégio Eleitoral para eleição do Presidente da República.

5.5 A Assembleia Legislativa poderá ser investida pelo Conselho da Revolução de poderes constituintes, quando por iniciativa deste lhe sejam propostas alterações à Constituição.

5.6 Os diplomas legislativos emanados da Assembleia que não tenham obtido a sancão do Conselho da Revolução, poderão ser promulgados na sua formal inicial se em segunda votação obtiverem aprovação por maioria de dois terços do número total de deputados.

6. Assembleia do M.F.A.

6.1 A Assembleia do M.F.A. será constituída por 240 representantes das Forças Armadas, sendo 120 do Exército, 60 da Armada e 60 da Força Aérea, sendo a sua composição determinada por lei do Conselho da Revolucão.

6.2 A Assembleia do M.F.A. da qual faz parte integrante o Conselho da Revolução, será presidida por este, através do seu próprio presidente ou de quem as suas vezes fizer.

6.3 A Assembleia do M.F.A. faz parte, com a totalidade dos seus membros, do Colégio Eleitoral para a eleição do Presidente da República.

6.4 A Assembleia do M.F.A. funcionará em regime de permanência e segundo regulamentação própria, que será da competência legislativa do Conselho da Revolução.

E — Disposições diversas

1. Constituição, Vigência e Revisão

1.1 A futura Constituição a elaborar pela Assembleia Constituinte terá um período de vigência igual ao do período de transição e que deverá ser fixado entre 3 e 5 anos.

1.2 No fim do período de transição a Assembleia Legislativa será dissolvida e eleita nova Assembleia que iniciará o seu mandato com poderes constituintes, procedendo então à revisão da Constituição.

Só quando esta Constituição revista entrar em vigor se considerará terminado o período de transição.

2. Pontos Programáticos a incluir a Constituição

Além das disposições que constituem a base deste acordo, a Constituição deverá consagrar os princípios do Movimento das Forças Armadas, as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos ao Programa imposto pela dinâmica revolucionária que alerta e irreversivelmente empenhou o País na via original para um português.

Socialismo

Forças Armadas

3.1 Durante o período de transição, o poder militar manter-se-á independente do poder civil.

3.2 O comandante-chefe das Forças Armadas será o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas que depende directamente do Presidente da República.

3.3 O CEMGFA poderá ser assistido por um vice-chefe do EMGFA, que o substituirá nos seus impedimentos.

3.4 Cada um dos ramos das Forças Armadas será chefiado por um chefe do Estado-Maior.

3.5 O CEMGFA, o vice-CEMGFA e os CEMES dos três ramos das Forças Armadas terão competência ministerial.

3.6 As Forças Armadas serão o garante e o motor do processo revolucionário conducente à construção de uma verdadeira democracia política, económica e social.

3.7 Além da sua missão específica da defesa da integridade e independência nacionais, as Forças Armadas participarão no desenvolvimento económico, social, cultural e político do País no âmbito do seu Movimento.

A F.S.P. E AS COMISSÕES DE MORADORES

. «A Frente Socialista Popular pensa ser necessário dinamizar a actuação a nível local das comissões de moradores e habitantes com vista à sua melhor integração na luta pela construção de uma sociedade sem classes», afirma-se num comunicado daquele partido esta manhã distribuído à Imprensa.

«Há que combater a burguesia em todos os campos», prossegue o comunicado. «Em todos os campos em que ela exerça a sua acção exploradora — e nesse combate o papel a desempenhar pelas comissões de moradores é fundamental, integrando-a a F. S. P. numa justa luta reivindicativa de melhores condições de vida (saúde, habitação, assistência social, etc.) que abale fortemente os alicerces do sistema capitalista».

No que diz respeito aos pequenos e médios agricultores, a F. S. P. «propõe a criação de associações de produção através do fornecimento por empresas públicas de máquinas, sementes de boa qualidade, fertilizantes e pesticidas a boas condições de preço».

Adianta a F. S. P. que pensa «ser de primeira necessidade a concessão de crédito a longo prazo e a baixa taxa de juro, de apoio técnico permanente e gratuito pelo sector público junto das pequenas e médias explorações».

No respeitante a latifúndios «a F. S. P. preconiza a sua imediata nacionalização e a sua transformação em sociedades mistas (Estado/Trabalhadores)». A exploração «deverá ser atribuída a associações de camponeses sem terra, orientados e assistidos por técnicos nomeados pelo Estado».

Nacional

O 11 DE MARÇO DA GELMAR

J. SILVA FALCÃO

. Durante anos e anos, a Gelmar significou para o Povo português um feroz reduto do fascismo, onde imperava o poder monolítico de Henrique Tenreiro. Com a máxima justificação, aí se concentravam figuras das mais reaccionárias da nossa terra.

As administrações da Gelmar (sabe-se agora) revelaram-se desastrosas. Na senda da ruína, total e completa, arrastando na sua queda outros departamentos do mundo das pescas. Até o dinheiro dos pescadores era canalizado para o sorvedouro da Gelmar.

No entanto, e este facto é espantoso, esta empresa ainda constituiu recurso para financiamento da Orbis, célula capitalista de inspiração tenreirista, secundada por Ramiro Valadão, Silveira Pinto, Artur Agostinho e outros.

No dia 24 de Abril de 1974, a Gelmar encontrava-se tecnicamente falida. Tecnicamente e não só. A falência era total: os vícios acumulados na empresa revelavam-se clamorosos. O ambiente tresandava a espírito mafioso.

Um problema mais se colocou à nossa jovem democracia: resolver o destino de uma empresa com cerca de mil empregados, colaborantes numa tarefa de interesse público. Evitou a Secretaria de Estado das Pescas que a Gelmar encerrasse as suas portas. Conseguida uma moratória por dois anos, designou a Secretaria de Estado das Pescas uma comissão directiva que, por artes mágicas, surgiu na capa de uma comissão fiscalizadora. Mistério intrigante...

Começou a epopeia de três indomáveis mosqueteiros.

Havia toda uma tarefa de saneamento económico e financeiro, toda uma tarefa de saneamento moral.

Num momento em que se tornava necessário todo o apoio, fez a sua aparição o trabalho de sapa dos bancos comerciais, com especial realce para o Banco Espírito Santo. Eram gigantescos os obstáculos opostos à esforçada comissão directiva, cujos objectivos se enquadravam numa política geral de contornos conhecidos.

Não existiam apenas no exterior os sabotadores da tarefa de reconstrução. A reacção não desarma, no País, nas empresas. A reacção surgiu entre alguns empregados da Gelmar, empenhados em obstruir a acção dos representantes do Governo. Os reaccionários locais foram aguçando as garras: permitiam-se tudo discutir, a comissão directiva, o M. F. A. e o Governo Provisório. Criou-se tensão, mais que evidente.

Houve então um 11 de Março na Gelmar. Ocorreu este no passado dia 7 de Abril, pela manhã. Conhecida a constituição de uma comissão administrativa, formada pelos três elementos da anterior comissão directiva que assim viram ratificada a sua competente actividade, efectuou-se um plenário de trabalhadores que redundou numa manifestação inolvidável de enorme confiança nos destinos da empresa e nos destinos do Portugal democrático.

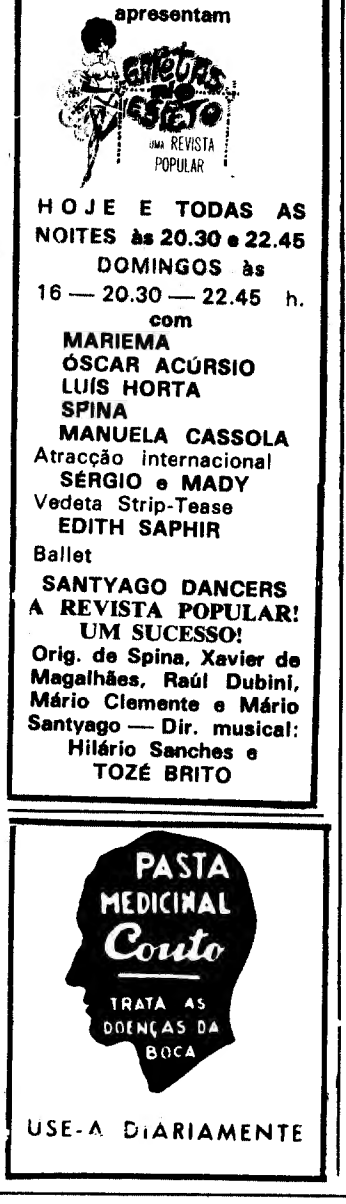
No meio da vibração incontida, o plenário findou com vivas à Comissão Administrativa, ao M. F. A. e ao Governo. A comoção colectiva atingiu o paroxismo quando os assistentes entoaram em uníssono o Hino Nacional, a expressar a fé indomável no futuro progressivo da nossa Pátria.

Que colha frutos o exemplo fornecido pela Gelmar. O que se passa no País, o que continuará a passar-se, nas repartições públicas e nas empresas, mostra que a vigilância não pode abrandar, seja onde for. Há que desbancar todos aqueles que procuram gerar a intranquilidade, ao mesmo tempo que intentam descreditar os defensores da democracia em Portugal.

CAPITÃO PEDROSA AFONSO

. Durante a nossa estada no RAL 1, foi-nos dado conhecimento de um abaixo-assinado que circula pelo quartel, o qual contava no momento com cerca de 150 assinaturas. O documento manifesta a oposição dos subscritores à saída da Unidade do capitão Pedrosa Afonso, considerado como tendo «dado as maiores provas de lealdade, o melhor exemplo e camaradagem nos momentos mais difíceis que temos suportado, e classifica a saída de misteriosa».

NO TEATRO
LAURA ALVES
R. da Palma/Tel. 864756
MÁRIO SANTYAGO
e LUÍS CORREIA
apresentam
Grandes Êxitos
uma REVISTA POPULAR
HOJE E TODAS AS NOITES às 20.30 e 22.45
DOMINGOS às 16 — 20.30 — 22.45 h.
com
MARIEMA
ÓSCAR ACÚRSIO
LUÍS HORTA
SPINA
MANUELA CASSOLA
Atracção internacional
SÉRGIO e MADY
Vedeta Strip-Tease
EDITH SAPHIR
Ballet
SANTYAGO DANCERS
A REVISTA POPULAR! UM SUCESSO!
Orig. de Spina, Xavier de Magalhães, Raúl Dubini, Mário Clemente e Mário Santyago — Dir. musical: Hilário Sanches e TOZÉ BRITO



MARCA 75

O NOVO VW BRASILIA

com a tradicional qualidade e assistência VW.

Pela primeira vez em exposição em todos os stands da Organização VW no País.

Extremamente compacto por fora e surpreendentemente espaçoso por dentro, com duas largas portas laterais e ampla «porta» traseira. Costas do banco traseiro completamente rebatíveis, resultando em grande superfície útil.

O VW Brasília é uma viatura de múltiplas aplicações.

Comprovada técnica VW — suspensão independente às quatro rodas e robusto motor de 50 CV alimentado a gasolina normal.

Agradecemos a sua visita ao stand do Agente VW mais próximo, para lhe fazermos uma demonstração do novo VW Brasília.

UM VW É SEMPRE UM BOM INVESTIMENTO.

Volkswagen de Portugal, Automóveis, Lda.
e Agentes
em todo o País

COMPANHIA ELÉCTRICA DO ALENTEJO E ALGARVE — CEAL S.A.R.L.

SEDE: RUA D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, N.º 23-A, 5.º, 6.º e 7.º ANDARES LISBOA

CAPITAL: 70 000 000$00

LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Srs. Accionistas a reunirem-se em assembleia geral ordinária, na sede social, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, n.º 23-A, 6.º andar, Lisboa, no dia 26 de Março próximo, pelas 11 horas, a fim de:

— Deliberar sobre o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração e o relatório e parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1974;

— Proceder à eleição da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

— Deliberar sobre matéria de regulamentação interna.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,
a) **José Francisco Corrêa Matoso**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

De harmonia com o que determina a lei e o pacto social, temos a honra de apresentar à apreciação da Assembleia Geral o relatório, o balanço e as contas referentes ao ano de 1974.

Começamos por referir um facto que se verificou no decurso do ano e que teve proporções verdadeiramente históricas na vida do País: as Forças Armadas, formando um Movimento, instituíram um novo regime político com a missão de atingir, dentro dos princípios da liberdade e da justiça, os muito importantes objectivos consubstanciados no Programa que apresentaram.

Estudos e Obras de Grande e Pequena Distribuição

O trabalho dos nossos Serviços de Estudos e Projectos desenvolveu-se a ritmo semelhante ao do ano anterior, com acentuadas tarefas de gabinete e de campo, na preparação de projectos, uns já em execução, outros aptos a isso, muitos destes na dependência das comparticipações e subsídios a conceder pelo Estado e Câmaras Municipais ou a receber de clientes.

Pudemos continuar a realizar, durante o ano de 1974, além de trabalhos necessários de conservação, obras de montagem de novos equipamentos que assumem importância digna de ser assinalada e que devem prosseguir em maior escala no ano corrente e nos que se lhe seguem.

No domínio da mais alta tensão, que construímos e exploramos — a 60 kV — há que referir as obras de ampliação das subestações 60/30/15 kV de Loulé, de Beja e de Porto de Lagos e a conversão do posto de corte de Moura numa subestação de 60/30 kV.

Em Loulé, com a potência elevada para 40 MVA, está em montagem um novo painel de chegada a 60 kV, um segundo barramento geral e um disjuntor interbarras. Em Beja, montou-se uma nova saída a 60 kV para a linha Beja-Moura e, no posto de corte desta última localidade, estão a terminar os trabalhos da sua conversão numa subestação de 60/30 kV de 2X10 MVA.

Em Porto de Lagos, decorrem os trabalhos para elevar a respectiva potência para 40 MVA. Ainda no capítulo dos 60 kV, está a construir-se a segunda linha Tunes-Loulé, de ligação à Companhia Portuguesa de Electricidade — CPE, e a linha Beja-Moura, que funcionava a 30 kV, passou a funcionar a 60 kV, desde os primeiros dias do ano corrente.

Instalou-se uma subestação de 30/15 kV em Ferreira do Alentejo, que trabalhará em conjungação com o posto de corte aí existente e que foi remodelado. Concluiu-se a conversação da subestação da Lagoa de 30/6 kV para 30/15 kV, tendo-se completado, na extensão de cerca de 13 quilómetros, a passagem da rede de 6 kV, que servia este concelho, para a nova tensão de 15 kV.

As linhas que foram concluídas em 1974, de 15 e 30 kV, atingiram a extensão de 60 quilómetros e prossegue a montagem de mais 93 quilómetros. Ainda há a contar que temos projectos prontos para a construção de mais 191 quilómetros de linhas a 15 e a 30 kV.

Ficaram concluídas as redes de pequena distribuição de Monte Francisco, no concelho de Castro Marim, Balurcos, no concelho de Alcoutim, Crastos-Senhora da Rocha, Alporchinhos e Quinta do Paraíso, no concelho de Lagoa, Santa Margarida do Sado, no concelho de Ferreira do Alentejo e Amieira, no concelho de Portel.

Foram já adjudicadas e estão em curso de construção as redes de Almograve, Longueira e Flor do Brejo, no concelho de Odemira e, breve, serão iniciadas as construções das redes de Carrapateira, no concelho de Aljezur, Pateiro, no concelho de Lagoa, Vaqueiro, no concelho de Alcoutim, S. Bartolomeu, no concelho de Castro Marim, e Hortas de D. Teresa, no concelho de Vidigueira, obras estas para as quais já foram concedidas comparticipações. Aguardam-se, a seguir, comparticipações para as obras de electrificação de Vila Azeda, no concelho de Beja, Alqueva e S. Bartolomeu do Outeiro, no concelho de Portel, Rio Seco, Almada d'Ouro, Barrocal e Junqueira, no concelho de Castro Marim, Martim Longo, Pereira e Giões, no concelho de Alcoutim, Benagil, no concelho de Lagoa e Bordeira e Alfambras, no concelho de Aljezur. E ainda outras estão à vista e se sucederão, no prosseguimento da electrificação rural.

Têm tido curso trabalhos de electrificação agrícola, para a qual, no ano de 1974, entrou em serviço o ramal da Torre Vã e estão em montagem mais cinco outros ramais, o que totaliza 14 quilómetros de linhas de AT. Estão projectados e aguardando as respectivas comparticipações mais 17 ramais, que atingem os 23 quilómetros.

Para alimentar a rede da sede de freguesia de Marmelete, no concelho de Monchique, já neste momento está em curso a montagem de uma linha de 15 kV, com cerca de 10 quilómetros de comprimento, e para alimentação das sedes de freguesia de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, no concelho de Almodôvar, construiu-se uma linha de 15 kV, em vias de conclusão próxima, com a extensão de cerca de 10 quilómetros.

Além das obras que ficam referidas, há outras a que nos temos de lançar a breve trecho, destacando-se a da construção de linhas de AT para ir alimentar novas realizações que as próprias Câmaras têm programado levar a efeito e as de construção de outras linhas, algumas até de tensão elevada, para satisfazer pedidos de empreendimentos vários. E a construção de novas linhas impõe mais a ampliação de subestações existentes e também a construção de novas.

Avista-se, portanto, um acentuado investimento a que tem de acorrer o correspondente financiamento.

De um modo geral temos problemas muito difíceis a fazer face. É não só o aumento incessante do custo dos materiais e também da mão-de-obra, como são os longos prazos que os fornecedores nos apresentam para a satisfação de encomendas, prazos esses que, ainda assim, não garantem e muitas vezes não cumprem, como igualmente não nos dão garantia de preço: será o que for no momento da entrega.

Por outro lado, nos orçamentos que servem de base às comparticipações, devia-se ter em conta os preços em vigor no momento, não da sua elaboração, mas da sua aprovação, correspondendo com a maior actualidade ao custo real, cujos aumentos são incessantes.

Mais: parece-nos que se deviam criar fórmulas de ajustamento, recorrendo-se a índices frequentemente actualizados.

Nós desejamos cumprir e satisfazer tudo quanto diga respeito ao programa de electrificação na nossa zona, tendo muito em conta o desenvolvimento necessário da electrificação rural e agrícola; mas precisamos de ser acompanhados em nível adequado nas colaborações que nos são devidas ou proporcionadas.

Exploração

O volume de energia admitido nas nossas redes foi de 250 652 284 kWh. A energia distribuída ao abrigo da concessão do Estado totalizou 237 210 770 kWh.

Parte desta energia transitou para as nossas concessões municipais e, tendo em conta as perdas verificadas nas respectivas distribuições, achamos o volume de 234 376 542 kWh como o do total da energia efectivamente entregue aos clientes.

O aumento global de distribuição de energia que se registou em relação ao ano anterior foi de 21,9 por cento.

Mas se pusermos de lado o aumento verificado, proveniente dos consumos industriais, em que avultam os de duas importantes indústrias que beneficiam de tarifa especial, temos que o aumento que se deu nos consumos das distribuidoras (incluindo a pequena distribuição da CEAL) e na agricultura foi de 8,9 por cento.

Temos as mesmas tarifas de há 20 anos, quando iniciámos o trabalho da electrificação da nossa extensa zona. Se na altura elas tendiam a corresponder, na sua definição, às condições existentes, hoje, nas circunstâncias actuais, apresentam-se insuficientes para dar satisfação à manutenção e desenvolvimento dos empreendimentos que nos estão confiados.

Contas

Analisando o balanço, vê-se que o valor do activo fixo, nele inscrito, aumentou de Esc. 22 999 951$61, que as obras em curso que transitaram para o ano corrente são no montante de Esc. 26 441 945$71, que os fundos de reserva somam Esc. 30 834 819$58, que se realizaram, em termos, as reintegrações devidas e que o passivo, a médio e a longo prazo, diminuiu de Esc. 5 913 040$90. Por reclassificação, que nos pareceu conduzir a uma melhor expressão, procedeu-se à transferência da verba de Esc. 17 034 718$09 da conta Reintegrações Gerais para a conta de Comparticipações.

No inventário das participações financeiras adoptou-se como critério valorimétrico o da sua aquisição, devendo ter-se em conta a alteração de valor que, no exercício de 1965, foi julgado conveniente realizar.

No decurso do ano, as despesas aumentaram consideravelmente em relação às do ano anterior, não só por causa das novas remunerações que se passaram a atribuir ao pessoal, com todas as suas repercussões, como também por causa do aumento sofrido na tarifa por que nos é fornecida a energia que distribuímos, como ainda por causa da subida de preços em geral. A comparação das contas de exploração dos dois anos que se sucederam é elucidativa, isto apesar dos principais aumentos de despesa não se terem feito sentir ao longo de todo o ano.

A receita verificada em 1974, mesmo com o seu maior volume, por causa do aumento de venda de energia, dadas as referidas despesas, não conduziu o balanço aos termos expressivos do de 1973. No ano em apreciação não se criaram, nem se reforçaram, provisões, como aconteceu no ano anterior e os lucros finais diminuíram. Dificuldades têm surgido na cobrança das nossas facturas, o que imediatamente comporta reflexos na tesouraria, que também se ressente, como é evidente, dos aumentos de despesa referidos.

Os resultados do exercício são de Esc. 8 106 651$30 que se deverão somar a Esc. 1 016 952$32 do exercício do ano anterior. Obtém-se o total de Esc. 9 123 603$62, para o qual temos a honra de propor a seguinte aplicação:

Fundo de Reserva Legal	1 300 000$00
Gratificação de exercício ao pessoal e respectivos encargos	2 700 000$00
Dividendos	4 200 000$00
Conta Nova	923 603$32

BALANÇO E RESULTADOS GERAIS

Balanço em 31 de Dezembro de 1974

ACTIVO			
Disponível			
Caixa	1.997.475$46		
Bancos	7.843.023$04	9.840.498$50	
Realizável			
Clientes	35.872.333$70		
Devedores e Credores Diversos (Saldos Devedores)	4 533.557$36		
Letras a Receber	950.415$00		
Participações Financeiras	18.737.542$03	60.093.848$09	
Permutável			
Contas Transitórias (Saldos Devedores)	1.395.206$39		
Material em Armazém	22.560.756$49		
Material a Receber	10.569.770$63		
Serviços Diversos (Obras em Curso)	26.441.945$71		
Serviços de Oficinas (Obras em Curso)	16.559$64	60.984.238$86	
Fixo			
Aparelhos, Ferramentas e Utensílios Industriais	1.747.507$93		
Edifícios e Terrenos	169.624$98		
Grande Distribuição	181.163.869$13		
Laboratório	694.625$46		
Material em Instalações Alheias	13.189.194$85		
Móveis, Utensílios e Livros	4.555.315$85		
Pequena Distribuição	89.638.351$65		
Tele-Serviços	3.531.143$67		
Veículos	2.721.734$21	297.411.367$74	428.329.953$19
De Ordem			
Cauções da Administração		200.000$00	
Devedores por Cauções Próprias		124.500$00	
Devedores por Garantias Bancárias		200.000$00	
Garantias Bancárias Recebidas		7.801.560$20	
Valores em Depósito		2.065.096$00	10.391.156$20
			438.721.109$39

PASSIVO			
Exigível			
Imediatamente e a Curto Prazo			
Contas Transitórias (Saldos Credores)	1.258.107$69		
Credores por Resgate de Obrigações	690.000$00		
Devedores e Credores Diversos (Saldos Credores)	5.025.214$05		
Dividendos a Liquidar	3.704.741$40		
Fornecedores de Energia	15.956.044$90		
Fornecedores Diversos	14.441.406$79		
Juros de Obrigações e Empréstimos Vencidos	630.395$25		
Letras a Pagar	2.000.000$00	43.705.910$08	
A Médio e a Longo Prazo			
Banco de Fomento — c/Empréstimos	10.658.978$20		
Caixa Geral de Depósitos—c/ Empr.	23.844.383$70		
Obrigações	16.437.000$00	50.940.361$90	94.646.271$98
Condicionado			
Provisões Diversas		2.200.000$00	
Provisão para Clientes de Cobrança Duvidosa		700.000$00	
Provisão para Impostos a Liquidar		9.550.876$79	
Provisão para Obsolência de Material em Armazém		1.500.000$00	13.950.876$79
De Compensação			
Reintegrações Gerais			
Apar. Ferram. e Utens. Industriais	1.299.753$47		
Edifícios e Terrenos	12.344$13		
Grande Distribuição	104.516.880$81		
Laboratório	615.646$63		
Material em Instalações Alheias	7.434.844$66		
Móveis, Utensílios e Livros	2.735.630$52		
Pequena Distribuição	26.355.180$96		
Tele-Serviços	2.299.909$39		
Veículos	1.849.811$71	147.120.002$28	
Comparticipações		51.985.099$30	
Quotas de Reversão		10.669.279$64	209.774.381$22
De Ordem			
Credores por Cauções da Administração		200.000$00	
Cauções Próprias		124.500$00	
Garantias Bancárias Prestadas		200.000$00	
Credores por Garantias Bancárias		7.801.560$20	
Credores por Valores em Depósito		2.065.096$00	10.391.156$20
Total do Passivo			328.762.686$19
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	70.000.000$00		
Reserva Legal	4.122.942$10		
Reserva Livre	26.711.877$48	100.834.819$58	
Resultados Gerais			
Resultados do Exercício Anterior	1.016.952$32		
Resultados do Exercício	8.106.651$30	9.123.603$62	109.958.423$20
			438.721.109$39

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
aa) *Francisco Alberto Corrêa Figueira,* pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL - Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, SARL
Luiz de Calheiros Braga, pela União Eléctrica Portuguesa, SARL

COMPANHIA ELÉCTRICA DO ALENTEJO E ALGARVE — CEAL S.A.R.L.

Nova Orientação na Política de Electricidade

Vem consagrado no Programa de Política Económica e Social o princípio da fusão de todas as empresas de electricidade numa só empresa, a qual também se ocupará, no Continente, de todos os serviços de pequena distribuição, que serão transferidos das Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados e Federações de Municípios.

Parece que estamos perante uma opção já tomada pelo Governo e, por nossa parte, só há que lhe dar a mais esforçada e pronta colaboração no interesse da economia nacional.

Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade

A CEAL continuou, em 1974, como acontece há 8 anos a esta parte, a exercer a presidência da Direcção do Grémio e continuou a poder dar o melhor do seu esforço no cumprimento das múltiplas tarefas que têm competido ao mesmo Grémio.

Em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, que teve lugar a 20 de Dezembro último, foi resolvido proceder à sua dissolução, tendo-se-lhe seguido e estando ainda em curso a prática de actos e a satisfação de formalidades necessários.

Neste momento, não podemos deixar de acentuar que este organismo, ao longo da sua vida de mais de 14 anos, mercê de pessoas que a ele se dedicaram, se lançou em trabalhos muito úteis, não só para as empresas, como também para o serviço da electricidade em geral. Deu toda a colaboração a organismos do Estado e a diversas entidades, realizou estudos, alguns de alto nível e que entravam já no campo da investigação, organizou estatísticas valiosas, tratou dedicadamente de assuntos de interesse para os seus associados e ocupou-se de contratações colectivas de trabalho, promovendo a aplicação de novos e adiantados métodos objectivos de regulação das situações dos trabalhadores.

No campo internacional, criou e manteve relações e cooperações com algumas das mais reputadas organizações da especialidade, com efeitos práticos muito positivos.

Com a cooperação e ajuda de serviços oficiais e sindicais, pôde contribuir para a fundação em 1966 do Centro de Formação Profissional para o Pessoal da Indústria Eléctrica, que tem realizado um trabalho proveitoso e de sentido progressivo.

Foi resolvido, entre a grande maioria das empresas, a criação de uma associação livre — Associação Portuguesa de Industriais de Electricidade — que, neste momento se acha em organização e tem tratado, mesmo com carácter oficial de assuntos de interesse comum.

Considerações Finais

— Em Novembro de 1974 completou a CEAL 20 anos de existência; e, olhando a extensão e qualidade das instalações levadas a cabo e os serviços prestados, cremos que nos podemos regozijar por todos, na Companhia, terem sabido cumprir com presteza e actualidade.

— Durante o ano trataram-se vários assuntos com representantes do pessoal, tanto no seu interesse, como no da Companhia, assinalando-se que os contactos e reuniões havidos foram úteis, manifestando-se boa-vontade de um lado e de outro.

— Ao Exm.º Sr. Director-Geral da Energia, à Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos e a outras entidades públicas com quem tivemos de tratar e junto de todas as quais sempre tivemos bom acolhimento, desejamos exprimir o

— Aos Bancos que trabalharam connosco gostosamente deixamos aqui nosso tributo de elevada consideração e de reconhecimento.

— E de sempre o trabalho cuidadoso e pontual do Conselho Fiscal e a cooperação tão útil que dispensa ao desempenho da nossa missão.

Ao longo deste ano mais uma vez o verificamos e, portanto, mais uma vez lhe apresentamos o testemunho do nosso apreço e da nossa gratidão.

— Como todos os anos tem acontecido, também neste é-nos agradável poder dirigir louvores ao pessoal da Companhia que bem os mereceu.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — aa) **Francisco Alberto Corrêa Figueira**, pela Aliança Eléctrica do Sul, S. A. R. L. — Presidente; **António José Martins Galvão**, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, S. A. R. L.; **Luiz de Calheiros Braga**, pela União Eléctrica Portuguesa, S. A. R. L.

Gerência referente ao ano de 1974

EXPLORAÇÃO

DÉBITO		
Energia		104.481.561$90
Despesas de Conservação e Reparação		
Remunerações e outros encargos com o Pessoal	4.135.752$54	
Outros encargos	1.508.447$55	5.644.200$09
Encargos Gerais de Exploração		
Remunerações e outros encargos com o Pessoal	16.846.824$23	
Outros encargos	2.445.791$97	19.292.616$20
Reintegrações Gerais		13.790.920$94
Quotas de Reversão		1.460.679$65
Taxas, Contribuições e Impostos		4.712.483$00
Encargos Comerciais e Administrativos		
Remunerações e outros encargos com os Órgãos Sociais e a Fiscalização do Governo	870.112$58	
Remunerações e outros encargos com o Pessoal	10.927.610$52	
Publicidade	3.951$50	
Reintegrações	307.551$80	
Taxas, Contribuições e Impostos	33.571$90	
Outros encargos	1.969.753$68	14.112.551$98
Juros, Descontos e Dividendos		
Juros devidos		2.478.451$25
Diversos		14.450$03
PARA RESULTADOS GERAIS		7.671.493$99
		173.659.409$03

CRÉDITO		
Energia		170.136.416$15
Mínimos Contratuais		83.186$80
Aluguer de Material		2.258.686$40
Taxas de Ligação		82.602$50
Rendimentos Diversos		109.484$09
Juros, Descontos e Dividendos		
Juros cobrados	638.003$40	
Descontos tomados	113.599$29	
Dividendos recebidos	237.430$40	989.033$09
		173.659.409$03

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
aa) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*, pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL - Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, SARL
Luiz de Calheiros Braga, pela União Eléctrica Portuguesa, SARL

GERÊNCIA REFERENTE AO ANO DE 1974
RESULTADOS GERAIS
RESULTADOS DO EXERCÍCIO

CRÉDITO		DÉBITO		
Encargos e Regularizações Diversos	402.800$49	Exploração		7.671.493$99
PARA BALANÇO	8.106.651$30	Rendimentos e Regularizações Diversos		
		Assistência Técnica Prestada	230.000$00	
		Mais-Valias	22.000$00	
		Anulação de Provisão	21.670$00	
		Outros	564.287$80	837.957$80
	8.509.451$79			8.509.451$79

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
aa) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*, pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL - Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, SARL
Luiz de Calheiros Braga, pela União Eléctrica Portuguesa, SARL

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 1974

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação em bolsa c)	Valor do balanço — Unitário	Valor do balanço — Total	Valor de aquisição	Diferenças — Flutuação de valores	Diferenças — Perdas levadas a resultados
Participações financeiras									
Quotas									
Empresa Editorial Electrotécnica EDEL, Lda.	1					1.600$00	1.600$00		
Acções									
Aliança Eléctrica do Sul	620.387	10$00	32$839	143$00	29$563	18.340.499$23	20.372.857$83	1.282$21	
Companhia Portuguesa de Electricidade — CPE — Port.	100	1.000$00	1.045$00	1.220$00	1.045$00	104.500$00	104.500$00		
Companhia Portuguesa de Electricidade — CPE — Nom.	286	1.000$00	1.017$28	1.300$00	1.017$28	290.942$80	290.942$80		
						18.737.542$03 a)	20.769.900$63 a)	1.282$21 b)	—$—

a) A diferença entre os dois valores corresponde a amortização em 1965.
b) Lucro verificado e transferido a Resultados Gerais no exercício.
c) Última cotação conhecida.

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
a) *Joaquim Adriano Teixeira de Sousa*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
aa) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*, pela Aliança Eléctrica do Sul, SARL - Presidente
António José Martins Galvão, pela Hidro Eléctrica Alto Alentejo, SARL
Luiz de Calheiros Braga, pela União Eléctrica Portuguesa, SARL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

O Conselho Fiscal, conforme é determinado na lei e nos estatutos, tem a honra de vos dar conta da sua missão durante o exercício de 1974, apresentando o seu Relatório e o seu Parecer relativo ao Relatório, Balanço e Contas que a Ex.ª Administração submete à apreciação da Assembleia Geral.

Acompanhámos, com regularidade, o trabalho da Administração e procedemos às verificações que nos pareceram necessárias, tendo encontrado sempre toda a documentação indispensável em perfeita ordem e devidamente registada. Podemos assim afirmar que as contas que vos são apresentadas, para aprovação, traduzem exactamente os resultados do exercício.

Entendemos que os critérios valorimétricos adoptados estão correctamente estabelecidos, pelo que merecem aprovação.

Com bastante pormenor vos é dado a conhecer, no Relatório da Administração, o que foi a vida da empresa, no ano de 1974, e muito nos apraz reconhecer que, apesar das crescentes dificuldades de toda a ordem, que têm surgido, nem por isso deixou de ser mantido o mesmo ritmo de expansão, melhorando e ampliando instalações, estabelecendo novas linhas, subestações e numerosas redes de baixa tensão que, beneficiando as populações rurais, não trazem qualquer lucro, pois representam um pesado encargo financeiro sem a correspondente compensação na venda da energia.

Foi árduo o trabalho de todos os Senhores Administradores, mas seja-nos permitido salientar a actuação do ilustre Presidente, a quem coube o quotidiano labor da gerência da empresa.

Agradecendo as imerecidas palavras de louvor que no seu Relatório a Administração nos dirigiu, terminamos emitindo o seguinte

PARECER

1.º — Que sejam aprovados o Relatório, Balanço e Contas apresentados pelo Conselho de Administração;

2.º — Que os lucros apurados sejam repartidos conforme a proposta da Administração;

3.º — Que os Ex.ºs Administradores sejam louvados pela sua muita competência e dedicação sempre demonstradas;

4.º — Que a todo o Pessoal se transmita o nosso reconhecimento pela sua prestimosa colaboração.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1975.

O CONSELHO FISCAL

A) António Themudo de Castro — presidente; abílio de Oliveira Gericota e João Manuel Pinto de Ruella Ramos.

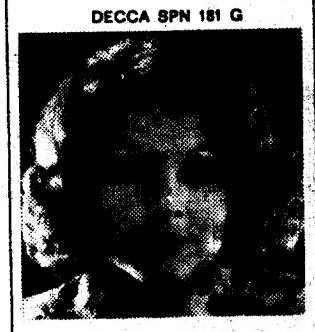
novos portugueses

lenita

«POR TODO O AMOR DO MUNDO

Um trabalho conjunto e positivo de Lenita com José Cid

DECCA SPN 181 G



som dois

«A UM AMIGO»

A uma paz Feita de pedra e cal!

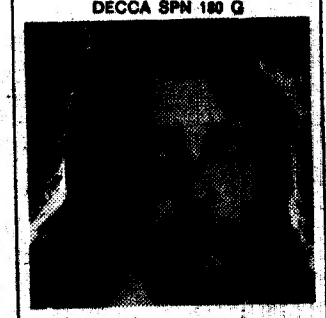
DECCA SPN 176 G

manuela bravo

SOLDADO-ESCRAVO

O 2.º disco duma das mais promissoras vozes femininas portuguesas

DECCA SPN 180 G



ARTISTAS EM EXCLUSIVIDADE

VALENTIM DE CARVALHO CI SARL

TELECOLOR

O CORDEIRO ENFURECIDO

(LE MOUTON ENRAGÉ)

UM ELENCO VERDADEIRAMENTE EXCEPCIONAL

JEAN-LOUIS TRINTIGNANT · ROMY SCHNEIDER

FLORINDA BOLKAN · JEAN-PIERRE CASSEL · JANE BIRKIN

num filme de MICHEL DEVILLE

Não aconselhável a menores de 18 anos

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI, 5-D—R. Infantaria 16, 55-C—LISBOA

Nacional

NA BAIXA DE LISBOA

O CENTRO SOCIAL E CULTURAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO NASCERÁ DA SOLIDARIEDADE

Os empregados do comércio trabalharão também no próximo fim de semana. Não nos estabelecimentos dos patrões e por conta e a favor destes, mas em seu proveito próprio, no que será o seu futuro Centro Social e Cultural, a erguer sobre as ruínas de um hotel abandonado, o velho Francfort, da Praça do Rossio.

A gigantesca operação de limpeza a iniciar no sábado à tarde é o primeiro passo na transformação (do aspecto) do edifício. Quilos e quilos, de toneladas de poeira acumulada ao longo de anos terão de ser removidos antes de se pensar em utilizar as instalações seja para o que for. Pertencendo ao sexo feminino a maior parte dos trabalhadores do comércio, é evidente que se conta com a habitual eficácia das mulheres nas tarefas de limpeza. Sem prejuízo de os homens estarem mobilizados para participar em pé de igualdade — conforme foi dito pela comissão instaladora, de que fazem parte vários delegados sindicais.

Depois, o que é que vai sair dali? O primeiro pensamento dos trabalhadores que ocuparam o edifício, antes mesmo de essa ocupação estar concretizada, foi instalar um infantário-creche. A falta de equipamentos infantis constitui, com efeito, uma das principais preocupações dos trabalhadores, sobrecarregados com horários de trabalho que os ocupam durante todo o dia, em zonas (sessenta por cento deles trabalham nas lojas da «Baixa») onde não se vislumbra uma creche ou um infantário a preço compatível com os seus salários, que em média não vão além de 6 contos mensais.

Se foi fácil pensar, mais difícil é executar. Quanto à «legalização» da ocupação não deve haver problemas. Se o edifício não servia para nada, é justo dar-lhe uma utilidade. Isso mesmo afirmou a comissão instaladora ao seu proprietário, que pareceu estar de acordo. Mas, para ser utilizável, o prédio precisa de obras. Esse, aliás, o motivo por que foi encerrado o hotel Franckfort. Obras que vão custar umas boas centenas de contos. De onde virão? Uma vez que o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio não apoia a ocupação, terá de haver um forte apoio oficial. Os empregados do comércio contam com ele. Embora, mais ainda, consigo próprios que, somados, dão 30 mil pessoas. E contam, evidentemente, com outros apoios, na base da solidariedade e da simpatia.

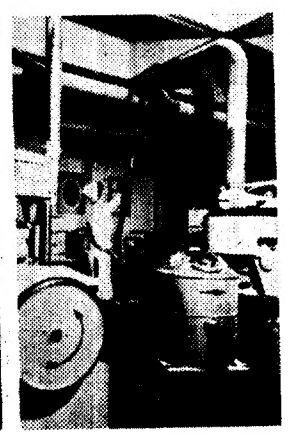
NÃO AOS DEPÓSITOS DE CRIANÇAS

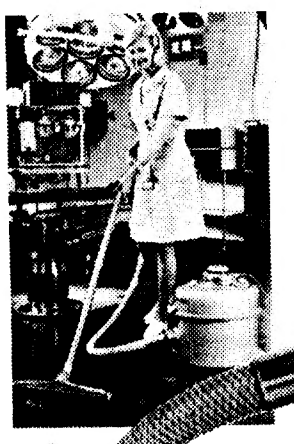
Em relação à crece-infantário, espera-se, naturalmente, que o M. E. C. colabore. As promessas espontâneas de auxílios que vão surgindo, daqui e dali, serão o complemento da ajuda oficial. É o caso da instituição assistencial que telefona a oferecer os seus préstimos ou da professora de ginástica que passa e se prontifica dar aulas da sua especialidade aos filhos dos trabalhadores. Também se espera que entre os médicos progressistas uma equipa de pediatras esteja disposta a prestar a necessária assistência às crianças. Os empregados do comércio querem construir para os seus filhos um lugar saudável e agradável, e não um simples depósito de crianças.

À base de idênticos apoios se conta montar o refeitório. Sendo a INATEL (ex-FNAT) um organismo destinado a apoiar os trabalhadores, espera-se, evidentemente, que ela auxilie de forma efectiva os do comércio. A importância de um refeitório para estes, na zona da «Baixa», não precisa de grandes explicações. A zona está mal servida de restaurantes módicos e já não há modicidade compatível com pequenos ordenados como os destes trabalhadores. A instalação de uma cantina significaria, assim, o fim das refeições constituídas à base de «sanduiches» e tomadas de pé, entre encontrões, aos balcões das tascas e dos «snacks». Para muitas centenas de trabalhadores que passam o seu dia de trabalho sem um minuto para se sentarem, como acontece com os empregados de balcão.

NILFISK

LIMPEZA EFICIENTE EXIGE UM ASPIRADOR EFICAZ





NILFISK é um aspirador altamente eficaz. Um, dois ou três motores conferem ao NILFISK INDUSTRIAL o poder de aspiração necessário a cada aplicação.
Mesmo nos modelos de maior capacidade, a sua operabilidade é espantosa.
Pode, por isso, ser facilmente utilizado por qualquer pessoa, homem ou mulher.
O «design» do NILFISK INDUSTRIAL possibilita-lhe movimentação fácil mesmo em locais de dimensões reduzidas.
Os acessórios NILFISK, de grande versatilidade, ajudam a eficiência do trabalho e permitem alcançar pontos de difícil acesso. Assim, NILFISK assegura uma limpeza perfeita e total nas instalações e no equipamento.
A rentabilidade do NILFISK INDUSTRIAL está comprovada em milhares de fábricas, armazéns, garagens, oficinas, hotéis, hospitais, igrejas, cinemas, ginásios, etc.

NILFISK UM MUNDO DE SOLUÇÕES

NILFISK ASPIRADORES INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS, LDA.

LISBOA - Rua Félix Correia, 8 - Tels. 78 83 31 78 99 55

PORTO - Rua da Constituição, 2371 - Tel. 69 34 23

A C.M.L. REQUISITA CASAS DEVOLUTAS

— nova legislação sobre ocupações

. O Conselho de Ministros restrito reuniu-se ontem à tarde em S. Bento, sob a presidência do brigadeiro Vasco Gonçalves, juntamente com os ministros do Equipamento Social e Ambiente, Justiça e Administração Interna, tendo sido abordado o problema da ocupação de casas. No final da reunião, foi distribuído o seguinte comunicado:

. «O Conselho Restrito reuniu juntamente com os ministros do Equipamento Social e Ambiente, Justiça e Administração Interna, tendo aprovado um projecto de decreto-lei sobre fogos sobreocupados e sublocação, aplicável apenas no concelho do Porto, e que visa pôr cobro à especulação levada a efeito por intermediários, sem qualquer justificação de natureza jurídica ou moral, que se verifica naquela zona urbana.

«O Conselho apreciou em seguida um projecto de decreto-lei sobre a ocupação ilegal defogosdehabitação,reduzindo os prazos actuais de arrendamento de 120 para 60 dias, findo o qual os fogos se consideram devolutos, e fixando penas para todo aquele que, em infracção a este diploma, vier a ocupar qualquer fogo destinado a hbitação assim como qualquer loja, armazém ou dependência de prédio urbano, ainda que em construção, seja qual for o seu destino.»

APOIO ÀS OCUPAÇÕES

Um comunicado posto a circular pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses sobre o problema da habitação e sua inclusão no processo de democratização, apoia a ocupação de casas devolutas, nestes termos:

. «A Associação dos Inquilinos Lisbonenses entende ser inadiável que se inclua a habitação num processo de democratização que satisfaça as justas ambições da grande maioria dos portugueses, que, portanto, a lei revolucionária de que se fala não demore a ser publicada e responda à urgência de medidas que, no âmbito da política habitacional, venham ao encontro daquelas ambições.

«É necessário assegurar ao povo que as forças que se têm oposto à promulgação de uma legislação habitacional verdadeiramente popular não são já suficientemente potentes para impedirem que a aliança Povo/M.F.A. leve por diante as acções que se impõem no plano de inquilinato e no do alojamento dos mal alojados. A ocupação de casas, mantidas devolutas ilegal e criminosamente, porque as autoridades competentes, por inércia insufia ciência, não fizeram aplicar a lei, demonstram a determinação do Povo em colaborar com o M.F.A. que foi o inspirador da mesma lei».

Também a Intercomissão dos Bairros de Lata e Bairros Pobres e a Comissão de Moradores do Alto da Eira se pronunciaram sobre o problema da habitação, tendo convocado uma manifestação para as 18 e 30 de hoje «contra as manobras da E.P.U.L., da Junta e da Câmara Municipal de Lisboa». A palavra de ordem será «casas, sim, barracas, não!».

SINISTRADOS DA CURRALEIRA

A Câmara Muncipal de Lisboa, através da Direcção dos Serviços de Habitação, tomou as providências necessárias para que não fiquem sem alojamento as famílias que perderam as suas casas (?) no incêndio que há dias destruiu dezenas de barracas na Curraleira.

Sobre esse assunto foi divulgado um comunicado do seguinte teor:

«Considerando que o indêncio do dia 31 de Março, no Bairro da Curraleira, criou uma situação de emergência aos sinistrados, que se encontram sem habitação;

«Considerando que os serviços da Câmara não têm disponíveis quaisquer fogos;

«Considerando que existem, actualmente, fogos sem qualquer utilização, e que não advém do seu aproveitamento imediato qualquer prejuizo económico para os seus proorietários:

Requisitam-se, temporariamente, os fogo que, estando nestas condições, sejam necessarios ao alojamento dos referidos sinistrados. Seguidamente a Câmara Municipal de Lisboa procurará regularizar estas situações nos casos em que haja acordo para se proceder ao arrendamento; quando não houver acordo à realização do arrendamento definitivo, a Câmara Municipal de Lisboa estudará o processo mais rápido de realojamento dos referidos sinistrados, salvaguardando assim o direito dos proprietários das habitações agora requisitadas.»

. Entretanto, o núcleo da TAP do Partido Socilaista pede aos seus colegas de trabalho que todo o auxílio que possam dar (roupas, calçado, dinheiro, etc), seja canalizado para a Divisão de Motores, Secção Técnica.

OCUPAÇÕES NA COVA DO VAPOR

Desde algum tempo que se tem vindo a processar na zona denominada Cova do Vapor a ocupação abusiva de terrenos e a construção acelerada e desordenada de habitações clandestinas.

Os ocupantes, arbitrariamente, devastaram a vegetação aí existente, cuja plantação, atendendo a que se trata de uma zona árida, tinha sido criteriosamente estudada por técnicos especializados.

O COPCON declara-se intransigente com situações desta natureza, não pactuando de qualquer forma com a criação de condições que levam ao desrespeito pelos direitos mais elementares dos cidadãos e da ordem e que entravam a reconstrução do novo Portugal que se pretende e se deseja.

No caso presente, foram os ocupantes avisados por diversas vezes da ilegalidade da sua situação, sendo intimados a proceder à sua desocupação.

Não o tendo feito de livre vontade, o COPCON, face ao exposto anteriormente, actuará em conformidade.

OCUPADA A QUINTA DA VISCONDESSA DE LOBÃO

PORTO, 10 — Ontem à tarde, trabalhadores do Ministério dos Assuntos Sociais e do Ministério do Equipamento Social e Ambiente ocuparam a antiga Quinta da Viscondessa de Lobão, sita na Avenida da Boavista.

Aqueles trabalhadores deliberaram proceder à recuperação dos edifícios e jardins; formar grupos de trabalho que visem a adaptação das estruturas já existentes ao objectivo do legado (fins educativos, creche e oficinas pré-profissionais); e apoio às mães trabalhadoras da função pública (creche e espaços para ocupação de tempos livres).

A antiga Quinta da Viscondessa de Lobão foi legada ao Estado há cerca de 30 anos, encontrando-se abandonada. Ocupa uma área de 10 mil metros quadrados. Tem acessos para várias ruas.

TRABALHADORES DA IMPRENSA EXIGEM A PUBLICAÇÃO DO C CT

. Empregados de administração e revisores de Impresa decidirão esta noite qual a posição a tomar face à não publicação no boletim do Ministério do Trabalho do contrato colectivo já assinado no dia 17 de Março pelos sindicatos respectivos e pelo Grémio da Imprensa Diária. A discussão incide sobre uma proposta que estabelece um prazo de 48 horas para o Ministério do Trabalho proceder à sua publicação. O adiamento da decisão foi deliberado numa reunião realizada ontem à noite na Casa da Imprensa, em que o último ponto da ordem de trabalhos — o contrato colectivo — acabou por mobilizar a discussão, tornando claro que a sua não entrada em vigor constitui a maior preocupação imediata dos trabalhadores. Isso acontece porque, para eles, a aceitação pelo patronato das novas condições acordadas constituíu uma vitória difícil e significativa. Muitas das categorias profissionais nele incluídas nunca tinham beneficiado da existência de um contrato colectivo; as restantes eram reguladas por convenções ultrapassadas no tempo, designadamente pelo constante aumento do custo de vida. Por outro lado, o novo contrato cujas cláusulas pecuniárias produzirão efeitos a partir de 1 de Janeiro virá beneficiar especialmente as categorias mais desfavorecidas, sujeitas, ainda, em muitos casos, a ordenados de 3300$00 e 4000$00.

Estas circunstâncias fizeram com que, no plenário de ontem, fosse severamente criticado o «boicote por parte das administrações e do Governo» à publicação do contrato. Tais críticas baseiam-se ainda no facto de não serem exorbitantes os ordenados e as outras regalias sociais acordadas (é de 10 500$00 o salário mais alto). Tanto assim, que o Grémio da Imprensa Diária as aceitou e algumas empresas já puseram em vigor algumas das cláusulas. É o caso da «Capital», cujos trabalhadores já vencem os ordenados constantes do novo contrato. Esta conquista só foi possível graças às lutas daqueles trabalhadores no próprio local de trabalho. Tendo em atenção este exemplo, foi aprovada no plenário uma moção (apenas com três abstenções e nenhum voto contra) recomendando a todos os sócios do sindicato que empreendam lutas nos locais de trabalho sem prejuízo da luta sindical, lutas que visem a concretização do contrato, mesmo sem a sua publicação.

Foi tornada pública durante o plenário a posição dos empregados de administração e revisores de Imprensa do Porto. Estes pediram que o ministro do Trabalho conceda uma audiência à Direcção dos Sindicatos em questão. Os trabalhadores do Porto manifestam-se contra a decisão do ministro da Comunicação Social de solicitar ao Ministério do Trabalho a suspensão da publicação do contrato, «notícia que provocou indignação e mal-estar entre os profissionais interessados».

Por sua vez, os trabalhadores da Imprensa de Lisboa salientaram que a luta era contra o «capitalismo», seja ele privado ou de Estado».

M.D.P./C.D.E.: FESTA NO PAVILHÃO

O M. D. P./C. D. E. promove amanhã, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, uma grande festa popular, na qual participam Adriano Correia de Oliveira, Fernando Tordo, Tonicha, Intróito, Manuel Freire, Maria José Guerra, Saudade dos Santos e o grupo de Teatro Amador da Base do M. D. P. de Alenquer, que apresentará a peça de Manuel Girio, escrita para o momento actual, a Força do Povo».

Os bilhetes estão à venda nas bases do M. D. P./C. D. E. e na sede deste partido, na Rua de Artilharia Um.

SESSÕES

No distrito de Setúbal: às 21 e 30, em Vila Chã, Afonseira, Gato, Maço (Sesimbra), Fernão Ferro e Porto Covo.

Estão ainda anunciadas as seguintes sessões: em Cuba e Vila Ruiva (Beja), às 21 horas; em Talhas e S. Salvador (Bragança); em Póvoa, Lousa e Nosperal (Castelo Branco); em Santarém; e na Escola Normal de Vila Real, para alguns do Magistério, às 21 e 30.

NÃO FORAM VENDIDAS ACÇÕES DE "A CAPITAL"

Não foram vendidas quaisquer acções da empresa proprietária do jornal «A Capital», segundo nos informaram hoje da Redacção daquele nosso prezado colega. O mesmo informador acrescentou que os proprietários da empresa não têm sequer a intenção de vender acções.

O esclarecimento vem na sequência de um boato que correu insistentemente em Lisboa nos últimos dias e segundo o qual «o M. R. P. P. estaria a fazer tentativas para comprar «A Capital».

De acordo com palavras do mesmo informador, o boato teria sido provocado pela presença há poucos dias, nas instalações do jornal, do conhecido dirigente do M. R. P. P. José Luis Saldanha Sanches. Não conseguimos, no entanto, esclarecer o motivo da visita.

REUNE-SE HOJE O CONSELHO DA REVOLUÇÃO

O Conselho da Revolução reune-se hoje às 15 horas em Belém, sob a presidência do general Costa Gomes. Não foi divulgada a agenda de trabalhos mas estes devem incidir sobre aspectos relacionados com a plataforma constitucional entre o M.F.A. e os partidos cuja assinatura solene está prevista para amanhã às 11 e 30.

ARMADOS DE PUNHAIS E PISTOLAS

. Cinco desconhecidos, armados de punhais e de pistolas, e que apresentavam os rostos cobertos com meias pretas, assaltaram, esta madrugada, uma bomba de gasolina em Anai, nas proximidades de Santa Iria da Azóia, furtando cerca de sessenta contos em dinheiro.

LOTARIA DE HOJE

NÚMEROS PREMIADOS EM CADA SÉRIE

22.349 — 3.500.000$00
24.329 — 700.000$00
13.745 — 175.000$00

APROXIMAÇÕES AOS 1.ºS PRÉMIOS

22.348 — 22.365$00
22.350 — 22.365$00

PRÉMIOS DE 14 CONTOS

1.169; 1.520; 1.807; 2.871; 5.473; 8.621; 8.654; 11.608; 13.009; 23.531; 25.091; 25.326; 25.994; 27.111; 27.938; 28.583; 29.777; 30.433; 36.638; 37.847; 38.779; 39.691; 41.060; 42.065; 43.088; 43.782 e 44.707

PRÉMIOS DE 350$00 (CENTENAS)

13.701 a 13.800; 22.301 a 22.400 e 24.301 a 24.400

PRÉMIOS AOS ALGARISMOS FINAIS

Todos os números cujos três algarismos finais sejam 333, são contemplados com 1.120$, nos bilhetes de cada uma das duas séries da emissão e os terminados em 036, 358, 436, 741 ou 942 são contemplados com 700$00. Por sua vez, os rúmeros cujos dois algarismos finais sejam 19 têm direito a 700$00 de prémio e os terminados em 33 ou 40 são premiados com 420$00. Os restantes números cujo último algarismo — terminação — seja 9, são premiados com 280$00, também nos bilhetes de cada série.

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial

Os 7000 contos das 2 Sortes Grandes e os 1400 contos dos 2 Segundos Prémios foram distribuídos aos balcões da CASA DA SORTE

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA

CALÇADA DE SANTOS, 3-2.º — LISBOA

AVISO

Avisam-se todos os sócios e utentes do Sindicato que está em curso a transferência de alguns serviços Administrativos e de Acção Sindical para a Avenida D. Carlos I, n.º 42-2.º.

A fim de procurar atenuar as inevitáveis perturbações resultantes desta mudança e da elevada quantidade de documentos a transferir, continuam a funcionar, durante algum tempo, na Calçada de Santos, n.º 3-2.º-Esq.º, os seguintes serviços:

Admissão de sócios
Tesouraria
Informações
Contencioso

As dúvidas que surjam quanto ao encaminhamento de qualquer problema ou assunto de interesse para os sócios, serão esclarecidas pelos funcionários e dada a proximidade das duas instalações, estamos certos que não surgirão grandes dificuldades.

Há cerca de um ano que vínhamos procurando solução para a instalação dos serviços, pois mesmo antes do 25 de Abril já se revelavam insuficientes e ultrapassadas, não existindo uma única sala onde fosse possível efectuar uma pequena reunião de sócios.

Lisboa, 6 de Abril de 1975.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Nacional

Uma novidade de Guerlain: o novo creme «Stabilisante», alimentício, hidratante e calmante. «Stabilisante» evita o fenómeno da oxidação dos tecidos

EM CERTOS CASOS

O DIREITO DE VOTO PODE SER EXERCIDO POR REPRESENTAÇÃO

. .Caso estejam impedidos de se deslocar à assembleia ou secção de voto em que se encontram inscritos devido a imperativo do exercício das suas funções, poderão exercer o direito de voto por intermédio de representante os membros das Forças Armadas e das forças militarizadas, bem como os trabalhadores das repartições civis do Estado, das autarquias locais, dos estabelecimentos hospitalares, das empresas públicas e das empresas concessionárias de serviços públicos.

O decreto-lei que o determina vem publicado em suplemento ao «Diário do Governo» de terça-feira passada, agora distribuído. Segundo o diploma, a prova do impedimento terá de ser obrigatoriamente feita.

A medida deve-se ao facto de a pessoalidade de voto poder impedir o exercício do direito de sufrágio a eleitores afectos a sectores de actividade que contribuem decisivamente para a normalidade de certos aspectos da vida nacional especialmente relevantes, como é caso dos que garantem a tranquilidade e ordem pública ou a continuidade de funcionamento de serviços que se podem classificar como essenciais.

A nomeação do representante faz-se mediante documento isento de selo, com assinatura do representate reconhecida notarialmente. O representante deve estar devidamente inscrito na mesma comissão de recenseamento do representado e só pessoalmente poderá exercer o direito de voto que lhe foi delegado.

Quem dolosamente violar o atrás estabelecido será punido com prisão maior de dois a oito anos e multa de cinco a vinte contos.

DECRETOS ENVIADOS PARA O DIÁRIO DO GOVERNO

. Foram enviados para publicação no «Diário do Governo», os seguintes decretos-leis:

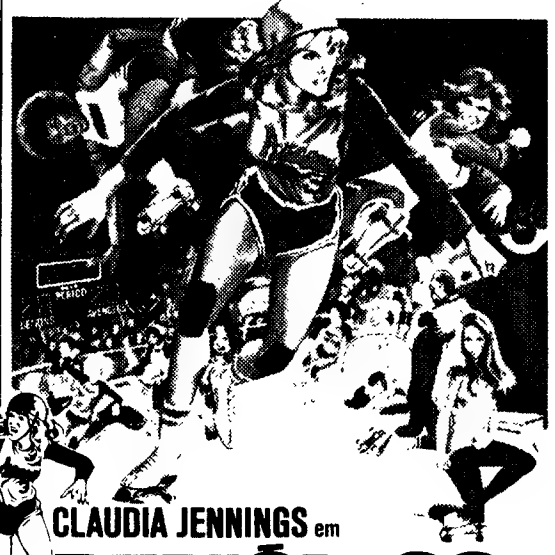
Da Presidência da República (um), que permite a requisição de funcionários para ali prestarem serviço; da Preisdência do Conselho de Ministros (um), que nomeia o novo representante do Ministério da Administração Interna na Comissão Nacional de Eleições; do Ministério da Economia (um), que altera a constituição da direcção do Instituto dos Cereais; do Ministério da Administração Interna (um), que altera a redacção do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 43603 de 15 de Abril de 1961; do Ministério das Finanças (um), que prorroga, até 30 de Junho de 1975, o regime estabelecido nos Artigos 1.º a 3.º do Decreto-Lei n.º 472/74 e no Art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 813/74, quanto à aquisição de casas para habitações; dos Ministérios da Justiça e do Equipamento Social e Ambiente (um), que dá nova redacção até ao n.º 3 do Ar.º 1.º do Decreto-Lei n.º 56/75, de 13 de Fevereiro; do Ministério dos Negócios Estrangeiros (dois): um, que aprova para ratificação do tratado entre a Índia e Portugal relativo ao reconhecimento da soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e assuntos correlativos; e outro, que aprova, para o mesmo fim, o acordo entre os Governos de Portugal e da União Soviética sobre navegação mercante; da Comissão Coordenadora do Estado-Maior das Forças Armadas (quatro): o primeiro, cria o quadro de pessoal do Serviços de Polícia e de Transportes de Marinha; o segundo, fixa os vencimentos a abonar aos instruendos dos cursos de milicianos (1.º e 2.º ciclos); o terceiro acrescenta uma nova alínea ao n.º 4 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44 941, de 28 de Março de 1963; e o quarto determina que passem a requerer a reintegração no activo dos quadros permanentes das Forças Armadas os oficiais que tenham transitado, antes do «25 de Abril», de 1974, para os quadros de complemento do Exército e da Força Aérea ou da reserva da Armada, sem direito a pensão, e que reunam os requisitos legais de idade e de saúde.

GARAGEM OU ARMAZÉM

PRETENDE-SE ALUGAR NA ZONA PRÍNCIPE REAL OU BAIRRO ALTO

Pretende-se alugar garagem ou armazém com possibilidade de recolha de carros, com capacidade mínima de 10 a 12 carros, na zona do Príncipe Real, Bairro Alto, Santa Catarina ou São Bento. Aluguer imediato. Resposta indicando local e condições ao n.º 1564.

Com ou sem rodas elas procuram a emoção e o prazer!...



CLAUDIA JENNINGS em

DEMÓNIOS SOBRE RODAS

com LOUIS QUINN · BETTY ANNE REES · ROBERTA COLLINS

um filme de VERNON ZIMMERMAN

COLOR by de LUXE

AMANHÃ ESTREIA ÀS 21,15 ROXY

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

SINDICATO DOS PROFESSORES

Zona da Grande Lisboa

PROGRAMA DE RÁDIO

A C. D. P. passa a dispor semanalmente de um programa de rádio de 15 minutos, onde procurará manter uma informação dos principais problemas dos professores.

Assim, às **Sextas-Feiras, entre as 00.45 e a 1.00 horas,** na Onda Média do Rádio Clube Português (Programa **Alavanca**), poderão os professores estar em contacto com o seu Sindicato.

OUVE O TEU SINDICATO!

DIVULGA O PROGRAMA!

ESTATUTO DO SINDICATO (anteprojecto)

Os Delegados Sindicais que ainda não levantaram os anteprojectos para distribuição podem fazê-lo na Rua das Gaivotas ou na Rua do Conde Redondo.

A COMISSÃO DIRECTIVA

SINDICATO DOS ADMINISTRATIVOS DA MARINHA MERCANTE, AERONAVEGAÇÃO E PESCA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores sócios deste Sindicato a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária que se realiza na próxima **QUINTA-FEIRA, DIA 10-4-75, PELAS 21 HORAS NO SALÃO NOBRE DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO,** com a seguinte ordem de trabalhos:

— Análise à actuação do Secretariado de Delegados
— Informações

NOS SINDICATOS, A FORÇA DOS TRABALHADORES

COMPARECE E PARTICIPA

Lisboa, 7-4-75

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CURSO DE ÁRABE

O Instituto Oriental, anexo à Sociedade de Língua Portuguesa, vai dar início ao curso de língua árabe, para o qual estão abertas as inscrições

Para a execução de
IMPRESSOS COMERCIAIS
RÓTULOS FOLHETOS DESDOBRÁVEIS
JORNAIS LIVROS REVISTAS
Pelos processos Tipográfico e OFFSET
Confiai na
tipografia MIL-HOMENS
TELEF. 62370 . APARTADO 2 . BOMBARRAL

LOPES DOS SANTOS, LDA.

ARMAZENISTAS - RETALHISTAS

SUCURSAL: CASA DAS CARPETES COIMBRA

Tapeçarias — Cretones — Cortinados — Tapetes — Alcatifas — Veludos — Carpetes Francesas e Belgas
Papéis Pintados — Decorações

RUA AUGUSTA, 82-84, 76-3.º — TELEFONE 3236 37

Sucursal:

AV. CASAL RIBEIRO, 27 — TELEFONE 55 62 49

Estrangeiro

APÓS VOTAÇÃO SOBRE A C.E.E.

MINISTRO BRITÂNICO "REBELDE" DEMITIDO POR HAROLD WILSON

LONDRES, 10 (R. O primeiro-ministro Harold Wilson demitiu a noite passada um ministro rebelde, no meio de confusão nas fileiras do Partido Trabalhista, que governa o país, quando a Câmara dos Comuns votou a favor da permanência da Grã-Bretanha na Comunidade Económica Europeia.

Os 635 deputados da Câmara dos Comuns deram a Wilson o que ele pediu uma aprovação maciça por 396 contra 170 votos para se obterem melhores condições de filiação negociadas com o resto da comunidade de nove países.

Contudo, a forma como aconteceu, com mais deputados trabalhistas votando contra do que a favor de Wilson e o ministro Eric Heffer desafiando uma ordem para não se opor ao chefe do Governo, durante o debate, e sendo imediatamente demitido, salientou a clara divisão no seio do Labour acerca da questão do Mercado Comum.

Será necessária toda a capacidade política do primeiro-ministro, na opinião de observadores, para conseguir que o partido se aguente nos próximos dois meses, antes do primeiro referendo efectuado na Grã-Bretanha sobre se deve continuar a pertencer à C.E.E., Wilson prometeu respeitar o veredicto dos eleitores.

O problema principal de Wilson será refrear a oposição dentro do seu próprio partido, cuja magnitude foi revelada na votação de ontem, à noite disseram esses observadores.

Segundo números não oficiais, 144 deputados trabalhistas votaram a favor do abandono da C. E. E., enquanto apenas 128 apoiaram o Governo. A grande maioria de votos veio de conservadores e liberais, que defendem a permanencia do país no Euromercado.

Heffer, de 53 anos, ministro de Estado para a Indústria, foi demitido por desafiar a ordem dada por Wilson a membros do Governo, incluindo sete dos 23 ministros principais, para não se oporem ao gabinete, durante o debate. Registou-se desde logo especulação de que Heffer se poderia tornar agora numa figura de proa de uma revolta dos deputados.

A grande prova para Wilson verificar-se-á em 26 de Abril quando o Partido Trabalhista decidir, numa conferência especial, acerca da sua atitude em relação à C. E. E. É provável que termine chefiando um Governo a favor da permanência na C. E. E. e um partido que se opõe a ela.

Durante o debate nos Comuns, Edward Heath, o antigo primeiro-ministro conservador que levou a Grã-Bretanha para a C. E. E., em 1 de Janeiro de 1973, advertiu que o país teria de retirar-se para um cerco económico se abandonasse o Mercado Comum. Os países da C. E. E. nunca concordariam com uma área de comércio livre com a Grã-Bretanha.

Comentando um dos principais argumentos contra a C. E. E., de que filiação no Euromercado significaria o aumento da perda da soberania britânica, Heath declarou: «Sem qualquer hesitação, afirmo que o sacrifício de partilha da soberania é inteiramente justificado».

O ministro da Agricultura, Fred Peart, disse que seria loucura voltar as costas à Europa Continental. Admitiu que havia ainda dificuldades por causa da política agrícola da C. E. E., mas notou: «Creio que essas dificuldades ficaram imensamente reduzidas com o que consegui nas nossas negociações».

Queixas de que filiação do país no Mercado Comum contribuirá para que as donas de casa britânicas paguem preços mais elevados pelos géneros alimentícios têm sido um dos temas principais na argumentação contra a permanência da Grã-Bretanha na C. E. E.

REBELDES COMUNISTAS ATACAM NA TAILÂNDIA

BANGKOK, 13 — (A. N. I.) — Rebeldes Comunistas, utilizando foguetões e armas automáticas, lançaram um ataque contra forças governamentais numa província do Norte da Tailândia — revelou hoje o ministro da Defesa, Praman Adireksarn.

Dezasseis soldados tailandeses morreram e 20 ficaram feridos no ataque lançado ontem contra o distrito de Thung Chang, na província de Nan, por 200 guerrilheiros. A luta continuou hoje.

Segundo o ministro da Defesa, supõe-se que os atacantes são soldados das tribos que vivem nas regiões montanhosas, apoiados por cerca de 50 000 forças vietnamitas estacionadas ao longo da fronteira da Tailândia com o Laos.

Nan é uma das 30 províncias onde o Governo tailandês declarou a lei marcial devido à crescente actividade de guerrilheiros comunistas.

VIETNAME DO SUL

SEGUNDO DIA DE COMBATES NA CIDADE DE XUAN LOC

SAIGÃO, 10 — (R.) — Pelo segundo dia consecutivo, travaram-se hoje combates pela posse de Xuan Loc, importante cidade situada no perímetro exterior de defesa de Saigão, e as forças governamentais parecem ter conseguido repelir os ataques do Vietcong, segundo disseram fontes militares.

Xuan Loc, que fica a 72 quilómetros de Saigão, foi atacada em duas frentes esta manhã, após uma intensa barragem de artilharia, durante a qual caíram mais de mil granadas, morteiros e foguetões.

Tal como ontem, as forças comunistas chegaram a penetrar na cidade, onde se travaram combates de rua, sendo finalmente repelidas. Fontes militares dizem que foi destruído mais um tanque, o que eleva para cinco o total posto fora de combate nas últimas 24 horas.

Xuan Loc fica situada na estrada principal que liga Saigão à região costeira e, se for tomada, deixará aberto um dos flancos do perímetro defensivo exterior, o que permitirá ao Vietcong lançar um ataque em forma contra a capital.

Os responsáveis militares governamentais consideram Xuan Loc como uma das três vias de acesso possíveis para um ataque a Saigão, se o Vietcong decidir lançar uma ofensiva em larga escala.

As outras vias passam por Chon Thanh, a 70 quilómetros para Norte de Saigão, que as tropas do Governo abandonaram no princípio da semana, e ainda Tay Ninh, situada a Oeste, que ainda não foi directamente ameaçada.

Entretanto, o Estado-Maior de Saigão recordou aos comandantes das suas unidades e necessidades de poupar munições, usando-as apenas no momento e local oportunos. Segundo um comunicado, o Exército dispõe ainda de munições suficientes mas não as deve desperdiçar.

O SUCESSOR DE CHIANG

Chiang Ching-Kuo, primeiro-ministro e «homem forte» da Formosa, é na prática o sucessor de seu pai, o generalíssimo nacionalista chinês Chiang Kai-Shek, falecido há dias. (Telefoto UPI-Telimprensa)

GISCARD EM ARGEL PARA VISITA OFICIAL

ARGEL, 10 — (FP) — Treze anos depois da guerra entre os dois países, que assinalou o fim de 130 anos de presença colonial francesa, um presidente da França é desde esta manhã hóspede oficial da Argélia.

Trata-se de uma cimeira histórica, que foi minuciosamente preparada por ambas as partes.

Durante três dias, os chefes de Estado francês e argelino vão determinar a extensão e os limites das acções comuns a empreender.

O presidente Giscard d'Estaing é acompanhado de sua esposa e de uma delegação de vinte pessoas, incluindo Jean Sauvagnargues, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Jean Pierre Fourcade, ministro das Finanças.

Após o almoço, Giscard d'Estaing terá uma entrevista inicial com o presidente argelino, Houari Boumedienne.

Pela primeira vez desde 1962, aparecem bandeiras francesas ao lado das argelinas, nas grandes artérias de Argel. Do aeroporto até à entrada da capital, vêem-se grandes fotografias dos dois presidentes e nos viadutos foram desfraldadas bandeirolas brancas com dizeres, em francês e árabe.

PRISÕES EM ESPANHA

SAN SEBASTIAN, 10 — (R.) — As autoridades espanholas informaram ter prendido os supostos cúmplices de um guerrilheiro urbano nacionalista basco (E. T. A.), que matou a tiro um inspector da Polícia, há 10 dias, nesta cidade.

Identificando sete jovens, cujas idades vão dos 16 aos 23 anos, um comunicado da Polícia diz que os presos tinham feito plantas da residência do inspector, que entregaram, mais tarde, ao comando da E. T. A.

Dizia ainda que numa casa frequentada pelos sete jovens havia um copiador, propaganda da E. T. A. e planos detalhados acerca dos movimentos do inspector.

A comunicação acrescentava que o guerrilheiro da E. T. A. atravessara a fronteira entre a Espanha e a França, a 20 quilómetros deste porto basco e regressara àquele país, após matar a tiro o inspector José Diaz Linares, fora da sua residência.

A E. T. A., num comunicado emitido em França, assumiu a responsabilidade pela morte do inspector Linares, em 30 de Março e notava que ele era um dos elementos de maior destaque da Polícia secreta na área.

GARANTIAS SECRETAS PROVOCAM CELEUMA NOS ESTADOS UNIDOS

WASHINGTON, 10 — (R.) — Dirigentes democráticos do Congresso pediram um inquérito quanto à existência de garantias secretas que teriam sido dadas ao Vietnam do Sul sobre uma intervenção militar norte-americana em caso de violação do acordo de Paris pelo Vietnam do Norte.

Provocou grande celeuma nos meios políticos de Washington a revelação feita pela Casa Branca de que o antigo presidente Richard Nixon teria garantido em segredo ao presidente Van Thieu uma enérgica reacção norte-americana no caso de violação grave do acordo de paz assinado em Paris.

A administração Ford insistiu ontem em que essas garantias não obrigam o actual Governo norte-americano e não representam mais do que uma simples reafirmação de princípios defendidos públicamente. No entanto, o senador Henry Jackson, potencial candidato democrático à presidência, pediu uma investigação sobre o assunto, sendo

Observadores políticos pensam que o principal objectivo de Jackson neste momento é o de deixar mal colocado o secretário de Estado Henry Kissinger, que foi quem negociou as cláusulas do acordo de Paris.

24 horas no Mundo

■ Forças do Vietcong conseguiram pela primeira vez infiltrar-se no perímetro defensivo exterior de Saigão, em Xuan Loc, a 70 quilómetros da capital sul-vietnamita.

■ A África do Sul concordou em princípio abandonar Namíbia e aceitar um Governo de maioria africana na Rodésia afirmou à O. U. A. o ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Vernon Mwaanga. Soube-se entretanto que os contactos políticos da Zâmbia com o primeiro-ministro John Vorster com visita a uma solução do problema da Rodésia provocaram críticas dos Estados africanos mais intransigentes que exigem a continuação da guerrilha.

■ O Governo chileno apresentou o seu pedido de demissão ao presidente Augusto Pinochet — anunciaram círculos oficiais em Santiago do Chile.

■ Assinado pelos «Voluntários da Pátria», um manifesto foi posto em circulação entre os oficiais do Exército brasileiro no qual se denuncia a política de liberalização do presidente Ernesto Geisel, e se apela para uma reacção imediata das forças revolucionárias.

■ Segundo revela um jornal de Nova Iorque, a empresa norte-americana, United Brand's teria subornado o chefe de Estado das Honduras, general Oswaldo Lopez Arellano para evitar que o seu Governo aprovasse um imposto sobre a exportação de bananas.

■ A Câmara dos Comuns votou, pela gigantesca maioria de 226 deputados, a favor da permanência da Inglaterra no Mercado Comum Europeu, nas novas condições obtidas pelo Governo trabalhista.

■ Os habitantes de Bilbau pediram a demissão do presidente do seu município, Maria del Pilar Coreaga, depois desta se ter recusado a receber delegações de habitantes que lhe iam apresentar protestos. Segundo se anunciou em Madrid é uma medida sem precedentes nos 36 anos de regime franquista.

■ O primeiro-ministro francês, Jacques Chirac, reafirmou na Assembleia Nacional que o seu país não voltaria a participar na aliança militar da N. A. T. O.

■ Oito membros de organizações de esquerda foram enforcados em Seul, sob a acusação de terem aliciado estudantes com vista a derrubarem o Governo do presidente Park Chung-hee.

■ A agência Tass informou que astrónomos soviéticos descobriram um novo cometa, que se movimenta a uma distância do Sol de cerca de 480 a 640 milhões de quilómetros, e ao qual foi provisoriamente dado o nome de «Cometa 1975-E».

28.º Aniversário do CEC

Passa, hoje, dia 10, o 28.º aniversário do CEC – Centro de Ensino por Correspondência, de que é Director o Sr. Álvaro Torrão. Através destes longos e dinâmicos anos de actividades, o CEC já formou milhares de Técnicos em cursos de rádio, televisão, electrónica, desenho, etc., contribuindo, assim, para o progresso e bem-estar dos trabalhadores portugueses. Nesta data comemorativa, este jornal felicita o Sr. Álvaro Torrão.

POMBALINHO

FRANCISCO MANUEL FERREIRA PRESUME

AGRADECIMENTO

Sua mulher, filhos e restante família agradecem reconhecidos a todas as pessoas que se dignaram acompanhá-lo a sua última morada.

Espectáculos

A ESCOLHA DA SEMANA E OUTROS TÍTULOS AVULSOS...

Passando uma vista de olhos por cima dos anúncios de cartazes dos cinemas da capital, teremos de concordar que se encontra presentemente em exibição um conjunto de filmes relativamente importante. Assim, entre os títulos a não perder, contam-se os seguintes:

Primeira Página (The Fronte Page), de Billy Wilder (E.U.A.); **O Conformista** (Il Conformista), de Bernardo Bertolucci (Itália), **A Salamandra** (La Salamandre), de Alain Tanner (Suíça); **Metelo** (Metello), de Mauro Bolognini (Itália); **Jules e Jim** (Jules et Jim), de Francois Truffaut (França); **Os Malditos (The Damneds)**, de Luchino Visconti (Itália); **O Silêncio** (Tystnaden), de Ingmar Bergman (Suécia); **O Cordeiro Enfurecido** (Le Mouton Enragé), de **Michel Deville (França); Irei como um Cavalo Louco** (J' Irai Comme un Cheval Fou), de Arrabal (França); **Isto é Espectáculo** (That' s Entertainer), de Jack Haley, Jr. (E.U.A.); **Os Fuzis**, de Ruy Guerra (Brasil); **Attica** (Attica), de Cinda Firestone (E.U.A.) e **Tupamaros,** de Jean Lindvist (Suécia); **Greve-Ocupação** (Coup pour Coup), de Marin Karmitz (França).

Para além destes 13 títulos (alguns dos quais discutíveis, mas apesar disso, ou por isso mesmo, importantes), outros haverá ainda a referir, cuja visão, não sendo essencial, é todavia susceptível de constituir um agradável e inteligente passatempo. Entre esses, estão sobretudo:

Um Crime no Expresso do Oriente (Murder on the Orient Express), de Sidney Lumet (E.U.A.); **Juggernaut**, de Richard Lester (Inglaterra); **A Caixinha das Surpresas** (The Three Caballeros), de Walt Disney (E.U.A.); **Por um Punhado de Diamantes** (The Black Windmill), de Don Siegel (E.U.A.).

«Estatistificando» os dados, teremos de concluir que, para 30 salas de estreia a funcionar na capital do «reyno», mais de metade se encontra ocupada com filmes entre o essencial e o francamente interessante, o que de alguma forma coloca a exibição cinematográfica portuguesa muitos furos acima do que acontecia antes de 25 de Abril. E, efectivamente, a par do que decorre nas grandes capitais da Europa ocidental.

Isto não quererá dizer que tudo vai bem, cinematograficamente falando. Mas seria profundamente injusto não reconhecer a melhoria evidente que se processou, sobretudo a partir da abolição da censura (e também, justo é reconhecer da pressão exercida pela crítica, comissão etária, cineclubes, e ainda pelos próprios departamentos oficiais). Mas, os maus filmes continuam a enxamear algumas salas, ocupando, por seu turno, quase metade das 30 existentes. Para sermos mais exactos, precisamente, 14 (isto a 6 de Abril de 1975). Eis mais alguns casos:

A MÁQUINA DO AMOR

Título original: The Love Machine
Realização: Jack Haley, Jr., 1974 (E.U.A.)
Argumento: Jacqueline Susan
Intérpretes: John Philip Law, Dyan Cannon, David Hemmings, Robert Ryan, Sharon Farrell, etc..
Distribuição: Columbia e Warmer
Estreia: Cinema Monumental (1.4.1975)

QUE NOITE DE NÚPCIAS!

Realização: Gianni Grimaldi (Itália)
Intérpretes: Lando Buzzanca, Katia Christina, Ira Furstenberg, etc..
Distribuição: Internacional Filmes
Estreia: Cinema Vox (2.4.1975)

O «PURO» ANSELMO E O SEU «DEVASSO» ESCUDEIRO

Realização: Bruno Corbucci (Itália)
Intérpretes: Enrico Montesano, Alighiero Noshese, etc.
Distribuição: Filmitalus
Estreia: Cinema Coliseu

UM GRANDE GOLPE... OU TALVEZ NÃO

Realização: Tonino Ricci (Itália)
Intérpretes: Terry Thomas, Luciana Paluzzi, etc.
Distribuição: Filmitalus
Estreia: Cinema Cinearte

TUDO FICOU EM FAMÍLIA

Título original: Keep in the Family
Intérpretes: Patrícia Gage, John Gavin, etc.
Distribuição: Filmes Ocidente
Estreia: Cinema Castil

Cinco títulos, todos eles verdadeiramente desinteressantes. Começamos pela **Máquina do Amor** (do mesmo Jack Haley, Jr. que concebera **Isto é Espectáculo**), com argumento extraído de um **best seller** de Jacqueline Susan. O romancezinho fala de um locutor de televisão que sobe no esquema da empresa em que se encontra a trabalhar, e dos cordelinhos que movimenta para que essa ascensão seja uma realidade rápida. O arrivismo do locutor, a sua propensão para as conquistas fáceis (que não raro lhe trazem apreciáveis regalias), os escândalos, etc., tudo isso se estrutura de forma meramente superficial e espectacular, para oferecer ao leitor/espectador um bom naco de bisbilhotice, sem outra profundidade de análise. No que respeita ao filme, nada a acrescentar em relação ao que se disse sobre a obra literária, se não talvez, que ele ainda consegue ser mais desinteressante e idiota.

Os restantes quatro títulos não ultrapassam a pretensão mínima de subproduto de consumo imediato. Três comédias italianas, verdadeiramente imbecis (**Que Noite de Nupcias!, O «Puro» Anselmo e o seu «Devasso» Escudeiro** e **Um Grande Golpe... ou Talvez Não**)) e uma outra inglesa (**Tudo ficou em Família**). Situações dúbias, brejeirice, «golpes», trocas de casais, impotência nupcial, etc., etc. Tudo excessivamente medíocre para merecer outra atenção, a não ser a mera referência.

LAURO ANTÓNIO

post scriptum

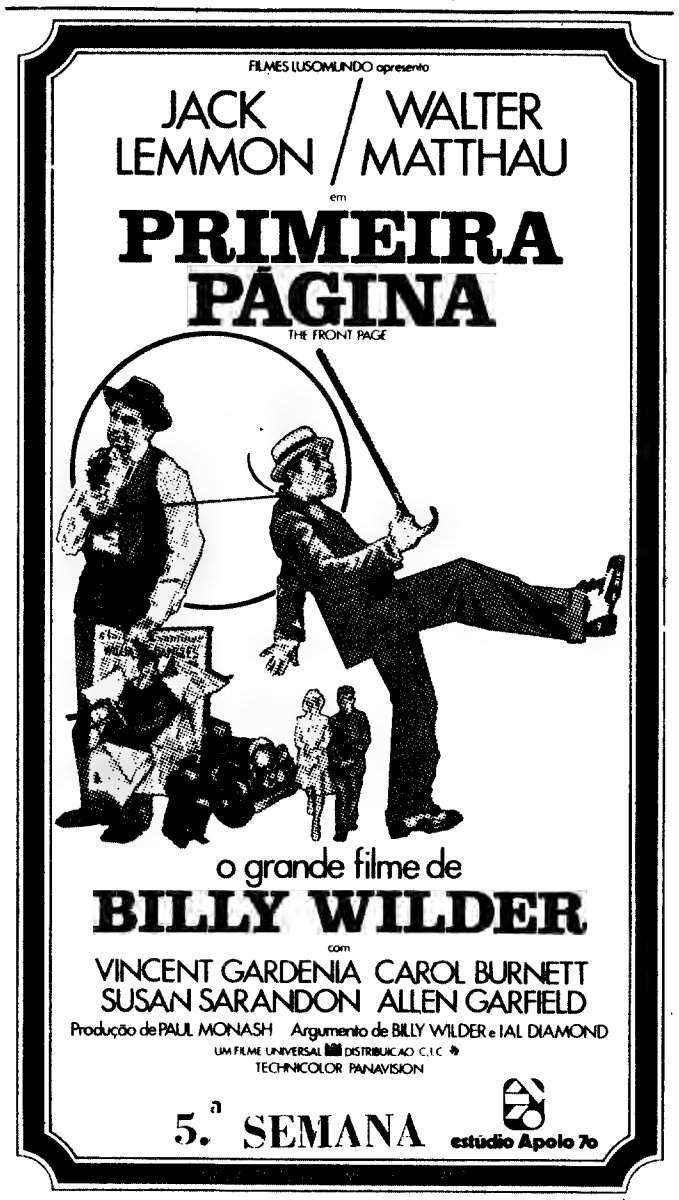
Continuação da pág. 3

dro da vida da maior parte da humanidade de uma forma tão brutal como a burguesia».

Outros problemas se poderão pôr, tais como de quem é o dinheiro e sobretudo, quem trabalhou para que esse dinheiro existisse? Estarão a usá-lo abusivamente? Será prioritário despender tantos milhares de contos dessa forma? É evidente que, para aqueles que se batem contra as eleições, claro que não. No entanto, estou convencido de que, para parte apreciavel dos outros, a negativa se mantém, pois nesta campanha eleitoral, para além de comícios, sessões de esclarecimento em fábricas e em outros locais de trabalho, formação de comissões de moradores, etc., existem vários emissores de rádio, a televisão, a Imprensa diária e não diária, etc.

Zelemos pela nossa economia, zelemos pela nossa natureza, defendamo-nos acima de tudo de nós próprios.

José Silva Carvalho — Lisboa



MARIA VITÓRIA
TODOS OS DIAS ÀS 20.45 E 23 H.
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
O MAIOR ÊXITO DE SEMPRE!
a sensacional REVISTA
ATÉ PARECE MENTIRA!...
com um extraordinário elenco e um grande corpo de baile
AOS DOMINGOS: «MATINÉE», ÀS 16 H.
Às 2.as feiras: DESCANSO

TRINDADE
I. N. A. T. E. L.
APRESENTA
TODAS AS NOITES às 21,30 h.
e aos domingos também às 16
grupo 4
na peça
A INVESTIGAÇÃO
de XAVIER POMMERET
encenação de
FERNANDO GUSMÃO
50 % de desconto para os sócios do I N. A. T. E. L., C. A. T., C. R. P., Sindicatos e Jovens até aos 22 anos
(Não acons. a men. 13 anos)

4.ª CLASSE
EXAMES RÁPIDOS
Av. Almirante Reis, 188, 1.º
(Junto ao Metro-Alameda)
Telefone 725308

Teatro Maria Matos
A RTP APRESENTA
Todas as noites às 21.45 e aos domingos também às 16 horas
A peça de
Manuel da Fonseca
«SEARA DE VENTO»
Descanso da Companhia às Segundas-Feiras
Não aconselhável a menores de 13 anos
Bilheteira — Tel. 89 70 17
Bilhetes à venda também na A. B. E. P. — 32 88 23

BRASÍLIA
UM NOVO CARRO
A MESMA MARCA
EM EXPOSIÇÃO ATÉ ÀS 23 HORAS DE 1 A 15 DE ABRIL, DIAS ÚTEIS
AUTO MONUMENTAL DO AREEIRO, SARL
AVENIDA PADRE MANUEL DA NÓBREGA, 10-A

Espectáculos

MARIA BARROSO RESPONDE A JOSÉ VIANA

Em «carta aberta» que recentemente transcrevemos, o actor José Viana dirigiu à actriz Maria Barroso determinadas considerações relacionadas com a pretendida nacionalização do nosso teatro. Pretendida, em certos sectores, entenda-se.

Ao documento de José Viana, que então classificámos de modelar, tal a dignidade de que se revestia, respondeu agora Maria Barroso em termos que igualmente merecem a melhor atenção e constituem, sem dúvida, tema para meditação.

«José Viana: Há quantos anos não ouvia a tua voz, José Viana! Não porque ta tivessem feito calar — tu continuaste sempre, e desde que te estreaste no teatro, a servi-lo com o brilho do teu grande talento e ainda bem! Mas efectivamente há muito que não tinha o prazer de umas palavras tuas, directas, em carta aberta ou fechada.

«Não sei se sabes — sabes, com certeza! — que nos momentos difíceis é sempre boa e grata e reconfortante a voz de um amigo que está connosco. Não sei se sabes — sabes com certeza! — que desde os velhos tempos da bata branca, em que eu acompanhava a tua irmã e íamos a pé do Filipa de Lencastre ou até à Álvares Cabral (onde moravas, salvo erro) ou até à pequena praça das Flores (onde eu morava) muitos e duros e difíceis acontecimentos assolaram a minha vida!

. «Sabes com certeza — tu até o referes na tua carta — que eu fui impedida de trabalhar no Teatro Nacional porque — contrariamente à opinião dos meus colegas de teatro de então, que diziam dever ser o actor um indivíduo independente — eu considerava que devia ser antes de tudo, uma cidadã, com deveres para com os meus concidadãos, curiosa dos problemas que afligiam o meu país e procurando intervir sempre, como podia e sabia.

«Sabes com certeza que, nessa altura, nenhum colega ergueu a sua voz para se solidarizar comigo ou protestar contra a medida arbitrária que me impedia de representar no Teatro Nacional, que me impedia de exercer uma actividade que eu considerava que era aquela em que eu seria mais útil na minha terra. Isto foi, José Viana, no final de 1948.

«Sabes bem que depois disso me casei com um homem que tu também conheces e cuja vida foi, desde a sua juventude, uma luta constante e corajosa contra o fascismo português. Sabes que ele foi preso (tantas vezes), deportado e exilado sempre pelo mesmo motivo: — a sua verticalidade, a sua intransigência com os regimes de Salazar e de Caetano.

«Em 1968, meu marido foi deportado para S. Tomé, inesperada e brutalmente. Deves ter sabido, José Viana porque a notícia foi dada pelos jornais e pela Rádio e até pela TV. Ter-me-ia sabido bem, nessa altura, ter ouvido a tua voz ou ter recebido uma carta tua, aberta ou fechada. Sabe tão bem a voz dos amigos nos momentos difíceis!

. «Depois veio o ano 1970 — desapareceram-me brutalmente meu pai, minha mãe e meu sogro e o Mário foi compelido a ir para o exílio porque teve o arrojo de dizer, em assembleias internacionais, na América e na Europa, que a guerra colonial era uma guerra criminosa que defraudava o País em recursos humanos e materiais. (Uma posição que hoje parece muito fácil, caro José Viana, mas que nessa altura custava a prisão ou o exílio).

«Fiquei só, José Viana, estupidamente separada, mais uma vez, do meu querido companheiro. Escrevia-se então nos muros (ainda tenho fotografias que o atestam): **Cão judeu, matem-no.** E tantas e tão infames calúnias que se escreviam não só nos muros como se diziam nos jornais e em todos os meios de comunicação. Nessa altura tão difícil da minha vida, José Viana, sabia-me tão bem a voz, a palavra de alguns amigos mas, curiosamente, nunca tive a sorte de ouvir a tua. Eu sei que era difícil, amigo, que era arriscado e podias ter qualquer sensaboria. Por isso te compreendo.

«A tua palavra chegou-me agora, indignada ou espantada (falas com sinceridade, José Viana?) com o facto de haver — dizes tu — uma discrepância, uma incoerência entre a minha actuação de sempre e a minha posição frente ao problema da **unicidade** teatral, perdão, da nacionalização do teatro.

«Sabes tu que se há coisas que sempre me preocuparam, a persistência em seguir uma linha de coerência foi sempre uma delas. E eu penso que é exactamente por isso que eu sou contra a nacionalização do teatro.

«Já reparaste, José Viana, que se está fazendo neste País, neste maravilhoso País libertado pelo MFA, uma tentativa de unificação de toda a vida portuguesa? — É a unicidade sindical, é a unicidade nos meios de comunicação, é agora a unicidade do teatro, e depois que faltará mais unificar? — Ficaremos com uma só voz que dominará os sindicatos, uma só voz que falará nos jornais, na Rádio e na TV, uma só voz no teatro e... talvez um só partido?... É isso que queres, José Viana? Pois eu, não!

. «Nestes momentos graves que atravessamos e em que assistimos a espectáculos de oportunismo verdadeiramente confrangedores e nauseantes, é preciso ter a coragem de afirmar que se é pelo equilíbrio, pela sensatez, pela responsabilidade e... sobretudo pela liberdade. Andámos tantos anos a lutar por ela e agora, em nome diz-se que do povo, anda-se a atentar contra ela.

«Pois, meu amigo, considero que o povo quer um teatro que seja livre, um teatro onde possa ver caricaturado o poder e todas as suas deformações, um teatro onde escritores e actores sejam seres desalienados, e não meros títeres comandados pelas entidades governamentais.

«É preciso acabar com as terríveis desigualdades que existem entre as **estrelas** e os actores mais simples, entre actores e carpinteiros, entre encenadores ou costureiras de cena. Que se criem cooperativas, grupos autogeridos onde se apaguem esses desnivelamentos de ordenados, essas injustiças gritantes! — que se socialize o teatro.

«É preciso até que se nacionalizem alguns teatros. Mas todos não! É preciso que fiquem tribunas livres onde o autor e o actor possam livremente escrever e representar e, sobretudo, criticar.

«Já viste o que é liberdade de expressão do pensamento nos países onde o teatro está totalmente nacionalizado? Já viste que nesses países existem, como não pode deixar de ser, índices onde são inscritos os autores que não estão de acordo com a linha política dos governantes?

. «Por muito que te seduzam, caro José Viana, esses paraísos terrestres, eu não os quero na minha terra. E se lutei, humildemente embora, para que o nosso povo, todos nós, vivessemos em liberdade, não é agora, que temos possibilidade de a consolidar, que a vamos ferir de morte.

«Eu não serei conivente, caro amigo, no assassinato da liberdade de expressão do pensamento em Portugal; eu não serei conivente no mutilamento da arte, eu não serei conivente numa nova forma de amordaçamento do povo português!».

A "COMUNA" EM LONDRES

. O grupo de teatro de pesquisa «Comuna» encontra-se em Londres, para uma série de representações integradas no XX Festival Nacional de Teatro Estudantil que decorre até 12 de Abril.

A «Comuna» e uma outra companhia teatral finlandesa foram os dois únicos grupos estrangeiros convidados a participar no festival, que se realiza sob o patrocínio do «Sunday Times». O grupo português apresenta a criação colectiva «A Ceia», numa série de quatro espectáculos.

O Festival Nacional de Teatro Estudantil da Grã-Bretanha, que conta este ano com trinta e oito produções apresentadas por grupos teatrais estudantis que darão um total de cento e vinte espectáculos em quatro salas diferentes, e o maior festival nacional de teatro estudantil jamais realizado.

Muito embora o festival não revista natureza de competição, serão atribuídos três prémios — dois para obras novas, no valor de 120 libras cada, e um de cem mil libras ao melhor trabalho teatral de autoria de um estudante.

CINEMA POLÍTICO NO GIL VICENTE DE COIMBRA

Numa colaboração conjunta da AAC e do CCC, estão a realizar-se aos sábados em Coimbra sessões de cinema político, num leque de perspectivas que vai desde o documentátio social ao histórico-político. Já foram exibidos os filmes «L'Espoir», de André Malraux e «Las Hurdes», de Buñuel e o documentário dedicado ao golpe reaccionário de 11 de Março.

Estão desde já progamados os seguintes filmes: «Terra Prometida», de Miguel Littin, «O Fuzis», de Rui Guerra, «Atticá». de Cinda Firestone, «Tupamaros», de Jan Lindqvist, «Greve-Ocupação», de Marin Karmitz. No próximo dia 12 será exibido «O Leão das Sete Cabeças», de Glauber Rocha. Personagens alegóricas deste filme: Marlène (o imperialismo), o alemão (o funcionário comerciante, o português (o explorador), o americano (a C.I.A.), o doutor Xebu (o calculista eminente); Pablo (o combatente consciente), Zumbi (a lança da dignidade). Um último personagem: todos os povos do Terceiro Mundo.

Sessões às 16 horas.

MÁRIO PEDROSO
ESTOFADOR
FÁBRICA — PEDERNAIS — ODIVELAS
TEL.: 91 17 98

ÓSCAR PARA A MELHOR ACTRIZ!
GLENDA JACKSON

o mais célebre filme de KEN RUSSELL
MULHERES APAIXONADAS
ALAN BATES · GLENDA JACKSON
OLIVER REED · JENNIE LINDEN
"WOMEN IN LOVE" de D. H. LAWRENCE
SÃO JORGE
HOJE, ÀS 21.15
ESTREIA
não aconselhável a menores de 18 anos
United Artists

Televisão

Hoje

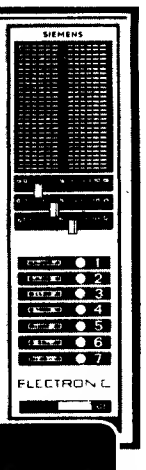
«Os problemas do meu pai»

I PROGRAMA

18.40 TV Infantil
19.05 TV Palco — panorâmica teatral portuguesa. Coordenação e apresentação do actor Igrejas Caeiro.
20.00 Telejornal — segunda edição
20.30 Propaganda eleitoral — Movimento Democrático Português (M. D. P./C. D. E.), Partido Socialista (P. S.), Frente Socialista Popular (F. S. P.)
21.10 Movimento das Forças Armadas
21.55 Esclarecimento eleitoral
22.15 O Grande Amor de Balzac. (S. Petersbourg). Uma série realizada por Wojtek Solarz com Pierre Meyrand no protagonista.
23.20 Telejornal — terceira edição
23.40 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Série «Problemas de um Pai» — quinto episódio
20.25 Desenhos animados
20.45 Fronteiras do Amanhã
21.00 Telejornal. Em diferido a edição do I Programa das 20 horas
21.30 Sabe o que é o Centro de Recuperação de Alcoitão? Apresentação e realização de Ruy Ferrão
22.20 Série filmada Terras Bravias — um episódio com Glenn Ford no principal papel
23.15 Fecho

DESTAQUES
I PROGRAMA
TV Palco (19.05)
Movimento das Forças Armadas (21.10)
II PROGRAMA
Centro de Recuperação de Alcoitão (21.30)

SIEMENS
ESTORIL

Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **18.40:** TV Juvenil; **19.10:** Se Bem me Lembro. Um programa apresentado pelo prof. dr. Vitorino Nemésio; **19.30:** Panorama; **20.00:** Telejornal — 2.ª EDIÇÃO; **20.30:** Propaganda eleitoral — Liga Comunista Internacionalista (L.C.I.), Partido Popular Monárquico (P. P. M.), Partido Popular Democrático (P. P. D.); **21.05:** Afinal como é?; **21.30:** Esclarecimento eleitoral; **21.50:** Os inquétitos do comissário Maigret. Série baseada nas novelas de George Simenon com Jean Richard no protagonista; **22.35:** Telejornal — 3.ª edição; **23.00:** Fecho

II PROGRAMA

. . . . **20.00:** Abertura e um episódio da série Um Homem na Cidade; **20.30:** Desenhos animados; **20.45:** Stop — Problemas de trânsito; **21.00:** Telejornal. Em diferido a edição transmitida às 20 horas no I Programa; **21.30:** As Pedras e o Homem; **21.55:** Concerto — «A Criação» de Haydn pelo coro do círculo de Ópera Portuense e Orquestra Sinfónica do Porto da Emissora Nacional sob a regência do maestro Gunther Arglebe (3.ª parte).; **22.35:** Fecho

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B · Rua Macau, 8

Desporto

SOMBRA NEGRA DE YAZALDE

DELIO ONNIS: OUTRO ARGENTINO EM BUSCA DA "BOTA DE OURO"

Há dois anos, foi o alemão Muller a «sombra negra» de Eusébio na luta pela Bota de Ouro do futebol europeu; o ano passado, novamente Muller na disputa do famoso trofeu, «esgrimindo» ombro a ombro com o «leonino» Yazalde; este ano, Muller desapareceu da liça, deixando a cargo de dois argentinos: novamente Yazalde e um «tal» Delio Onnis, que joga no Mónaco (França) e tem uma curiosa história para contar.

Muita gente não sabe: Delio Onnis é filho de pai e mãe italianos, mas é argentino por nascimento. Iniciou a sua carreira de futebolista com a camisola do S. Lorenzo de Almagro, quando tinha apenas 12 anos. Depois (e sucessivamente) passou pelo Ginástica e Esgrima (de La Plata) e pelos News Old Boys (do Rosário) onde os «enviados especiais» do Stade de Reims o descobriram e trouxeram para França. Foi na época de 1971/72, quando se estreou no campeonato tricolor assinando 22 golos.

No entanto, a adaptação a terras gaulesas era difícil: Delio Onnis andava triste, não tinha companhia, deambulava solitário pelas ruas de Reims. A imagem de Yazalde nas largas avenidas de Lisboa...

Um dia, o Sol sorriu-lhe: tal com Carmizé entrou na vida de Yazalde, também uma Maryse penetrou na vida de Onnis. E tudo se transformou para melhor: a «adaptação» foi um facto e a transferência para o Mónaco o ouro sobre azul, porque ficou a 10 quilómetros da sua pátria-mãe (ele considera-se essencialmente italiano) e porque pode gozar um clima verdadeiramente excepcional.

Delio Onnis é um futebolista («goleador») que obedece a princípios lógicos: sabe (e explora isso) que um avançado-centro nunca pode tirar os olhos da bola, mesmo quando ela anda longe do seu raio de acção; que tem de possuir uma boa dose de imaginação; que tem de saber rematar e (por isso) ser dono de uma certa técnica de finalização; poder correr bem e depressa para desfeitear o defesa à ilharga. Por tudo isto, Onnis tem assegurado o título do «goleador-mor» do actual campeonato gaulês, disputando ombro a ombro com Yazalde o título de melhor chutador da Europa.

Delio Onnis tem um irmão no La Plata (de Buenos Aires) e quer trazê-lo para a Europa, pois vê nele um outro futebolista de eleição, capaz de fazer sombra ao melhor avançado deste velho continente: seu nome é Sandro e a Europa é o seu sonho.

Na corrida para a Bota de Ouro, Delio Onnis é sombra negra de Yazalde: dois argentinos na luta por um título europeu.

Onnis: a sombra de Yazalde

DESPORTO PARA TODOS

. A Cova da Piedade está completamente voltada para a prática de actividades desportivas que possam pôr as camadas populares «dentro» da modalidade de que gostam.

Nos blocos das primeiras iniciativas realizou-se uma prova de corta-mato, na qual participaram atletas representantes de Clube Desportivo da Cova da Piedade, Escola Preparatória Comandante «Conceição e Silva», Grupo Desportivo e Cultural de Almada, Beira-Mar Clube de Almada, Clube Recreativo «Os Estrelas» (Fonte-Santa), Desportivo da Ramalha, «Os Pastilhas» e Sport Benfica «Os Dinizes.»

. Vencedores: infantis femininos — Maria de Jesus; infantis masculinos: Manuel Pinto Bogas; iniciadas; Elisabeth; iniciados: Estrela; juvenis masculinos: Luís Almeida Praça; juniores masculinos: Salvador Silva; seniores masculinos: João Baptista; veteranos: Luís Bertão. De salientar que os intervenientes na prova de veteranos eram pais dos concorrentes infantis.

Entretanto, outras realizações estão programadas. No campo do Atletismo, em breve se realizará outra jornada, da qual constarão corridas em velocidade, lançamento de peso, dardo e disco, sendo provável a inclusão de provas com barreiras.

Para o dia 1 de Maio, está marcado o início de um torneio de futebol de sete, dedicado a populares, com idades entre os 10 e os 13 anos. Serão os próprios praticantes a arbitrar os encontros, cedendo-lhes o Cova da Piedade o seu campo, as bolas e os balneários, bem como todo o apoio clínico necessário. O técnico do popular clube está também à disposição para qualquer informação necessária, uma vez que os «treinadores» serão os próprios rapazes inscritos.

Iniciativas populares, destinadas ao Povo, e que precisam do carinho de quantos entendem o desporto de todos para todos. Para já, uma notícia que poderá dizer qualquer coisa: no corta-mato agora realizado, houve o «apadrinhamento» da D. G. D., que enviou à Cova da Piedade o delegado de Setúbal e um membro do Departamento de Atletismo. Haverá continuidade?

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ORGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 32 DE 13 DE ABRIL DE 1975

	RESUMO			BOLAS			(a)
	1	X	2	1	X	2	
1. BELENENSES-CUF	81	9	2	10	1	1	
2. OLHANENSE-ESPINHO	76	10	6	10	1	1	
3. ACADÉMICO-BOAVISTA	28	43	21	4	5	3	
4. PORTO-LEIXOES	87	4	1	10	1	1	
5. GUIMARAES-FARENSE	85	3	4	10	1	1	
6. SETÚBAL-UNIAO TOMAR	87	3	2	10	1	1	
7. ATLÉTICO-BENFICA	7	10	75	1	1	10	
8. BRAGA-VARZIM	50	37	5	6	5	1	
9. FAFE-PENAFIEL	70	17	5	9	2	1	
10. FAMALICAO-P.FERREIRA	73	15	4	9	2	1	
11. CALDAS-MONTIJO	56	27	9	7	4	1	
12. JUVENTUDE-ESTORIL	6	31	55	1	1	7	
13. T.NOVAS-UNIÃO LEIRIA	63	19	10	8	3	1	

a) Nos termos do Art.º 10.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A chave lógica será:
11X 111 211 1121

. Alvo Desportivo, 11x 111 211 11x2; Badaladas, 11x 111 x1x 1x22; Boa Nova, 112 111 211 112x; O Emigrante, 11x 111 21x 11x1; Cardeal Saraiva, 112 111 2x1 1x2x; A Comarca de Arganil, 111 111 211 112x; Cavalgada do Ritmo, x12 111 2x1 xxx1; O Benfica, 11x 111 21x 1x2x; Estação Rádio da Madeira, 111 111 x21 11x1; O Comércio de Leixões, 11x 111 211 1x21; Correio de Coimbra, 11x 111 211 1121; Desporto e Rotações, 11x 111 2xx 1x21; Correio do Vouga, 111 111 212 11x1; A Defesa, xx1 111 2x1 11x2; Às 10 Espere por Nós, x1x 1x1 x1x 112x; Diário de Coimbra, 111 111 2x1 2121; Ecos de Cacia, 111 111 211 11x1; Estrela da Manhã, 11x 111 2x1 112x; Eu Sei Tudo, 212 1x1 121 11xx; Folha do Domingo, x12 111 211 xx21; Dos Fracos não Reza a História, 212 12x 122 xx22; A Ilha, 11x 111 2x1 11x2; O Jornal de Felgueiras, 11x 111 2x1 112x; Jornal do Fundão, 1x1 111 2xx 112x; Jornal da Graça, 111 111 211 1121; Jornal da Lixa, 11x 111 212 1xx1; Jornal de Sintra, 11x 111 21x 1x21; Linhas de Elvas, 11x 111 211 112x; Litoral, 11x 111 2x1 1xxx; O Concelho de Estarreja, 1xx 111 2x1 1x21.

Manchete Desportiva, 112 112 x11 1111; Maria da Fonte, 11x 111 2x1 1x21; Mundo Desportivo, 112 111 211 1x21; O Norte Desportivo, 11x 111 2x1 112x; Notícias de Chaves, 11x 111 2x1 1x22; Notícias do Douro, 11x 11x 2x1 x121; Notícias de Évora, 11x 111 21x 11x1; Notícias de Felgueiras, 11x 111 2xx 11x1; Notícias de Gouveia, 112 111 211 2121; Notícias de Guimarães, x11 111 21x 1xx1; Penalti, 11x 111 211 1121; Povo Algarvio, 1x1 1x1 21x xx21; Póvoa de Lanhoso, 11x 111 2x1 11x1; Presença Coimbrã, 111 111 2x1 11x2; Programa Sem Nome, 11x 111 211 11xx; Quadrante Desportivo, 11x 111 2x1 1121; Quadrante Norte, 112 111 221 1221; Rádio Altitude, 111 111 x11 1121; Rádio Alvo, 112 111 211 11x1; Rádio Oceano, 111 111 x12 1211; Reconquista, 11x 111 211 11xx; Renovação, x1x 111 2x1 2121; Repórter do Dia — Angola, 1x1 111 2x1 1x21; Resenha Desportiva, 112 111 2x1 xx21; Encontro Musical, 11x 111 211 1121; A Voz Desportiva, 111 111 2x1 x121; A Voz do Domingo, 111 111 2x1 11x1; A Voz dos Ridículos, 111 111 2x1 1121; Notícias do Totobola, 111 111 1x1 x22x; Por Deus e Pela Pátria, 11x 21x 111 x1x2.

Domingo Alegre, 111 111 211 x121; Roteiro Sonoro, 111 121 2xx 1111; Terceiro Programa, 121 111 211 x121; Passatempo, 112 121 x1x 1122; Bondiazinho, x22 x11 111 21x1; 20 Ponto D, 121 111 21x 1121; Extensão 10, 121 121 x12 1121; Sporting, 11x x11 211 11x1; Diário de Lisboa, 1xx 111 211 122x; Jornal Desportivo, 1x1 111 2x1 1x21; Sempre Fixe, 11x 111 2xx x222; Talismã Desportivo, 11x 111 2x1 122x; A Voz do Casa Pia, 11x 111 2x1 11x1; Auto Rádio, 111 111 2x1 11x1; Boletim Desportivo, 121 x12 21x 1111; Clube do Ar, 11x 111 2xx 1x2x; O Comércio do Porto, 11x 111 211 11x1; Diário do Porto, 112 111 x11 1221; Estúdio 64, 11x 111 211 1x21; Jornal de Gaia, 11x 111 211 xxx1; Miscelânea Musical, 1x2 111 2x1 1121; Montra do Êxito, x1x x11 111 x2x1; Música e Desporto, 11x 111 211 1x21; Placard Desportivo, 112 111 2x1 12x1; Placard Desportivo — Açores, 11x 111 x11 1x21; O Primeiro de Janeiro, xxx 111 2x1 x1xx; Programa da Manhã, 122 111 2x1 1121; Panorama, 112 111 211 1x21; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Rádio Sports, 111 111 211 1111; Ritmo e Amizade, 112 111 221 1xx1; Só Rádio, 112 111 211 1121.

Desporto

A BORLA

. A voz meiga, acariciadora, segredada em surdina, erguia-se logo no princípio da semana: às vezes, com 15 dias de antecedência. Depois, ao longo da semana, era a palmadinha nas costas, o sorriso matreiro a indagar se o pedido não tinha passado no olvido. Na véspera, era o telefonema para os locais de trabalho, para casa, para os lugares de «relax»; e tudo porque, no dia seguinte, havia um jogo de futebol que era importante ver e para o qual era essencial não pagar bilhete. O cartão milagroso era o passaporte que obrigava a deslocações, a telefonemas, a sorrisos falsos, a vozes aveludadas...

Às vezes, não podia ser nada: que a obrigação do trabalho justificava a utilização de todos os cartões. Então, a voz tornava-se agreste, o sorriso transformava-se na face desiludida, um «amigo» ficava no caminho.

Era a força da «borla» a incomodar, a massacrar, a tentar ultrapassar os limites do justo, para se instalar na incrível economia, na comodidade, na falsa identidade: era a força de um hábito enraizado em anos e anos subscritos pela «cunha», o convencimento de um direito que de todo pertencia ao pedinte porque, uma vez conseguido o «favor», automaticamente se ficava «dono» de uma situação irregular, «assinante» de uma benesse conseguida com a tal voz meiga, acariciadora, segredada em surdina.

Repentinamente, esta Primavera, o Clube de Futebol «Os Belenenses» deu o alarme. E, em dois ou três dias, o problema de anos e mais anos fica resolvido: a partir desta semana, o problema da «borla» deixou de ser problema: Ultrapassam-se regulamentos federativos, favores de doutores a doutores: e todos têm de justificar a sua presença num local de trabalho (dos jogadores) se não quiserem passar pela bilheteira.

Os jornalistas que ali forem de serviço terão de solicitar, durante a semana, o bilhete que lhes é devido: nada mais justo, porque teremos de ser nós (os que escrevem, os que pretendem defender a verdade desportiva) a dar o exemplo.

No meu caso particular, vou perder a alegria de receber periodicamente a visita da voz meiga, acariciadora, segredada em surdina, como a palmadinha nas costas e o sorriso matreiro: como vou deixar de resolver problemas de consciência como eram os de não atender alguns, para favorecer este ou aquele.

Morreram as «borlas»: paz à sua alma.

CURSOS

● MECANOGRAFIA
PERFURAÇÃO / VERIFICAÇÃO
Sistemas: IBM e UNIVAC
Início dos cursos: 16 - Abril
Informações e Matrículas no
Externato Continental
APROVADO PELO M. E. C.
Tel. 36 42 72
R. do Arsenal, 100-1.º

ARMANDO LUÍS (ORIENTAL): 5 JOGOS DE SUSPENSÃO

O Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol, ontem reunido, aplicou mais os seguintes castigos, referentes à 5.ª eliminatória da Taça de Portugal: 5 jogos de suspensão a Armando Luís (Oriental); 2 jogos de suspensão a Mateus (Portimonense); advertência a Alexandre (Olhanense).

O F. C. do Porto foi punido com a multa de 2500$00. O jogador João Pimenta do Limianos (3.ª divisão) foi punido com 6 jogos de suspensão.

ORIENTAL

Ludgero, que vinha a treinar a equipa do Oriental, despediu-se ontem à noite dos «seus» rapazes. Foi substituido por José Carlos.

NACIONAIS

Os próximos campeonatos nacionais, das três divisões, já têm data marcada para o primeiro jogo: dia 7 de Setembro.

OLIVAIS

É «Dia do Clube», para os associados do Clube Desportivo dos Olivais que, no domingo, queiram presenciar a actuação da sua equipa perante o Vitória de Lisboa.

ALENTEJO

Duas terras dos trabalhadores da terra (Beja e Aljustrel) juntaram-se num festival de futebol, que teve lugar no estádio municipal bejense. A notícia desse espectáculo, em que participaram as turmas de antigos futebolistas do Sport Mineiro Aljustrellense e Clube Desportivo de Beja (com arbitragem de Mário Alves) não teria destaque de maior se não tivesse acontecido uma particularidade: a receita reverteu a favor da família do soldado Joaquim Carvalho Luís, morto a 11 de Março, no R.A.L. 1.

COVA DA PIEDADE UMA INTERPRETAÇÃO

Comunicado público da secção de andebol do Clube Desportivo da Cova da Piedade:

. «A Secção de Andebol do Clube Desportivo da Piedade, ao tomar conhecimento dos termos de um pseudo-esclarecimento emitido pelos seus corpos gerentes, em reunião de 3 do corrente e distribuido aos órgãos de comunicação social, vem por este meio repudiar veementemente o mesmo.

«É do conhecimento público que a secção de Andebol do Clube Desportivo da Cova da Piedade ocupou, em 2 do corrente dois barracões pertencentes à firma «Barreiras e C.ª e Irmãos, com o apoio da população, clubes e partidos políticos.

«Esta tentativa reaccionária de lançar a confusão e tentar desligar o Clube Desportivo da Cova da Piedade do processo de ocupação já referido, será totalmente esclarecida na assembleia geral do clube a realizar em 14 do corrente para a qual, desde já, solicitámos a presença do maior número de sócios e órgãos de comunicação social.»

TÉNIS DE MESA NO PORTO

Terminou o campeonato regional (individual) de Ténis de Mesa, organizado pela Associação do Porto. Saiu vencedor Licínio Carneiro, do F. C. Porto, que na última jornada venceu o seu colega de equipa Carlos Leitão.

Licínio Carneiro é um jovem de 42 anos, atleta de grandes recursos e com estofo de autêntico campeão. Na sua forma que actualmente apresenta, seria um sério candidato ao título nacional: caso houvesse campeonato... É pena que a falta de Federação obrigue os atletas à inactividade, reduzindo-a aos torneios regionais, em que se defrontam sempre os mesmos, conhecidos e conhecedores de quanto diz respeito aos parceiros de jogo. Aguardemos que haja alguém responsável que atente no facto: e mande realizar a única prova que serve para pôr em acção clubes e jogadores de centros bastante carecidos de competição.

SPORTING DA COVILHÃ: O PRESENTE E O FUTURO

Uma bola de neve caiu na serra da Estrela: e tudo porque, num encontro de futebol realizado na Figueira da Foz, a contar para o «nacional» da 3.ª divisão, se registaram cenas tristes que culminaram com agressões a jogadores e à equipa de arbitragem. Numa primeira análise (e segundo determinou a Assembleia do clube) foi resolvido pelo Sporting da Covilhã o corte de relações com o Naval 1.º de Maio...

s, nem só de coisas tristes constou essa Assembleia Geral, segundo nos conta o nosso correspondente na Covilhã: tendo em atenção a carreira particularmente feliz da equipa de futebol com «passaporte» já visado para a segunda divisão, resolveram os directivos meter ombros a uma série de iniciativas em prol da população da cidade e das vizinhanças, dando assim uma nova panorâmica à actividade desportiva naquela zona.

Deste modo a secção cultural do xlube pensa na importância de uma biblioteca e de um grupo cénico, tendo já recebido diversas ofertas que, por ora, estão cedidas ao ofeão da cidade.

Sobre a aquisição de um edifício para sede própria, falou o presidente da Comissão Administrativa (José Marques Malaca) que informou das obras já relaizadas, da necessidade de outras a efectuar, e das inúmeras vantagens para a colectividade em possuir uma sede própria, cujo imóvel satisfaria as pretensões em vista, depois de efectuadas algumas obras de adaptação. Decorrem negociações com o proprietário para a sua compra. Para este tema foi nomeada uma comissão que tratará de todos os assuntos a ele inerentes.

Outro ponto debatido na Assembleia Geral: a próxima realização de sorteios, tendentes a angariar fundos, e a formação de uma comissão para ser «achado» o novo elenco directivo do clube.

Entretanto (e a par deste esforço do Sporting Clube da Covilhã) cresce o entusiasmo da Juventude serrana pela criação de um recinto desportivo onde se possa estimular a ocupação dos tempos livres de qualquer cidadão. Nas férias da Páscoa, um grupo de alunos do Instituto Politécnico resolveu pegar em pás e picaretas e dar um primeiro solanvo na construção desse «tal» recinto. Espera-se que outras boas vontades se movam, na concretização desse sonho juvenil. E não só.

ATLÉTICO DE ALVALADE PROPAGANDA DO XADREZ

. Nos últimos dois meses a actividade da secção de xadrez do Clube Atlético de Alvalade centralizou-se na realização de um torneio interno, que contou com a participação de 28 jogadores, distribuídos por quatro séries preliminares, de cada uma das quais se apuraram grupos de dois jogadores para a disputa da fase final. Foram as seguintes as classificações:

. Série preliminar A: 1.º, António Sequeira, 3 pontos; 2.º, António Baptista, 3; 3.º, José Meneses, 3; 4.º, Pedro Assunção, 1; 5.ª, Leonor Pires, 0. Eliminados João Cunha Serra e Óscar Brito.

Série preliminar B: 1.º, Pedro Meneses, 6; 2.º, António Alvim, 5; 3.º, José Ribeiro da Silva, 3; 4.º, Calvão Borges, 3; 5.º, João Camacho, 2,5; 6.º, Pedro Coelho, 1,5; 7.º, Pedro Ribeiro da Silva, 0.

Série preliminar C: 1.º, Gonçalo Leal, 4; 2.º, Silva Oliveira, 3,5; Oliveira Santos, 3,5; 4.º, João Assunção, 3; 5.º, João Baião, 0,5; 6.ª, Maria Veiga da Cunha, 0,5. Eliminado Palhoto Matos.

Série preliminar D: 1.º, dr. Michael Diamond, 5,5; 2.º, Simões Nunes, 4,5; 3.º, Manuel Cunha Serra, 4; 4.º, Antonio Assunção, 3; 5.º, José Nunes, 2,5; 6.º, Eduardo Campelo, 1; 7.º, Henrique Jónatas, 0,5.

Grupo I: 1.º, dr. Michael Diamond, 4,5; 2.º, Gonçalo Leal, 3,5; 3.º, José Silva Oliveira, 2,5; 4.º, Pedro Meneses, 2; 5.º, Simões Nunes, 1,5; 6.º, António Baptista, 1. Eliminados António Sequeira e António Alvim.

Grupo II: 7.º, Manuel Cunha Serra, 5,5; 8.º, Oliveira Santos, 4; 9.º, Calvão Borges, 3,5; 10.º, João Assunção, 3,5; 11.º, Pedro Assunção, 3; 12.º, António Assunção, 1,5; 13.º, José Ribeiro da Silva, 0. Desistiu José Teles de Meneses.

Grupo III: 14.º, Eduardo Campelo, 6; 15.º, João Camacho, 4; 16.º, João Baião, 3,5; 17.º, Pedro Coelho, 3,5; 18.ª, Maria Veiga da Cunha, 1,5; 19.º, José Nunes, 1,5; 20.ª, Leonor Pires, 1.

Grupo IV: 21.º, Pedro Ribeiro da Silva, 2; 22.º, Henrique Jónatas.

Resta referir que, tendo sido proposta à Associação de Xadrez de Lisboa a oficialização desta prova, isso não se concretizou devido à indefinição de critérios que iniciem a aplicação, a nível nacional, do sistema classificativo Elo.

KIRK DOUGLAS
A pistola com a lei do seu lado.
ANTHONY QUINN
O homem que dominava a cidade.
no grande clássico do oeste de JOHN STURGES
O ÚLTIMO COMBOIO DE GUN HILL
VISTAVISION
Technicolor - Grupo B 10 anos
A PARTIR DE HOJE
ÀS 21,15 HORAS
Berna

E. P. U. L. — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

Empreitada n.º 6/75
RECUPERAÇÃO DO «EDIFÍCIO VELHO» DA QUINTA DOS LILAZES
ISTALAÇÕES ELÉCTRICAS

Aceitam-se propostas para a realização dos trabalhos correspondentes à obra em epígrafe.

1. — Consulta do processo do concurso e fornecimento do mesmo: Sede da Empresa — Direcção dos Seviços de Produção, Departamento de Construção — Alameda das Linhas de Torres, 198-200, Lisboa. Dias úteis das 9.30 às 12.30 e das 14 às 18 horas. Excluem-se os sábados.
2. — Entrega das propostas — Sede da Empresa — até às 12.30 horas do dia 17 de Abril de 1975.
3. — Abertura das propostas — Sede da Empresa, às 15 horas do dia 17 de Abril de 1975.

Caução Provisória: O depósito provisório a efectuar na Caixa Geral de Depósitos, suas filiais, agências ou delegações, mediante guia passada pelo próprio concorrente é de Esc.: 12.500$00 (doze mil e quinhentos escudos). Estes depósitos poderão ser substituídos por garantia bancária.

Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, 7 de Abril de 1975.

O Presidente do Conselho de Administração
Fernando Edgard Perry da Câmara
Ten. Cor. de Eng.ª

ESTÚDIO
3.ª SEMANA
Últimos espectácul
JULES e JIM
c/ JEANNE MOREAU / OSKAR WERNER
HENRI SERRE
ERA UMA VEZ DOIS RAPAZES, A AMIZADE DELES EM PARIS ANTES DE CONHECEREM CERTA MULHER, COMO ELA SURGIU E O QUE SE SEGUIU...
NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS
TODOS OS DIAS ÀS 15.15, 18.30 E 21.15
ÀS SEXTAS E SÁBADOS: SESSÃO SUPLEMENTAR ÀS 24.00

Geral

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS DE LISBOA, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS SECTOR VESTUÁRIO

Dia 11 de Abril — Sexta-feira — pelas 21 horas

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

— Contrato Colectivo de Trabalho
— Informações

Esta reunião terá lugar na sala dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses — Rua Camilo Castelo Branco, 33 — LISBOA.

NÃO FALTES !

A DIRECÇÃO

AS RELAÇÕES ENTRE OS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E O TERCEIRO MUNDO

Continuação da pág 3

de Desenvolvimento Agrícola nos países pobres, fora lançada a ideia de cotizações baseadas no produto nacional bruto de cada país. Ela não foi retida, mas não será antes o estudo de um imposto mundial de solidariedade que será necessário retomar, para dar uma chicotada na cooperação internacional e torná-la sensível a todos?

Porque não estudar fórmulas menos utópicas, mas que vão, em todo o caso, um pouco mais longe do que a ideia da atribuição ao Terceiro Mundo pelos países industrializados, de uma percentagem constante do seu produto nacional bruto? Um tal objectivo fora fixado durante este decénio pela Assembleia das Nações Unidas. Tratava-se de consagrar 0,7 por cento do produto nacional bruto aos programas oficiais de ajuda ao desenvolvimento. Ora, segundo Mc Namara, presidente do Banco Mundial, em 1975 o auxílio dos países da O. C. D. E. representará... 0,3 por cento do produto nacional bruto.

Há dois anos, a comissão francesa Justiça e Paz difundia — sem grande convicção um documento sobre o tema do imposto mundial de solidariedade, tendo apresentado seriamente a estudo uma sugestão do cardeal Roy, datando de 1970, retomada dois anos mais tarde pelo sínodo dos bispos franceses num texto intitulado «A Justiça no Mundo».

À luz dos acontecimentos do petróleo, que hoje levam os Estados a encontrar-se à volta de uma mesa para falar dos seus interesses convergentes, propostas deste género adquirem um novo aspecto porque têm antes de mais o mérito de afirmar a existência de uma solidariedade entre **todas as nações**. A concepção é diferente do auxílio «clássico» — que nem por isso seria suprimido, embora vá, bem o vimos, diminuindo cada vez mais — visto que desta vez se trata de uma contribuição obrigatória, tendo em conta a capacidade de contribuição de cada cidadão... do mundo, votada pelos Parlamentos nacionais e dificilmente posta em causa.

Dois Estados, a Noruega e a Dinamarca, já instituiram, sem barulho, cargas fiscais, cujo produto se destina a favorecer o equipamento do Terceiro Mundo. Na Noruega já existe há uns doze anos um imposto para auxílio aos países em vias de desenvolvimento. Esse imposto recai sobre as pessoas que pagam imposto municipal sobre rendimentos. O produto desse imposto aumentou em volume desde a sua criação e representa hoje à volta de 0,5 por cento do produto nacional bruto. Na Dinamarca, o café importado tem um direito de entrada e uma taxa interior. O produto desses dois impostos é destinado ao financiamento do auxílio ao Terceiro Mundo.

As fórmulas de aplicação de um imposto mundial de solidariedade podem ser variadas e largamente discutidas. Os peritos da comissão de Justiça e Paz inclinam-se para um agravamento do imposto sobre o rendimento, fixado em percentagem (por exemplo, um por cento, e o imposto poderia ser chamado «cêntimo mundial de solidariedade»). Esse método teria, com efeito, a vantagem de ser simples e lógico, mas em certos países só poderia aplicar-se depois de uma reforma fiscal, tão grandes são as injustiças perante o imposto.

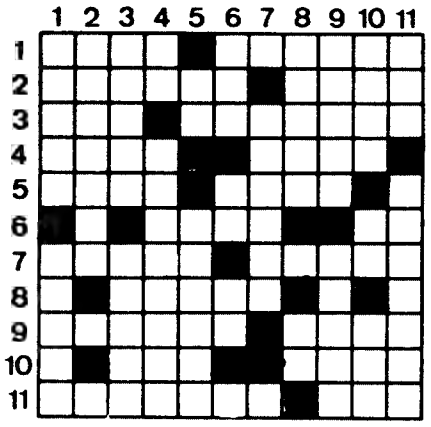
Poderia também haver — em todo o caso no respeitante aos Estados que não cobram impostos sobre os rendimentos — a ideia de uma taxa indirecta adicional sobre certos produtos que constituem «sinais exteriores» do desenvolvimento, como o automóvel, os electrodomésticos, a televisão: convém que o maior número possível de cidadãos sintam que têm um dever para com os mais pobres do mundo.

Como nem todos os paises podem ser ao mesmo tempo tocados pela graça, adoptando com a mesma boa vontade este dispositivo de fiscalização planetária, porque não começar num quadro «regional», um novo estilo de relações entre países ricos e pobres?

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11055



HORIZONTAIS:

1 Serra de Espanha. Peias.
2 Desperta. Valeta.
3 Ruim. Turnos.
4 Angra. Adória.
5 Sadios. Vantagens.
6 Gostou muito de. Preposição.
7 Viatura. Importunem.
8 Que é do ar.
9 Cânticos de louvor a Deus. Lingua vernácula indiana.
10 Preposição e artigo definido. Mais mal.
11 Preparara com anis. Nome de mulher.

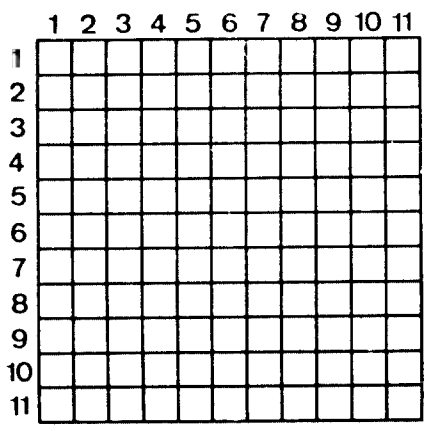
VERTICAIS:

1 Escalas. Tecido de algodão ou linho muito transparente.
2 Terminara.
3 Animal bovino, do sexo masculino, adulto e não castrado. Amofinai.
4 Atmosfera. Guarneceremos de asas.
5 Preposição. Lenta.
6 Bigorna de aço sem hastes. Rio de Itália. Tempo do verbo ser.
7 Pruma.
8 Charrua. Abreviatura que se usa em música.
9 Pêlos ou lãs dos animais lanígeros. Freguesia do concelho de Belmonte.
10 Mãe de Ismael. Preposição. Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica.
11 Isolados. Espalhara.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7213



HORIZONTAIS:

1 Filho de Atreu, rei de Micenas e de Argos, chefe dos heróis gregos que assediaram Tróia.
2 Animal de mama. Cento e três em romano.
3 Empregar. O mais.
4 Patrão. Usa.
5 Puniriam.
6 Brisa. Érbio (s.q.).
7 Emprega. Deixas.
8 Prefixo de privação. Filtra. Elemento que entra em algumas palavras com a significação de ar.
9 Feliz. Anuência. Preposição e artigo definido.
10 Gigante.
11 Divisão de uma casa. O MESMO QUE ALBURNO:

VERTICAIS:

1 Antes de Cristo. Ferro temperado. Araras.
2 Bebe. Pegada.
3 Esbeltas. Óxido de cálcio.
4 Abismo. Doença infecciosa, grave dos olhos.
5 Cantão da Suíça.
6 Mil e novecentos em romano. Desanimasse.
7 Rio da América do Norte que separa o Canadá dos Estados Unidos. Ítem.
8 Dar oiro a. Apelido.
9 Níquel (s.q.). Nota musical. Germânio (s.q.). Batráquio.
10 Acometera.
11 Ocultam. Ecoo.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11054

HORIZONTAIS:

1 Recorreriam.
2 Arameiro.
3 Za. Ocra. UMA.
4 Asa. Anão.
5 COISA. É.
6 Cerrara.
7 Oura. LV. VER.
8 Ulo. Atorara.
9 Vi. Arolas.
10 OUTRA. É.
11 Res. Rosar.

VERTICAIS:

1 Razão. OUVIR.
2 Eras. Cúli.
3 Cá. Acero. Os.
4 Omo. Ora. Au.
5 Recair. Te.
6 Rir. Saltar.
7 Era. Arvorar.
8 Ro. Or.
9 Une. Vales.
10 Alma. Gera.
11 Aos. Rasar.

Provérbio. UMA COISA É VER OUTRA É OUVIR.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7212

HORIZONTAIS:

1 Basto. Ataca.
2 Anão. Aporás.
3 Ramal. Encara.
4 Grama.
5 Oásis.
6 Catais.
7 Domar. Ra. Sm.
8 Ês. Acampai.
9 Ita. Mamar.
10 Tantos. Obi.
11 Arais. Tosar.

VERTICAIS:

1 Barro. Deita.
2 Ana. Apostar.
3 Samas. Anã.
4 Toa. Iça. Ti.
5 Saramos.
6 Cãs.
7 Aperraram.
8 Toca. Iama.
0 Arames. Prós.
10 Cara. Sa. Ba.
11 Asa. Demitir.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava limpo ou pouco nublado o vento era fraco a norte do Tejo e moderado de Nordeste a Sul do referido rio.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	9º
P. DOURADAS	1º
COIMBRA	8º
PORTALEGRE	6º
LISBOA	12º
FARO	15º
FUNCHAL	13º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima: TAVIRA 21,6º

Mínima: P. DA SAÚDE 06,2º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do Mar 12,9º
Atmosfera 11,5º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
3.24	3,7 m	9.00	1,0 m
15.45	3,7 m	21.15	1,0 m
Dia 11			
4.00	3,8 m	9.32	0,9 m
16.18	3,7 m	21.49	0,9 m
Dia 12			
4.33	3,8 m	10.04	0,8 m
16.00	3,8 m	22.22	0,8 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo; vento moderado do quadrante Leste; possibilidade de formação de geada nas terras abrigadas do interior; pequena su-

BARS BOITES

NINA Dancing com atracções **Rua Paiva de Andrade, 7-13 T 34859/365167** a actuar GRAZIELA DE SIRTANAS (Argentina)

CASINO ESTORIL Jogo autorizado Variedades internacionais. **T. 26461/264526/264596/264621/264946**

HIPOPOTAMO Conjunto Hipopotamo Encerra aos Domingos **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A T 48384**

TAMILA Marao e s/ conjunto «Matinees» todos os dias Encerra aos domingos **Av. Duque de Loule, 69. T. 533117.**

— AMANHÃ —

NASCER AS 8.07
OCASO AS 20.00

DIA 11 DIA 19 DIA 25 DIA3

rádio

EMISSORA 1.º Programa

17.00 Noticiário — rádio estudantil
18.15 Movimento das Forças Armadas
19.00 Campanha eleitoral
20.30 Calendário eleitoral
21.00 Que quer ouvir?
21.15 Formação política
21.15 Fados
22.00 Temas de história, por Miriam Halpern Pereira
22.30 Música variada
23.00 Ambiente por Almeida Fernandes
23.30 Último jornal

2.º Programa

15.55 Que quer ouvir?, programa coordenado por Margarida Brandão
18.00 O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas
19.00 Entra a Onda Média 2 — 397 m — 755 KHz — junção com o 1.º Programa — campanha eleitoral
21.00 **Passagem do MF2 a estereo Música ligeira variada**
22.00 Intercâmbio musical — no intervalo: Suite n.º 2, em fá maior, para cravo, de Haendel
00.00 Junção — entra o 2.º Programa — a grande música negra, por José Duarte
01.00 Fecho

Programa em Onda Média — 397 m — 755 KHz

19.00 Junção com o 1.º Programa e MF 2 — campanha eleitoral
21.00 Canções de Schubert
21.30 Divertimento n.º 11, em ré maior, K. 251, de Mozart
22.00 Concerto de câmara
23.00 Ópera sem palavras: obras de Wagner
23.33 Os grandes intérpretes
00.00 Junção com o Programa Estereofónico

RÁDIO CLUBE

Emissor de Lisboa — Onda Média, 299,13 m — 1034 KHz — emissão contínua; Emissor de Miramar (Porto) — Onda Média, 283,6 — 782 KHz — **Emissão contínua Modulação** de Frequência (principais emissores) — Lisboa 97,4; Porto, 97,7; Portalegre, 98,9; Lousã, 90,8; Fóia, 86,1 e Mendro, 92 MHz

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 5.ª-feira à tarde
18.22 Música seleccionada
19.00 Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
19.30 Espaço musical
21.05 Espaço musical
21.30 Curso de Língua Alemã
21.45 Pentagrama
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Campanha eleitoral

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Clube Radiofónico de Portugal

Das **06.00** às **10.00** e das **22.00** às **02.00**

Rádio Voz de Lisboa

Das **10.00** às **12.00** e das **19.30** às **22.00**

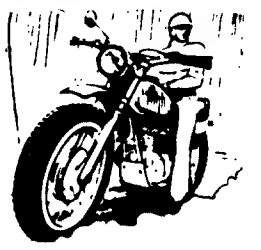
Rádio Peninsular

Das **12.00** às **14.30**

Rádio Graça

Das **14.30** às **19.30**

LEIA motor



farmácias de serviço

LISBOA

TURNO J-1

(TODA A NOITE)

ALVALADE
Zil, Avenida da Igreja, 9-D-E (Tel. 711780)
AMEIXOEIRA
São Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (Galinheiras-Charneca) (Tel. 790969)
ARROIOS
Nunes, Rua Angela Pinto, 32 (Tel. 49756)
AVENIDAS NOVAS
Santa Maria, Avenida 5 de Outubro, 283 (à Feira Popular e Avenida 28 de Maio) (Tel. 763016)
BAIRRO ALTO
Andrade, Rua do Alecrim, 125 (Tel. 323443-323446-322328)
BELÉM
Gomes, Rua da Junqueira, 326 (Tel. 638193)
BENFICA
Benfiluz, Estrada de Benfica, 444-A (Tel. 782606)
CAMPOLIDE
Nova, Rua de Campolide, 297-C (Tel. 687475)
CAMPO DE OURIQUE
Pinheiro, Rua de Campo de Ourique, 131 (Tel. 686640)
CONDE REDONDO
Salutar, Rua Conde de Redondo, 9-B (à Gomes Freire) (Tel. 533411)
LAPA
Eduardo César, Rua das Trinas, 102 (Tel. 662631)
OLIVAIS
Olivais, (dos), rua Alves Gouveia. 19 (Tel. 311237)
PICHELEIRA
Marluz, Calc. da Picheleira, 140-B/C (Tel 720703 e 728395)
SÃO MAMEDE
S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 82-B (Tel. 660280)

TURNO J-2

(ATÉ ÀS 22 HORAS)

ALCÂNTARA
Infante Santo, Rua do Olival 290 (Tel. 661003)
ALVALADE
Lusitana, Avenida de Roma, 18-A (Tel. 725443); Rio de Janeiro, Avenida Rio de Janeiro, 4-C (à Avenida dos Estados Unidos da América) (Tel. 721409)
AVENIDAS NOVAS
Sá da Bandeira, Avenida Marquês Sá da Bandeira, 36-42 (Tel. 41961-54672)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ancenso, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216)
BAIXA
Frazão, Rua Portas de Santo Antão, 70 (Tel. 328180)
CAMPOLIDE
Bonil, Rua Rodrigo da Fonseca, 153 (Tel. 683438)
CAMPO DE OURIQUE
União, Rua Saraiva de Carvalho, 145-F (Tel. 663643)
LUMIAR
Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93-A (Tel. 791131)
PENHA DE FRANÇA
Carrondo, Rua Padre Sena de Freitas, 10-A (à Igreja da Penha de França) (Tel. 842518)
SÃO VICENTE
Santo António, Rua Leite de Vasconcelos, 72-C (Tel. 862333)
CHABREGAS
Conceição, Calçada de D. Gastão, 30 (Tel. 881279)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. C.G.Guerra, 29 (T. 212081)
CAXIAS
Nova, R.Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 242839). Toda a noite
OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P.Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T. 2430691). Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Até às 24 horas
S.PEDRO DO ESTORIL
S.Pedro, R.9 de Abril, 24 (T. 263052). Toda a noite
MONTE ESTORIL
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T. 260085). Toda a noite; Cordeiro, Av. C.G.Guerra, 40 (T. 280170). Até às 22 horas; A.Costa, R.Freitas Reis, 24-C (T. 280214). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R.Elias Garcia, 209 (T. 930019); Flama, R.Elias Garcia, 78-B (T. 932485); Confiança, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 15-A (T. 938149)
DAMAIA
Damaia, P.Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523)
QUELUZ
Zeller, R.da República, 83 (T. 950045); Correia, L.do Mercado, 3 (T. 950906); Serra e Pinto
CACÉM
Araújo e Sá, E.de Paço de Arcos, lote 1-B (T. 2940781)
MEM MARTINS
Química E. de Mem Martins, 285 (T. 2910012)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (T. 2930058)
COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 T(. 204020)
ALMADA
Galeno, R.Capitão Leitão, 85-B (T. 2760565)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-A (T. 2040302)
BARREIRO
Moderna, R.D.Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (T 2073443)
COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L.5 de Outubro, 62 (T. 270121)
MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T. 239029)
MONTIJO
Diogo, R1Almirante Reis, 42 (T. 230032)
SESIMBRA
Leão, Av. Salazar, 13 (T. 229471)
SETÚBAL
Bocageana, R.do Romeu (T. 23425); Bairros, B.Santos Nicolau (T. 23330)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T. 2218560)

PORTO

TURNO 6

ATÉ ÀS 22 HORAS

Vilarinha, Rua da Vilarinha, 161; Bonfim, Rua do Bonfim, 73; Guerra, Rua de Costa Cabral, 43; Guimarães, Rua de Francos, 37; Lemos e Filhos, Praça de Carlos Alberto, 31; Liga das Ass. Soc. Mútuos, Rua do Bonjardim, 286; Castro Carneiro, Rua do Padre Cruz, 146; Henriques, Praça da Batalha, 64-A; Moreno, Ld.ª, Largo de S. Domingos, 44; Serpa Pinto, Rua de Serpa Pinto, 645 e Vasques, Rua das Condominhas, 794

A PARTIR DAS 22 HORAS

Vilarinha, Rua da Vilarinha, 161; Liga Ass. Soc. Mútuos, Rua do Bonjardim, 286; Guerra, Rua de Costa Cabral, 43 e Lemos e Filhos, Praça de Carlos Alberto, 31

COIMBRA

Cruz Viegas — Rua do Brasil; Donato, Rua Ferreira Borges; Rainha Santa, Rua Figueira da Foz

PASSE
UM FIM-DE-SEMANA
SEM CONTRATEMPOS

QUANDO ACORDAR
ESTARÁ NO ALGARVE

SERVIÇO DE CARRUAGENS-CAMAS LISBOA-ALGARVE

Barreiro-V.R.Sto. Antonio: sextas feiras
V.R.Sto. Antonio Barreiro: domingos
INFORMAÇÕES TELEF. 326226

Caminhos de Ferro Portugueses

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Ó Pá, Pega da Vassoura»
LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Garotas no espeto»
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«A Investigação»
VASCO SANTANA
21.45 (13 anos)
«Lisboa 72-74»
S. LUIS
21.00 (10 anos)
«Galileu Galilei»
MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Até parece mentira»
MONUMENTAL
21.45 (18 anos)
«A Gaiola das Loucas»
MARIA MATOS
21.45 (18 anos)
«Seara de vento»

LISBOA/Cinemas

OLÍMPIA
(18 anos)
«Dias de Perigo»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Adeus Diango»
PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«Estado de sitio»
PARIS
21.15 (14 anos)
«Amigos Até ao Fim»
JARDIM
21.15 (13 anos)
«A Califa»
MOSCAVIDE
21.15 (18 anos)
«Corrida Selvagem»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.30 (18 anos)
«Dellinger»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«Isso não se faz à Tia»
TERÇO
21.30 (18 anos)
«Pides na grelha»
ANTÓNIO PEDRO
21.30 (13 anos)
«Brecht»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Laranja Mecânica»
ESTUDIO FOCO
21.30 (18 anos)
«Chinatown»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Os Difíceis Vinte Anos»
S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«A minha mulher é doida»
OLÍMPIA
21.30 (13 anos)
«Com Jeito Vai de Bacamarte à Solta»
BATALHA
21.30 (18 anos)
«O Caso Odessa»
ÁGUIA DE OURO
20.00 (18 anos)
«Criado para todo o serviço»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«Os Perversos»
COLISEU
21.30 (10 anos)
«Os Dez Mandamentos»
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«Toda uma Vida»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Queridos Pais»
VALE FORMOSO
21.30 (13 anos)
«Jesus Cristo Superstar»
CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«Quando as Mulheres Jogam Ding-Dong»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«O Acosado»
TIVOLI
21.30 (18 anos)
«Ontem ao fim do dia»
S.TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Toda uma Vida»
AVENIDA
20.30 e 23.00 (18 anos)
«Toda uma Vida»
SOUSA BASTOS
21.30 (18 anos)
«O Vício Mora a Meu Lado»

D JOÃO V
T. 971794 — 21.00
Grupo D 18 anos
O IMENSO ADEUS

cinemas

ESTREIAS DE HOJE
NOS CINEMAS
S. JORGE
MULHERES APAIXONADAS

CINEBOLSO
T. 573407 14.30, 16.45, 19.00, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
LES VALSEUSES
(AS BAILARINAS)
Contém cenas eventualmente chocantes
Comédia à Hora do Almoço
Amanhã às 12.30 - 17 anos
PÃO, AMOR E ANDALUZIA

BERNA
T. 776098 — 21.15
Grupo C 14 anos
O ÚLTIMO COMBOIO DE GUN Hill
Kirk Douglas e Antony Quinn

APOLO 70
T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
PRIMEIRA PÁGINA
o grande filme de Billy Wilder
Jack Lemmon Walter Matthau
4.ª Semana
Hoje às 24.00 H. - 18 anos
MILLIA, RAPARIGA MODERNA

ROXY
T 42872 14.00, 16.30, 18.45 - 21,15
Não acons. a menores de 13 anos
METELLO
A luta do povo por uma vida melhor
Um filme impressionante de Mauro Bolognini
3.ª Semana

PATHÉ
T 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EVA
Um dos melhores filmes Suecos do Ano
A primeira pedra o abuso da adolescência

ALVALADE
T. 717480 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Para maiores de 6 anos
A CAIXINHA DE SURPRESAS
O melhor programa da Pascoa!
Falado em português
3.ª Semana

LIDO
T 937593 — 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
CÓDIGO JUGGERNAUT

CINESTÚDIO
T. 937593 — 15.30 - 21.30
Interdito a menores de 18 anos
UM AMOR PASSAGEIRO

CARLOS MANUEL - SINTRA
T. 2930394 — 21 15
Não acons. a menores de 18 anos
ASSASSINO AO TELEFONE

CINEMA 2000
ALGÉS — 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
METELLO
3.ª Semana

UNIVERSAL
T. 774402
Não acons. a menores de 13 anos
Às 14.30 e 20.30
OS FUZIS
De Rui Guerra
Às 16.30, 22.30
Não acons. a menores de 13 anos
GREVE — OCUPAÇÃO
Às 18.30
Não acons a menores de 13 anos
ATTICA E TUPAMAROS

RESTELO
T. 610375 — 21.00
Interdito a menores de 18 anos
DOMINGO, MALDITO DOMINGO
Um filme extraordinário de intenso sentido das realidades

EDEN
T. 320768 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
POR UM PUNHADO DE DIAMANTES
A suprema intriga do terror controlado
Um filme de Don Siegel

TIVOLI
T. 570595 — 15.15, 18.30, 21.15
Para todos - maiores de 6 anos
ISTO É ESPECTÁCULO
Isto não é um filme é uma festa!
3.ª Semana

CASINO ESTORIL
T. 264621 — 17.00, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
PARA AMAR OFÉLIA

ROYAL
T 865037 — 15.30, 21.00
Não acons. a menores de 18 anos
FERIDO NA HONRA

POLITEAMA
T. 326305 14 15, 16.30, 19.00, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
A PRIMA
Com Stefania Casini

ROMA
T. 727778 — 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
A CASA DO PECADO
com Nicole Coureel

OXFORD
T 2865027 — 16.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O DESNORTEADO

VOX
T. 720808 — 13.30, 19.00, 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
QUE NOITE DE NÚPCIAS
Um caso que o fará pensar

LUMIAR
T 795296 — 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
UMA ESPADA PARA UM IMPÉRIO

SATÉLITE
T. 562632 — 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
IREI COMO UM CAVALO LOUCO
11.ª Semana

MUNDIAL
T. 538743 — 15.15, 18.30, 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
O CORDEIRO ENFURECIDO
4.ª Semana de êxito!

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
O CONFORMISTA
O Fascismo... A Traição... Os mortos...
Um filme de Bernardo Bertolucci
2.ª Semana

CONDES
T. 322523 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
...girissimo, cruel, encantador, inteligente, erótico e... maldonissimo!
LES VALSEUSES
AS BAILARINAS
c/ Gerard Depardieu
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ODEON
T. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15
(Int. a menores de 18 anos)
UM FILME EXCEPCIONAL
c/ Marga Lopez
MARCADA PELO DESTINO
A ODISSEIA DE UMA MULHER VÍTIMA DE UMA TERRÍVEL INFÂMIA DA AMANTE DO SEU MARIDO
(EASTMANCOLOR)

LONDRES
T. 801313 13.00, 15.45, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
LACOMBE LUCIEN
Uma história da resistência
Um filme de Louis Malle

S. JORGE
T 54153/4 — 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
MULHERES APAIXONADAS

AVIS
T. 47163 — 15 30, 1830, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
ISCA HUMANA

CASTIL
T 530194 — 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
TUDO FICOU EM FAMÍLIA
Com Patricia Gage

CINEARTE
T. 660446 — 15.30 e 21.15
Grupo D 18 anos
CASAMENTO EM BRANCO

ESTÚDIO
T. 555135 — 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
JULES E JIM
Um filme de François Truffaut

ESTÚDIO 444
T. 779095 14.30, 16.45, 19.00, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
DOROTHEA
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

EUROPA
T. 661016 — 15.15 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
POR ORDEM DE MUSSOLINI
3.ª Semana

IMPÉRIO
T. 555134 — 15.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
OS MALDITOS
Amanhã às 18.15
ALAMO

MONUMENTAL
T. 555131 — 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A MÁQUINA DO AMOR
Com Dyana Cannon

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF 65453 1/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF 32115 4/5 32027 1/2/3
RUA DA ROSA, 57
END TEL DIBOA TELEX 12383
LISBOA PORTUGAL

A ALEMANHA OCIDENTAL PROMETE UM EMPRÉSTIMO AO GOVERNO PORTUGUÊS

. BONA, 10 — (F. P.-R.-A. N. I.) — O Governo da República Federal Alemã reafirmou ontem a intenção de conceder assistência económica a Portugal.

Após a reunião do Conselho de Ministros, o porta-voz governamental, Kalus Boelling, explicou à Imprensa que Bona estava disposta a intensificar a cooperação com Portugal e a fornecer um auxílio financeiro ao Governo português.

Quando lhe perguntaram se a decisão do Governo dependia dos resultados das eleições em Portugal no dia 25 de Abril, Boelling evadiu a resposta. Disse que Bona não pretende interferir nos assuntos internos portugueses, mas acrescentou que a Alemanha Ocidental deseja ver Portugal movimentar-se em direcção a uma democracia estável.

O montante do empréstimo só será fixado depois das eleições de 25 de Abril para a Assembleia Constituinte e após o Governo de Lisboa especificar as suas carências.

Segundo informações não confirmadas oficialmente, Bona está a considerar a concessão de um empréstimo de 70 milhões de marcos (700 mil contos), válidos por 30 anos, com 10 anos de isenção de juro e os restantes 20 anos a 2 por cento.

Tal empréstimo destinar-se-ia a financiar projectos de irrigação, construção de estradas e desenvolvimento de pequenas e médias indústrias.

Entretanto, fiel ao seu habitual alarmismo, o dirigente dos Democratas Cristãos, partido da oposição na Câmara Baixa do Parlamento, Karl Carstens, frisou a crescente influência do Partido Comunista em Portugal, para afirmar que poderá muito em breve tomar o poder.

JOSÉ SARAMAGO director-adjunto do "Diário de Notícias"

. Foi nomeado director-adjunto do «Diário de Notícias» o escritor José Saramago, que, ao tomar posse ontem à noite, afirmou que aquele nosso prezado colega «vai ser um instrumento nas mãos do povo português, para a construção do socialismo». Corroborava, assim, as palavras do director do «D.N.», Luis de Barros, que dissera não ser com constantes «amens» às decisões de um regime que o jornal pode contribuir para a construção de uma liberdade autêntica.

José Saramago foi editorialista do «Diário de Lisboa» em 1972 e 1973, tendo, durante algum tempo, dirigido o suplemento literário do nosso jornal. Foi também director da Associação Portuguesa de Escritores, cargo de que recentemente se demitiu.

CORREIA DA FONSECA SUSPENSO DA "REPUBLICA"

Os leitores do jornal «República» ficaram surpreendidos quando, ontem, não viram nas páginas daquele jornal a habitual crítica de televisão. Não têm mais que ficar surpreendidos, porque o desaparecimento dessa coluna fica a dever-se à suspensão do responsável pela crítica de TV, Correia da Fonseca, um homem que, ao longo de vários anos de exercício dessa actividade sempre foi admirado pela isenção e profundidade do seu trabalho.

Contactado pelo «DL», esta manhã disse-nos Correia da Fonseca:

. «Como interrompi as minhas funções de empregado bancário para exercer funções de administrador da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do «Diário de Notícias», a direcção do «República» entendeu haver incompatibilidade entre esta situação e o exercício da crítica de televisão nas páginas desse vespertino. A minha colaboração foi imediatamente suspensa.»

Correia da Fonseca foi avisado, ao princípio da noite de ontem, dessa suspensão, já depois, portanto, da não publicação, pela primeira vez, da sua crítica. Tal facto ficou a dever-se, segundo a direcção do «República», a um atraso na entrega do original.

TRÊS MORTOS

ACIDENTE COM UM CARRO DA "CAPITAL"

. Ontem à noite, cerca de Leiria, um carro de «A Capital», foi meter-se sob uma camioneta de passageiros.

Morreu o condutor, Luís Augusto Rodrigues, bem como duas irmãs que naquele momento tinham descido da camioneta: Ana e Marília da Conceição Alves Fabião, de 11 e 12 anos, respectivamente.

Quer o motorista, quer as duas irmãs, faleceram no local do desastre.

MANIFESTAÇÃO DOS HABITANTES DOS BAIRROS DE LATA

. Os habitantes dos bairros de lata e pobres de Lisboa levam a efeito, ao fim da tarde (18 e 30), uma manifestação subordinada ao seguinte lema: «Em frente na luta pelo direito à habitação!»

A manifestação é convocada pela Intercomissão dos Bairros de Lata e Pobres de Lisboa, que considera a E.P.U.L. «uma fazedora de projectos».

Todos os habitantes dos referidos bairros se vão concentrar, para a manifestação, no Largo dos Sapadores.

"Pílula" em forma de selo

YORK (INGLATERRA), 10 — (FP) — A China resolveu o seu problema de controlo da natalidade graças a uma «pílula» com o formato de selo de correio — revelou ontem, em York, o professor norte-americano Carl Djerassi, no congresso anual de Química.

Além da pílula clássica, — esclareceu aquele professor da Universidade da Califórnia, que é um dos «pais» da pílula, — Chineses aperfeiçoaram um papel comestível contendo substâncias químicas contraceptivas. Cada uma dessas folhas é contada em 22 pequenos selos, sendo tomado um por dia.

Na opinião do professor Djerassi, estes «selos contraceptivos» são mais fáceis de produzir, armazenar e distribuir, não necessitando de aparelhagem importante.

TRABALHADORES DA CENTRAL DE CERVEJAS ACUSAM O SECRETÁRIO DO TURISMO

. O actual secretário de Estado do Turismo, dr. Alves Conde, é acusado pelos trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas, de «aconselhar as companhias cervejeiras a investir no Brasil e a desinvestir em Portugal» Isto passou-se em Janeiro de 1972, quando o dr. Alves Conde era administrador da CUCA, segundo se lê num comunicado das comissões de trabalhadores de Vialonga, sede, Coimbra e Trindade, no qual se afirma que os trabalhadores encontraram um relatório nesse sentido.

Nesse relatório, datado de 19 de Janeiro de 1972, o dr. Alves Conde faz uma apreciação favorável à política do Governo brasileiro, assinalando: «A situação política do Brasil, é, neste momento, e será no que se pode prever a médio prazo, extremamente estável. O Governo exerce um controlo rigoroso sobre os movimentos subversivos do País, movimentos de resto, que deixaram de ter expressão significativa. O terrorismo no Brasil, ao qual a Imprensa internacional, com um objectivo político ou de sensacionalismo, dá um relevo que não corresponde à realidade, não só está decrescente como é extremamente impopular. O actual Governo e o seu Presidente têm no Brasil grande prestígio e não se prevê, como afirmamos, que a actual situação se altere no futuro. Sendo um regime que se pode considerar como uma ditadura equilibrada, desenvolve uma política centrista».

O relatório do dr. Alves Conde tinha por objectivo «pôr à disposição do Grupo Português os elementos necessários para poder tomar uma decisão, em altura devida, sobre a sua participação no aumento de capital da Skol-Caracu do Brasil.

No mesmo comunicado dos trabalhadores da S. C. C. pergunta-se, depois: «Como se pode trabalhar com o sr. Manuel Vinhas que ainda em 1973 aproveitava conversas com o governador-geral de Angola, eng.º Santos e Castro, dando seguidamente instruções ao dr. Alves Conde no sentido de falsear os balanços da CUCA, e de todas as associadas, e fazer parte do 4.º Governo Provisório como secretário de Estado do Turismo?». E ainda: «Como se pode apoiar um Governo fascista militar, como o do Brasil, e fazer parte de um Governo progressista em Portugal?»

. Cinco meses depois do relatório citado, o dr. Manuel Vinhas escrevia à administração da Companhia Produtora de Malte e Cerveja Portugália, S. A. R. L. a comunicar que, no decorrer da reunião dos accionistas da Skol-Caracu (...), foi decidido atribuir ao sr. dr. Artur Luis Alves Conde, no primeiro ano, a gratificação anual de 100 mil escudos e em cada um dos anos seguintes a importância de 200 mil escudos pelos serviços prestados naquela nossa associada brasileira».

O dr. Alves Conde entrou para o 1.º Governo Provisório como secretário de Estado do Tesouro. Na última remodelação governamental, que afastou o dr. Silva Lopes da pasta das Finanças, o dr. Alves Conde transitou para a secretaria de Estado do Turismo, dependente do Ministério do Comércio Externo, de que é titular o dr. Silva Lopes.

EXÉRCITO ANGOLANO

Continuação da pág 1

elementos são integrados como soldados e não como militantes deste ou daquele Movimento. Recorde-se que no último acordo assinado pelos três Estados Maiores se tinha decidido a criação de «um organismo paritário e inter-partidário a fim de solucionar os problemas e conflitos que surjam entre as forças dos três movimentos, ou entre os respectivos militantes e simpatizantes.»

. Este organismo compreenderá elementos dos três Movimentos, passando a denomiar-se Forças de Prevenção

A F.N.L.A. DOMINA O AEROPORTO

Em Lisboa, o «Comité de Acção 4 de Fevereiro» divulgou um extenso comunicado sobre a situação politico-militar em Angola, onde a certo passo se afirma:

. «Não surpreende este Comité que um avião possa ser assim alvo de um ataque terrorista e que a tal ponto se manifeste a insegurança em que o aeroporto se encontra, se se atentar no seguinte:

. a) Todas as aproximações dos finais das pistas estão sob «controlo» antiaéreo da F.N.L.A., quer através do Forte de S. Pedro da Barra, quer da sua delegação da estrada de Catete, onde estão montadas armas pesadas antiaéreas no terraço do edifício, acompanhadas com as respectivas caixas de munições. Todo o aeroporto de Luanda está assim seriamente ameaçado por forças militares que escapam ao «controlo» do Governo de Transição e da Comissão Nacional de Defesa.

b) Como é do conhecimento público, o Forte de S. Pedro da Barra, classificado como Monumento Nacional e dependente do Ministério das Obras Públicas de Angola, foi unilateral e inesplicavelmente cedido à F.N.L.A. por despacho do ministro do Interior, N'gola Kabangu (F.N.L.A.) contra a vontade do ministro das Obras Públicas, eng. Resende (nomeado pelo Governo Português). A partir daquela cedência foi ocupado pelas forças do E.L.N.A., tem servido de prisão e lugar de torturas do povo angolano e daí partiram os prisioneiros que foram chacinados no Caxito, chacina que esteve na origem dos protestos dos médicos das Forças Armadas Portuguesas.

Este forte também ameaça seriamente a entrada da barra, o comando naval e o próprio porto de Luanda.

Têm-se efectuado reuniões de oficiais reaccionários do Exército Português estacionado em Angola, com o objectivo de prejudicar o processo normal da descolonização, apoiar o E.L.P. e forças reaccionárias portuguesas implantadas em Angola, em Espanha, na África do Sul e no Brasil, e cujo objectivo é o derrube do Governo democrático português e a instalação da F.N.L.A. no Poder em Angola.

INCIDENTE NA FRONTEIRA DA NAMÍBIA

CIDADE DO CABO, 10 — (R/FP) — Uma patrulha do Exército sul africano em serviço na fronteira da Namíbia com Angola foi recentemente alvejada a partir de território angolano, segundo anunciou oficialmente o Governo sul-africano.

. O breve comunicado do ministério da Defesa não especifica a data e o local exacto onde o incidente se verificou.

CIDADE MARGINAL

E ERAM CAMARADAS...

. Horácio Mascarenhas e Arnaldo Semedo, dois operários da construção civil, de 23 anos apenas, beberam uns copos, o vinho subiu-lhes à cabeça e, na confusão, rasgaram as calças a um dos trinta camaradas da camarata comum, desponjando-o de nove notas de conto. Mas, aos gritos de socorro da vítima, apareceu o polícia de giro, que, apesar das ameaças de morte proferidas pelos agressores, conseguiu dominá-los e recuperar o dinheiro roubado. E com os reflexos do «mau vinho» ainda latente nos gestos e nas palavras, Horácio e Arnaldo lá seguiram rumo aos calabouços do Governo Civil.

PERDIDOS E ACHADOS

Nem tudo o que se perde nesta Lisboa é irrecuperável. E a atestá-lo segue uma extensa lista com a identidade dos proprietários de algumas das carteiras e documentos encontrados na via pública, de momento depositados na Secção de Achados da P. S. P., na Rua dos Anjos, 56: José Barbosa Teixeira; EMÍLIA Eduardo Horta; José Cavaco Faustino; António Real da Fonseca; Fernando Isidoro Palhaça; Jesuíno Marques Martins; Mário Gomes Alvorada; Joaquim do Rosário Coelho; António Joaquim Andrade; Etelvina Maria; Francisco Ramalho Franco; Maria Graciete Groguinha; José Valente de Jesus; Carminda da Conceição Raimundo; Natália Antunes Caseiro; Severino Mendes; António de Sousa Bacelar; e Severino Mendes. A quem provar pertencer-lhes serão ainda entregues no mesmo local os seguintes objectos: um relógio de pulso; um porta-moedas com dinheiro; uma mala tipo saco, com roupa diversa; uma pasta de pergamóide com medicamentos; uns óculos graduados; e um chapéu-de-chuva.

PRONTA A DISPARAR

Mais uma pistola de guerra furtada a um guarda florestal, na zona da Ajuda. A arma estava devidamente municiada com projécteis de calibre 7.65. Ou utilizando uma linguagem mais directa: pronta a disparar.

Reabriu a contrastaria

Depois de encerrados para averiguações reabriram ontem ao público os serviços da Contrastaria da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, em Lisboa.

Estes serviços haviam sido encerrados no passado dia 7 pelo Conselho de Administração da C. da M., ao ter conhecimento de irregularidades cometidas na indústria de ourivesaria, nomeadamente na comercialização dos artigos. Durante o tempo do encerramento, foi realizado um inquérito para apuramento de responsabilidades e seu castigo.

COIMBRA
partidos e candidatos

CDS

1 Luís António Gomes Moreno, 37 anos, advogado
2 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro, 41 anos, administrador de empresa
3 João Lopes Porto, 34 anos, engenheiro
4 Basílio Filipe Dinis Barreiros, 45 anos engenheiro electrotécnico
5 Marta Maria Soares Raposo Medeiros de Carvalho, doméstica
6 José António Freire Falcão de Brito, 45 anos, agricultor
7 Manuel Rodrigues Martins Lourenço, 42 anos, guarda-livros
8 António Nunes Conde, operário
9 António Martinho Rosado, operário
10 Victor Manuel Loureiro Gonçalves, empregado de escritório
11 Vítor Manuel da Cruz Almeida, 50 anos, vendedor
12 Maria Helena Lopes da Costa Bruno da Costa, 65 anos, doméstica

FEC(M-L)

1 Daniel Ribeiro, 21 anos, estudante
2 Teotónio da Silva, 23 anos, trabalhador-estudante
3 Lucília Morais, 31 anos, operária
4 Vires Ventura, 27 anos
5 Aníbal Manuel Duarte, 21 anos, monitor universitário
6 Norberto Queirós, operário electricista
7 António Silva, 25 anos, professor
8 Joaquim Ventura, 25 anos, desempregado
9 João Freitas, 23 anos, estudante
10 Armando Alexandre, 31 anos, operário cerâmico
11 João Paulo Correia, 24 anos, professor
12 Vítor Moura, 23 anos, professor

FSP

1 Joaquim Manuel Sales Guedes Leitão, 35 anos, notário
2 António de Almeida Carmo, 53 anos, oficial da marinha mercante
3 António Manuel Mano Azul, 21 anos, estudante
4 Fernando Augusto Dinis, 35 anos, serralheiro mecânico
5 Jaime Alberto Cardoso da Costa e Silva, 42 anos, bancário
6 Alfredo Luís da Silva Caio Vieira, 35 anos, empregado de escritório
7 Maria Fernanda da Costa Gomes, dactilógrafa
8 Eduardo Artur Oliveira Passos Parede, 30 anos, analista de sistemas
9 Maria de Lurdes Moreira Eleutério, 42 anos, funcionária pública
10 João São Pedro Lopes, 52 anos, ferroviário
11 Ana Maria Gândara Passos Parente, 31 anos, professora
12 Emília Maria Gomes da Costa, 26 anos, bancária

MDP/CDE

1 Orlando Alves Pereira de Carvalho, 46 anos, prof. universitário
2 Alberto dos Santos Januário, 47 anos, empregado de escritório
3 Armando Anselmo Gomes, 35 anos, prof. do ens. secundário
4 Rui Pinto Teixeira Alves, 60 anos, analista
5 Ivone Maria Pessoa Teles de Morais, 35 anos, assistente social
6 Mário Armando Braga Temido, 35 anos, médico
7 Fernando Lopes Cardoso, 30 anos, psicólogo
8 Deolinda Leal Pessoa, 25 anos, estudante
9 Carlos Vítor Baptista da Costa, 35 anos, assistente da Faculdade de Coimbra
10 Jacinto Matos, 50 anos, pequeno agricultor
11 Júlio Azenha Matos, 23 anos, engenheiro
12 Júlio Antunes, 50 anos, operária cerâmico

MES

1 José Luís Pio de Abreu, médico, 30 anos
2 Abílio Hernandez Cardoso, 33 anos, assistente da Faculdade de Letras
3 Rui Namorado, 33 anos, advogado
4 Manuela Carvalheiro, 28 anos, médica
5 Alexandre Barroso, 24 anos, empregado bancário
6 José Augusto Gil, estudante, 21 anos
7 Ana Cristina Pires, funcionária pública, 25 anos
8 Luísa Silva, funcionária dos CTT
9 Maria Manuela Leitão Marques, 22 anos, estudante
10 Francisco Carrilho, 25 anos, prático clínico
11 Jorge Varanda, prof. do ens. Secundário
12 João Seiça Neves, prof. do Ensino Secundário

PCP

1 Blanqui Teixeira, 53 anos, engenheiro químico
2 Vital Martins Moreira, 30 anos, assistente da Faculdade de Direito de Coimbra
3 Carlos Luís Carrapato Figueira, 30 anos, empregado de escritório
4 José Augusto Marques, 43 anos, operário metalúrgico
5 Alberto de Oliveira Vilaça, 45 anos, advogado
6 António Henriques, 62 anos, operário vidreiro
7 Manuel Batista Pires da Rocha, 40 anos, empregado bancário
8 Manuel Lousã Henrique, 41 anos, médico
9 Joaquim Maria de São José Cardoso, 27 anos, camponês
10 Maria Isabel Lopes Carvalho Sabrosa, 31 anos, empregado de escritório
11 Benjamim Fernando Baptista Banha, 22 anos, tractorista de construção civil
12 Carlos Manuel Sampaio Faustino Campo Largo, 24 anos, estudante

PPD

1 Carlos Alberto Mota Pinto, 38 anos, professor universitário
2 António Moreira Barbosa de Melo, 40 anos, investigador da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
3 Luís Fernando Argel de Melo e Silva Biscaia, 46 anos, advogado
4 João António Martelo de Oliveira, 35 anos, ajudante de afinador têxtil
5 António Manuel Barata Portugal, 36 anos, engenheiro civil
6 Maria Emília Tropa Xavier de Basto, 31 anos, licenciada em Direito
7 Artur Homem Ribeiro dos Santos, 46 anos, engenheiro civil
8 Luís da Silva Moreira Gomes, 29 anos, empregado bancário
9 José Pedro Alves Jordão, 21 anos, estudante de Engenharia
10 Lúcia Maria Jorge Costa e Silva, 22 anos, engenheira civil
11 Frederico Guilherme Fonseca Carreira, 40 anos, funcionário público
12 Gabriel Ribeiro da Frada, 32 anos, pedagogo e psicólogo

PPM

1 Henrique Barrilaro, professor
2 Agostinho Dias da Gama, oficial do Exército
3 Maria Margarida Pessanha, professora
4 Agostinho Deus Pereira, funcionário público
5 Ezequiel Batoréu, pintor de arte
7 Fernando Pessoa dos Santos, funcionário bancário
8 Leandro Morais Sarmento, professor
9 António Ferreira Pereira, engenheiro
10 Nuno José Nabais Conde, técnico têxtil
11 Duarte Trigueiros, engenheiro
12 José Seabra de Lacerda Pereira, oficial do Exército

PARTIDO SOCIALISTA

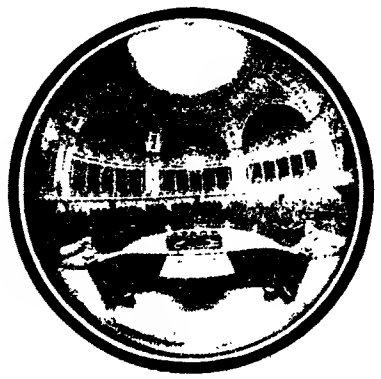
1 Henrique de Barros, professor universitário
2 Manuel Alegre, escritor
3 António Campos, regente agrícola
4 António Arnaut, advogado
5 Vítor Brás, operário
6 Manuel da Costa, regente agrícola
7 Romero de Magalhães, professor universitário
8 Júlio Correia, empregado de escritório
9 António Portugal, empregado de Seguros
10 Horácio Antunes, professor primário
11 Teresa de Freitas, professora do ensino secundário
12 Henrique Lopes Fernandes, estudante

O INE ESCLARECE

Veio ao conhecimento do Instituto Nacional de Estatística que algumas entidades estão realizando inquéritos de opinião invocando abusivamente o nome deste Instituto.

Esclarece-se a propósito que só são de resposta obrigatória os questionários emitidos por órgãos do Sistema Estatístico Nacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 86.º do Decreto n.º 428/73 de 25 de Agosto os quais são facilmente reconhecíveis por nos elementos de identificação colocados, normalmente, no cimo e à esquerda da primeira página do questionário se dizer taxativamente que se trata de instrumento de notação do sistema estatístico nacional **de resposta obrigatória.**

Diário de Lisboa



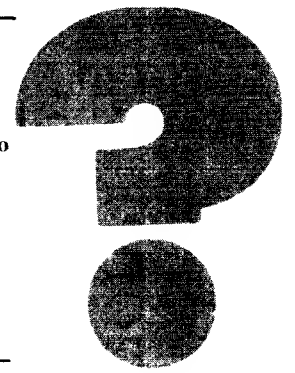
PONTO ELEITORAL

Lisboa, quinta-feira, 10 de Abril de 1975

1.ª Já ouviu programas eleitorais na rádio ou televisão? Nesses programas o que mais o impressionou?

2.ª Na propaganda eleitoral que possibilidade considera mais efectiva. Cartaz, rádio ou televisão?

3.ª Entende que os analfabetos devem votar?



JOSÉ RODRIGUES DA COSTA, 21 anos, estudante, residente em Lisboa.

1.ª Oiço Rádio. E o que me impressiona é a forma como determinados partidos atacam outros. Esses ataques servem apenas para fazer divisões e enquanto isso acontece não fazem o que seria necessário, no caso, esclarecer o público.

2.ª Creio que os cartazes são importantes pois nem todas as pessoas tem tempo de ver televisão ou ouvir a rádio. Assim para os que trabalham ao passarem nas ruas é fácil olharem os cartazes.

3.ª Penso que seria necessária uma campanha especial para eles, com o esclarecimento devido quanto ao acto eleitoral e ao mesmo tempo fazer-lhes ver os símbolos dos partidos para um fácil reconhecimento.

MÁRIO ANTUNES BRANCO, 52 anos, guarda da C.M.L.

1.ª Rádio e televisão. Todos falam à classe operária. No fundo todos pretendem melhores regalias para a classe operária e eu creio que terá de ser assim.

2.ª Como há muita gente que não sabe ler penso que a rádio e a televisão têm um papel mais importante junto das pessoas.

3.ª O grande inconveniente dos analfabetos é não poderem distinguir os partidos. Penso que poderiam ser, por um lado elucidados pela rádio e por outro poderiam habituar-se aos símbolos dos partidos vendo-os na televisão.

JOSÉ FILIPE SILVA MESQUITA, 26 anos, desempregado, residente em Lisboa.

1.ª Vejo na televisão e por vezes também oiço rádio. Até agora só promesssas, mais nada. Por exemplo no aspecto do desemprego, objectivamente e realmente não se tem feito nada. Eu faço parte desses 200 mil desempregados e penso que é um problema fundamental a resolver.

2.ª Penso que a rádio atinge a maioria das pessoas.

3.ª Acho que as eleições não resolvem os problemas e como eu não acredito nelas automaticamente penso que não vale a pena votar.

ADELINA MARIA TRINDADE DA SILVA, 19 anos, desempregada, residente em Lisboa.

1.ª Normalmente vejo a televisão e também oiço rádio. O que mais me impressiona é os vários partidos atacarem-se tão descaradamente. Nesta altura é um erro. Se estamos em período de revolução creio que não deviam criar divisões mas antes unirem-se para numa frente comum lutarem contra as direitas. Assim passam o tempo a guerrear-se.

2.ª A televisão e a rádio vão mais de encontro ao povo.

3.ª Acho que sim, têm o mesmo direito que os outros.

MARIA ALEXANDRINA RODRIGUES, 19 anos, estudante, residente em Lisboa.

1.ª Vejo pouco, mas por vezes também oiço rádio. E realmente o que me impressiona são só constantes ataques entre os partidos.

2.ª Creio que a rádio e televisão são importantes.

3.ª Acho que podem votar se forem politizados.

JUSTINO SANTOS, 32 anos, trabalhador de saúde, residente em Lisboa.

1.ª Costumo ver na televisão. O que mais me impressiona é a notória agressividade entre os partidos.

2.ª Penso que não se podem separar umas coisas das outras.

3.ª Acho que sim, desde que estejam devidamente elucidados. Mas não é uma simples campanha eleitoral que pode ter esse papel importante.

AMERICO FERNANDES, 66 anos, reformado, residente em Lisboa.

1.ª Vejo a televisão e oiço a rádio e o que penso é que felizmente que veio uma gente nova para modificar tudo. O tempo de antigamente já não servia para nada.

2.ª Penso que a televisão é mais dirigida às pessoas.

3.ª Posso dizer-lhe, transformando o caso em meramente pessoal que eu tinha uma pessoa de família que era analfabeta e quando foi preciso votar conscientemente, fê-lo sem qualquer margem de dúvida.

ALEXANDER ANTONIC'
– da agência jugoslava Tanjug

Damos de novo a palavra a um jornalista estrangeiro, que nos vai falar do modo como faz a cobertura da campanha eleitoral e do momento político português. Trata-se de Alexander Antonić, correspondente permanente da agência jugoslava Tanjug. Com 25 anos de jornalismo, Alexander Antonić trabalhou sempre em política estrangeira, quer como editorialista, quer como correspondente permanente ou enviado especial nos mais diversos países, desde Trieste, nos anos 53 e 54, no momento do conflito entre a Itália e a Jugoslávia, quer na Checoslováquia e outros países do Leste europeu. Como editorialista, tinha escrito diversas vezes sobre a Espanha e Portugal, razão essa porque foi enviado para Lisboa depois do 25 de Abril.

Quanto ao seu trabalho em Portugal, Alexander Antonió começou por nos falar da sua satisfação por aqui se encontrar:

Todo este desenvolvimento é apaixonante, porque se trata de uma experiência nova. Tinha já escrito e interessava-me por Portugal antes do 25 de Abril, mas apesar de tudo a notícia da revolução foi uma grande surpresa para mim. E interessou-me particularmente vir cá. Estive em Portugal diversas vezes, quando da primeira crise, quando do 28 de Setembro, até que fui nomeado correspondente permanente em Lisboa.

Devo dizer que durante todo este tempo, não tive realmente dificuldade em acompanhar os acontecimentos, obter informações. Digamos portanto que, de um ponto de vista profissional, tudo concorre para que veja as coisas com simpatia. Mas não só. Tenho também a maior simpatia pelo que se passa em Portugal como homem, como cidadão de um país que passou por imensas dificuldades, por tempos muito duros, mas que fez a sua própria revolução. O que não quer dizer que eu pense que as circunstâncias sejam idênticas, que tenham que passar pelas mesmas dificuldades. As condições hoje são diferentes. Portugal tem hoje perspectivas mais fáceis de uma transição para o socialismo. Aliás, não se trata de saber se é mais fácil ou não: o que é importante, é a vontade de cada país encontrar e construir a sua via própria para o socialismo. Cada país deve encontrar a sua própria via. Penso que em Portugal existem condições para a construção de uma via própria e original. E profissionalmente sinto-me satisfeito, por ter a consciência de estar presente e a relatar um acontecimento histórico.

E quanto ao momento mais imediatamente presente, isto é, as eleições?

Alunos matriculados (1973):		
No ensino infantil	1 053	17 139
No ensino primário	38 884	895 978
No ensino preparatório	8 215	193 603
No ensino liceal	9 036	170 814
No ensino técnico	8 501	150 469
No ensino superior	8 829	53 918
Em outros tipos de ensino	867	15 162
Total	75 385	1 497 083
Cantinas escolares (1973):		
Total	66	1 585
N.º de alunos beneficiados	3 646	118 412

ACTIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS:

N.º de bibliotecas existentes (1973)	57	249
Museus existentes	7	114
N.º de receptores existentes	25 590	605 112

CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES:

N.º de fogos construídos para habitação (1973)	1 079	19 600

ENERGIA ELÉCTRICA:

N.º de consumidores (1973)	115 704	2 232 097
Consumo total de energia eléctrica em 1000 kw/h (1973)	438 831	8 192 378
Consumo total por habitante em kw/h (1973)	1 117	1 018

Comércio:

Estabelecimentos comerciais por grosso e a retalho (1968):		
Total	8 613	
Com de uma a três pessoas ao serviço	7 657	

IMPOSTOS:

Imposto profissional:		
N.º de contribuintes (1973)	17 579	468 993
Rendimentos tributados (em milhares de contos - 1973)	1 100.7	38 886.0
Imposto complementar:		
N.º de contribuintes (1973)	4 560	168 192
Rendimentos colectáveis (em milhares de contos - 1973)	1 444,5	44 152,4

Divisão da propriedade:

Explorações agrícolas:		
Com menos de 0.5 ha	26 804	249 915
Entre 0.5 e 5 ha	40 884	442 526
Entre 5 e 20 ha	1 326	67 518
Entre 20 e 50 ha	80	10 008
Entre 50 e 200 ha	19	3 935
Entre 200 e 1000 ha	0	1 570
Entre 1000 e 2500 ha	1	260
Com mais de 2500 ha	0	62
Total	69 114	775 794
Percentagem das explorações por conta própria	61 %	63%

PRODUÇÃO, POUPANÇA (1) E REMESSAS DE EMIGRANTES:

Produto interno bruto do distrito em percentagem do valor total do continente (1970)	5.1 %	100%
Produto interno bruto por habitante em contos (1970)	20.5	19.8
Poupança total por habitante em contos	5,7	5.8
Poupança dos particulares por habitante em contos (1970)	2.9	2.9
Remessas de emigrantes recebidas no distrito, em milhões de contos	0.6	19.2

DISTRITO DE COIMBRA PERANTE AS CONSTITUINTES

Previsão da população com 18 ou mais anos em 31

Dezembro	260 800
Número definitivo	295 849
Número de deputados	12
Número de assembleias e secções de voto	612

União Eléctrica Portuguesa, SARL

Sede : Rua de Alexandre Herculano, 244 — PORTO

CAPITAL : 500 000 000$00

DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS DE OBRIGAÇÕES

Avisam-se os senhores obrigacionistas da 21.ª série de obrigações (7 % — 1974/86) de que os respectivos títulos definitivos estarão em distribuição a partir de 15 do corrente mês de Abril, nos Bancos e locais em que a subscrição tiver sido feita, com os condicionalismos legais em vigor.

Deverão ser apresentados, para esse efeito, os competentes documntos provisórios, com eassinatura abonada.

(O cupão especial dos títulos em distribuição deverá ser conservado para efeito de vir a ser usado aquando do exercício do direito de subscrição de novas acções reservadas aos senhores obrigacionistas desta série, nas condições oportunamente anunciadas).

Porto, 3 de Abril de 1975.

O Director-Gerente
(a) **Raúl Bessa**

PORTUGAL 75

PONTO ELEITORAL dedica todos os dias a sua atenção a um distrito do País e publica, sobre cada um deles, uma série de elementos úteis, não apenas a quem reside, mas a todos os portugueses interessados em saber como se vive e vota em Portugal:

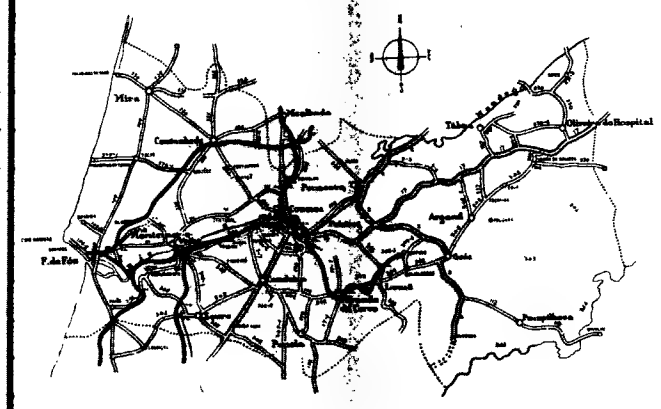
1) Elementos estatísticos sobre a sua população e nível de vida.

2) Lista de todos os partidos que nele concorrem às eleições e nomes dos seus candidatos.

3) Informações diversas úteis a todos os eleitores.

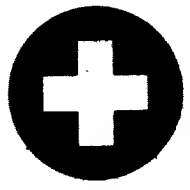
Os distritos são tratados por ordem alfabética.

COIMBRA

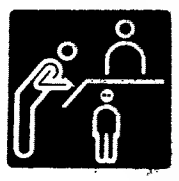


ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

POPULAÇÃO	COIMBRA	CONTIN.
Nível:		
População residente no meio do ano de 1973 (em milhares)		
Homens	393,0	3 803,4
Mulheres	182,9	4 242,4
Total	210,1	8 045,8
População activa em 1970 (em milhares)	137,1	2 988,2
Percentagem da população residente	34,3 %	37,0%
Evolução:		
Evolução entre 1960 e 1970	Diminuiu em 13 e estagnou em 4 concelhos	
Densidade:		
N.º médio de habitantes por km2	100	91
Emigração:		
N.º de habitantes que emigraram oficialmente entre 1960 e 1970	28 518	740 037
Mortalidade:		
N.º médio de óbitos por mil habitantes (1973)	12,9	11,1
Mortalidade infantil, por mil nados-vivos (1973)	31,9	43,6
Percentagem de óbitos de crianças com menos de um ano de idade	4,7 %	7,9%
N.º total de óbitos	4 747	89 079
Óbitos tendo por causa tuberculose do aparelho respiratório e pneumonias (1973):		
Número	261	6 081
Percentagem do total dos óbitos	5,5%	6,8%
Óbitos tendo por causa enterites e outras doenças diarreicas (1973):		
Número	41	2 130
Percentagem do total dos obitos	0,9%	2,4 %
Natalidade:		
N.º médio de nascimentos por mil habitantes (1973)	17,6	19,9
N.º total de partos (1973)	7 044	162 492
Partos em estabelecimentos de saúde com internamento (1973):		
Número	4 105	84 055
Percentagem do total de partos	58,3 %	51,7%
Partos sem qualquer assistência	1 874	33 348
Percentagem do número total	26,6 %	39,7%



Saúde:		
N.º total de estabelecimentos de saúde incluindo farmácias e postos (1973)	304	5 423
N.º de estabelecimentos de saúde com internamento (1973)	35	544
N.º de camas existentes	5 899	49 590
N.º de médicos	261	6 254
N.º de maternidades	3	22
N.º de habitantes por estabelecimento	11 229	14 790



Educação:		
Estabelecimentos de ensino:		
De ensino infantil	19	317
De ensino primário	960	15 386
De ciclo preparatório	40	822
Do ensino liceal	27	440
Do ensino técnico	16	225
Do ensino superior	8	57
De outros tipos de ensino	13	191
Total	1 083	17 438
Pessoal docente (1973):		
Do ensino infantil	36	709
Do ensino primário	1 330	129 210
Do ensino preparatório	648	12 386
Do ensino liceal	633	8 788
Do ensino técnico	662	9 718
Do ensino superior	513	3 396
De outros tipos de ensino	153	1 705
Total	3 975	65 912

Creio que o problema das eleições não se pode colocar em termos absolutos, apenas os de haver ou não haver eleições. O contexto é mais vasto. Mas, uma vez que foram anunciadas e decidido que haveria eleições, penso que é importante que se realizem. Serão importantes na medida em que constituem um modo de se apreciar em que medida todo o País está interessado e pronto a ocupar-se dos seus próprios problemas, a determinar pela via do sufrágio o seu lugar próprio e o modo como determinará o seu futuro.

Que aspectos deste processo interessam mais a opinião pública jugoslava?

Há a descolonização, bem entendido, até porque mesmo antes do 25 de Abril já nos interessava essa questão. Além das relações que a Jugoslávia tem (e tinha) com os movimentos de libertação. Devo também dizer a este respeito, ainda sob o ponto de vista profissional, que em Lisboa há as melhores possibilidades de informar sobre o desenvolvimento dos acontecimentos na Guiné, em Angola, em Moçambique. Do ponto de vista jornalístico e em relação a esses países, já independentes ou em vias de se tornarem independentes, Lisboa permite uma excelente visão do que lá se passa. Do lado oficial, pelo que se diz nos meios políticos e também através da Imprensa diária. Por exemplo, as reportagens do «Diário de Lisboa» sobre Angola foram-me extremamente úteis.

A respeito de descolonização: teve-se a impressão de que houve, até certa altura, uma certa hesitação, certas suspeitas da parte dos não alinhados quanto à sinceridade das intenções portuguesas.

Não estou assim muito de acordo com isso. Talvez tenha acontecido quando Spínola declarou que ele próprio se ocuparia das questões coloniais, nomeadamente de Angola. Isso talvez tenha levantado algumas suspeitas. Mas creia que de facto não tivemos reservas sobre a sinceridade das intenções do M. F. A. quanto à política de descolonização. Tivemos sempre confiança nessas intenções, apesar de sabermos que havia forças que se opunham ou tentavam opor. Mas acreditávamos nele — e os acontecimentos vieram confirmar essa confiança.

Mudando completamente de assunto, gostavamos que falasse um pouco de Imprensa. Porque o futuro da Imprensa em Portugal nos interessa, porque a nacionalização dos bancos tem como consequência a nacionalização da maioria dos jornais, o que inquieta muita gente, que teme uma uniformização da informação. No seu país não há jornais privados: que significa isso em termos de diversidade da informação?

Não há jornais privados, nem jornais de Estado. Os jornais vivem em autogestão — o que aliás sucede com todas as actividades, das culturais às industriais. A autogestão faz parte da vida quotidiana de cada empresa, de cada cidadão. Todos os princípios da autogestão são válidos para os jornais, rádio, televisão, todos os serviços de informação. Portanto, como jornalista, sou um «autogestor» da minha agência.

Mas, dada a colectivização dos meios de informação, por um lado, e o facto de existir um partido único na Jugoslávia, a Liga dos Comunistas, por outro, como é possível essa diversificação da informação?

Somos comunistas, o que significa que há uma opção política fundamental. O que não significa que em cada jornal, rádio, televisão ou agência, tratemos a informação segundo instruções recebidas a partir de um centro político, mas sim segundo as nossas próprias conclusões, determinadas na base. Assim, os jornais são de facto muito diferentes uns dos outros na Jugoslávia — o que é fácil de verificar.

Mesmo em comparação com a pluralidade das tendências na imprensa ocidental?

O leque dos jornais é um facto, a diversidade é um facto. Perante o quotidiano, face às acções governamentais. Há jornais puramente informativos, há jornais de reflexão, há jornais mais críticos, há jornais menos críticos. A nível federal, por exemplo, os dois principais jornais, «Borba» e «Politika» são completamente diferentes.

Também é evidente que somos um país comunista, o que significa que existe um acordo entre os cidadãos, «un consensus» geral, decorrente de um processo que foi longo e difícil, saído da resistência e da luta de libertação nacional. Há portanto uma opção política fundamental, somos cidadãos de um Estado comunista autogestionário — o que de modo algum está em oposição com a liberdade, bem pelo contrário.

AGENDA POLÍTICA

RÁDIO RENASCENÇA

Hoje

22.30 - PCP; 22.40 - UDP; 22.50 - MDP; 23.00 - PS; 23.10 - PPM; 23.20 - PCP; 23.30 - CDS; 23.40 - PS; 23.50 - PCP.

R. C. P.

Hoje

22.30 - FSP; 22.40 - MES; 22.50 - PS; 23.00 - PS; 23.10 - PS; 23.20 - CDS; 23.30 - PPD; 23.40 - MES; 23.50 - CDS.

EMISSORA NACIONAL

19.00 às 20.30 - CDS; PPD; MES; PCP; FEC; CDS; MDP; CDS; PS.

CLUBE RADIOFÓNICO DE PORTUGAL

22.15 às 23.25 - PUP; FEC; PCP; UDP; MDP; FSP; LCI; PPD; CDS.

TELEVISÃO

Hoje

Depois da 2.ª edição do Telejornal.

Temas e Candidatos.

MDP - «Situação dos campos e camponeses». Blasco Hugo Fernandes (Lisboa), Cabeça dos Reis (Portalegre) e Tibério Vinagre (Beja).

PS - Mário Soares (Lisboa) e Manuel Alegre (Coimbra).

FSP - «Política internacional». António Vitorino. «Política interna». Carlos Ferreira (Leiria). «O significado das eleições». João Ferreira (Lisboa).

DE FORA PARA DENTRO

INTERNATIONAL
Herald Tribune
Published with The New York Times and The Washington Post

«Os E.U.A. e a N.A.T.O. pareciam estar dispostos a auxiliar Portugal até Setembro passado, quando Spínola se demitiu de Presidente, advertindo que o País estava a abaeirar-se de uma tomada de poder pelos comunistas», esta revelação é feita por Manuel Acoca, no «Internacional Herald Tribune», o qual se estriba em informações prestadas por «oficiais moderados» portugueses. As mesmas fontes terão revelado ao jornalista que: «O ponto de viragem nas relações com os E.U.A. foi o encontro de Spínola com o ex-presidente Nixon nos Açores no Verão passado. Os oficiais presentes no encontro disseram que um comunicado amigável, no qual se previa um importante auxílio dos E.U.A., foi retirado depois da conversa privada de Spínola com Nixon. Nenhum oficial português esteve presente nesse encontro. O intérprete de Nixon serviu de tradutor, e Spínola nunca revelou o conteúdo dessa discussão ao seu gabinete.» E o jornalista prossegue: «Contudo, Spínola disse a um dos seus adjuntos que tinha corrigido certas concepções erradas que os E.U.A. tinham sobre a revolução que haviam sido transmitidas à Administração (dos E.U.A.) pela Embaixada norte-americana em Lisboa, dando a impressão de que o ex-general fora extremamente crítico acerca do ex-embaixador dos E.U.A., Stuart Scott.»

No seu artigo, intitulado «A hostilidade dos E.U.A. e da N.A.T.O. para com Lisboa auxiliam a campanha soviética», o jornalista afirma que «enquanto o embaixador soviético em Portugal, Kalinin, é o «diplomata estrangeiro de maior êxito» no nosso país, o embaixador norte-americano, Frank Carlucci, encontra-se «numa posição difícil se não impossível» em Lisboa. Tudo isto porque a influência dos E.U.A. no nosso país tem sido prejudicada pelas «contínuas manobras da N.A.T.O.» ao largo da nossa costa e por declarações do secretário norte-americano de Estado, Kissinger, contraditórias com a afirmação do embaixador que exprimiu uma «certa compreensão pelo idealismos dos oficiais» que fizeram o 25 de Abril. Outro factor que tem prejudicado Carlucci: as acusações de ter pertencido à C.I.A. e de pretender «desestabilizar» Portugal para derrubar o novo regime. E assim, enquanto a U.R.S.S. era louvada pela visita do ministro Costa Martins a Moscovo (visita que foi preparada por Kalinin) o embaixador norte-americano estava a defender-se das «sensacionais acusações de ter ligações com a C.I.A.».

Segundo Acoca, «os moderados do regime militar, entre os quais os conselheiros há mais tempo ligados ao presidente Costa Gomes estão penalizados com uma situação que os obriga a fortalecer os laços de Portugal com a U.R.S.S., porque ninguém no Ocidente desejará ajudar-nos, enquanto Washington se mantiver reservada.»

«Agrava-se o contencioso entre o P.S. e o M.F.A.. Os mal-entendidos, os rancores, a desconfiança, a animosidade mesmo, crescem entre os amigos de Mário Soares e os oficiais mais influentes do Conselho da Revolução», escreve Marcel Niedergan em «Le Monde». Duas concepções de socialismo opõem — segundo ele — o M.F.A. ao P.S. o M.F.A. propugna um socialismo revolucionário, enquanto o P.S. defende um socialismo à escandinava. «Os homens do M.F.A. pensam que os dirigentes do P.S. são sociais-democratas que se ingoram ou se ocultam» — afirma Niedergang, acrescentando: «Os lugares-tenentes de Mário Soares temem, por outro lado, uma dinâmica militar que venha a desembocar num regime autoritário». Mais adiante, o jornalista refere-se à «violenta querela entre comunistas e socialistas a propósito da lei sindical» que em Janeiro passado ocupou a ribalta. E diz: «Na realidade, o debate situava-se já entre o P.S. e a ala esquerda do M.F.A. Que esta se apoie no P.C., eficaz, disciplinado e que não levanta problemas — em nada altera a verdadeira relação de forças. O 11 de Março catapultou esta ala esquerda do M.F.A. para a primeira fila. E os desacordos com o P.S. já não podem ser dissimulados». Aludindo à «batalha» que o P.S. travou à volta da formação do IV Governo Provisório, diz o jornalista: «O saldo desta batalha é particularmente negativo para o P.S.

Não conseguiu impedir a entrada do M.D.P. no Governo, e Mário Soares abandonou os Negócios Estrangeiros, cargo que ajudava o secretário-geral do P.S. a conquistar uma imagem nacional». Uma nova «batalha» para o P.S. foi — segundo «Le Monde» — o pacto entre o M.F.A. e os partidos políticos. Esta novo combate — escreve o jornal — é «ainda mais difícil que o precedente, porque agora o P.S. já não põe apenas em causa outras formações políticas, mas a estratégia do M.F.A.».

Marcel Niedergang termina o seu artigo — intitulado «Os Socialistas contestam a hegemonia dos militares» — dizendo que alguns membros do secretariado do P.S. entendem que a táctica e a estratégia dessa formação devem ser revistas. E transcreve as declarações dos membros não identificados desse secretariado: «Somos em parte responsáveis pelas ambiguidades e falsas impressões propagadas no estrangeiro acerca da situação portuguesa. A nosso ver, não é uma ditadura que nos ameaça, mas antes a anarquia em todos os sectores. É certo que devemos defender as liberdades. Mas deveríamos igualmente indicar claramente que somos por uma via realmente socialista.»

«TRYBUNA MUDU»

«A realização das primeiras eleições democráticas é apenas um elemento das mudanças ocorridas em Portugal — escreve o correspondente da P.A.P., Miroslaw Ikonowicz, no órgão do Partido Comunista da Polónia, «Trybuna Luda». O próprio facto de as eleições terem lugar em breve representa mais um êxito dos tantos que se têm registado na aliança Poco-MFA já. E isto, qualquer que seja o partido da coligação governamental que venha a ganhar as eleições.»

КОМСОМОЛЬСКАЯ ПРАВДА

O correspondente do «Pravda», órgão do P.C. da U.R.S.S., salienta que a campanha eleitoral portuguesa decorre num clima de tranquilidade, que «seria total — diz — se não fosse uma série de provocações anticomunistas em diversas regiões do País, onde os grupos reaccionários ainda têm força.»

Por sua vez, o «Vetcherniaia Moskva» publica um artigo intitulado «Manobras com segundo sentido», no qual o jornalista I. Kornilov denuncia as manobras que o Q.G. da N.A.T.O. anuncia para breve, dois meses apenas depois dos exercícios «Locked Gate» feitos junto à costa portuguesa. Essas manobras são acompanhadas — diz — de uma ruidosa campanha iniciada pela Imprensa reaccionária do Ocidente.

— a não reabertura da Bolsa;
— o controlo total do Estado sobre o comércio externo (criação de uma empresa estatal englobando todas as existentes no sector);
— o controlo total do Estado sobre o comércio grossista interno dos produtos essenciais.

8. Esta perspectiva exige:
— proibição do «lock-out»;
— nacionalizações das empresas estrangeiras que efectuarem despedimentos colectivos
— revogação das leis antioperárias;
— discussão pública, prévia e democrática, de todas as leis que dizem respeito aos trabalhadores, de modo que possibilitem a efectiva expressão da sua vontade e não uma mera e formal ratificação.

9. Esta perspectiva exige a retirada do controlo directo da burguesia da força de trabalho atingida pelo desenrolar da crise económica. Este objectivo só terá sentido e só poderá ser levado por diante se se forjarem efectivos contrapoderes operários e populares.

A utilização dessa força de trabalho deverá ser feita no âmbito da satisfação das necessidades definidas colectivamente. O que exige:
— o apoio estatal, financeiro e técnico, às iniciativas de auto-organização popular. Este apoio terá como um dos âmbito privilegiados o contribuir para diminuir o fosso que existe entre a cidade e o campo, no que diz respeito a equipamentos sociais ligados à satisfação das necessidades fundamentais, articulado com a luta dos trabalhadores para garantia do emprego;
— nacionalização das embano;
— direito a decidir a localização dos novos bairros;
— defesa da prioridade absoluta aos bairros degradados dos gastos com equipamento colectivo, em prejuízo das zonas burguesas;
— a construção directa pelo Estado de «habitações sociais», que deverá passar pela nacionalização de grandes empresas de construção, além do mais, neste momento, ameaçam realizar despedimentos massivos.

10. Esta perspectiva exige um conjunto de medidas concretas, que, nas zonas de concentração dos assalariados rurais, implicam:
— a expropriação dos proprietários que procedam a despedimentos ou tenham a terra por cultivar.

E nas zonas de predomínio da pequena propriedade:
— transformação das condições de crédito e auxílio técnico que fomentem o associativismo e a cooperação dos pequenos produtores;
— saneamento dos circuitos de distribuição pelo controlo directo pelo Estado do comércio dos produtos alimentares, criando sectores de distribuição estatais sob o controlo das organizações de massas dos trabalhadores.

11. A criação de um sector estatal na economia sob um efectivo controlo operário e apoiado numa política económica que ponha efectivamente em causa a espinha dorsal do funcionamento do grande capital e do capital financeiro, é um objectivo que pode contribuir para manter a iniciativa e a combatividade operária no desenrolar da crise económica.

AVANTE PELO SOCIALISMO

1. Tal como todas as sociedades de classes que antecederam historicamente, a sociedade capitalista é uma organização social transitória. A grande diferença em relação a todas as outras sociedades de classe é que o proletariado não se pode emancipar sem se libertarem ao mesmo tempo todas as camadas sociais. O termo da exploração capitalista marca o termo da exploração do homem pelo homem e a transição para a sociedade sem classes. A luta do proletariado pela abolição do trabalho assalariado e do capital, é uma luta pela emancipação do homem que, quando vitoriosa, porá fim à pré-História da Humanidade marcada pela opressão de classe

2. A batalha pelo Socialismo começa no seio da sociedade capitalista e as primeiras vitórias hão-de ser conseguidas aí. Assim se reunirão as condições para atingir a fase de ruptura revolucionária da ordem capitalista, adquirindo as classes trabalhadoras, progressivamente, o grau de consciência de classe e organização indispensáveis ao afrontamento decisivo.

3. A Revolução Socialista não se resume à conquista do poder. Inicia-se antes da conquista do poder, a partir do momento em que as massas exploradas e oprimidas tomam como objectivo central da sua luta essa conquista e permanece enquanto durar a ditadura revolucionária do proletariado.

4. Ditadura do proletariado, é, pois, sinónimo de democracia proletária (como a democracia burguesa significa ditadura da burguesia), sendo por isso uma verdadeira democracia para os operários, camponeses, intelectuais revolucionários e outros aliados do proletariado.

5. O internacionalismo proletário não é uma mera afirmação moral da solidariedade de classe, mas uma necessidade histórica na luta do proletariado até à sua emancipação completa.

6. Só numa sociedade socialista se poderá caminhar para uma situação em que o trabalho não seja um meio de subsistência, mas se transforme na necessidade fundamental de cada homem. Só nessa sociedade se poderá caminhar para que cada um dê à sociedade segundo as suas capacidades e receba segundo as suas necessidades. Só nessa sociedade a satisfação das necessidades se pode transformar no único motivo da produção. Só nessa sociedade se pode caminhar, portanto, para uma situação na qual as classes e a exploração do homem pelo homem sejam para sempre banidas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS DE LISBOA, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS-SECTOR LAVANDARIAS E TINTURARIAS

Dia 10 de Abril — Quinta-feira — pelas 21 horas

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

— Contrato Colectivo de Trabalho
— Informações

Esta reunião terá lugar na n/ sede — Rua do Conde de Redondo, 60, 5.º — LISBOA

NÃO FALTES !

A DIRECÇÃO

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/52492, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho da Moita, de modificação, sem aumento de comprimento, da parte aérea da linha mista a 30 kV para o posto de transformação da Cidla — Combustíveis Industriais e Domésticos, S.A.R.L., sendo instalado um novo poste com o n.º 18-A.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 4 de Abril de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

versão da economia capitalista portuguesa.

É daqui que deriva a compreensão correcta do papel dos oficiais progressistas do MFA que tem de ser, para estar ao serviço dos trabalhadores, o de abrir espaços para as lutas dos explorados e oprimidos.

FORJAR UMA RESPOSTA TÁCTICA REVOLUCIONÁRIA À CRISE DA BURGUESIA E DO REFORMISMO

Levar a luta democrática às suas últimas consequências.

Se a Revolução Socialista não é um acto isolado, mas uma sucessão de batalhas políticas em todas as frentes; se só no Socialismo é possível construir a verdadeira democracia, é fundamental não subestimar a luta democrática como uma frente da luta anticapitalista.

A prática tem provado que as efectivas concretizações do Programa do M. F. A., os verdadeiros golpes na máquina fascista se ficam a dever fundamentalmente à capacidade e à iniciativa demonstradas pelas massas trabalhadoras. A prática tem igualmente provado que as liberdades democráticas não são um fim em si, mas um meio através do qual se pode reforçar a organização e a luta das classes trabalhadoras contra a exploração e a repressão capitalistas.

A luta democrática tem, assim, de ser enquadrada nos objectivos estratégicos da luta de classe do proletariado, articulada com os momentos de ruptura anticapitalista que a luta dos trabalhadores for criando, e concebida como uma forma de trazer para o campo da luta anticapitalista, hegemonizada politicamente pela classe operária, as classes e camadas sociais suas aliadas.

A LUTA PELO SANEAMENTO

Até agora, se a luta pelo saneamento tem sobretudo contribuído para o afastamento dos elementos que mais descaradamente serviram o fascismo, ela tem mostrado claramente as suas potencialidades ao colocar a questão do poder e, nalguns casos exemplares, ao mostrar na prática que os trabalhadores não podem deixar nas mãos de outrem aquilo que lhes compete levar pos diante.

O reforço da luta pelo saneamento nas empresas, no Estado e nas Forças Armadas, é, portanto, um objectivo importante da luta dos trabalhadores na actual situação política.

A luta pelo saneamento é uma componente importantíssima da luta democrática. Levá-la às suas últimas consequências implica ter especialmente em conta o sector onde ela menos avançou — o Exército; ultrapassar o pessoalismo para combater efectivamente a opressão; colocar cada vez mais claramente a questão do controlo operário sobre a produção e do combate à tirania da organização capitalista do trabalho; isolar os elementos reaccionários no seio das Forças Armadas, numa perspectiva de transformação destas.

Obrigar o Capital a pagar a sua própria crise.

1. A actual situação de crise económica do nosso País, manifestando claramente a desorganização e a anarquia da produção capitalista, impõe a tomada de um conjunto de medidas concretas que limitem fortemente a margem de manobra dos capitalistas e vão ao encontro da luta dos trabalhadores. Doutro modo, a crise ir-se-á agravando progressivamente, pois essa é a estratégia do sector dominante da burguesia, e a reconversão capitalista da economia portuguesa será feita à custa da miséria e do esforço dos trabalhadores, lançados aos milhares no desemprego, suportando a degradação das condições de vida pela subida acelerada dos preços, e vendo agravada e intensificada a sua exploração nos locais de trabalho.

2. Essas medidas concretas serão fundamentalmente tomadas nos momentos de ruptura anticapitalista que a luta dos trabalhadores tiver capacidade de criar.

3. O Programa do M. F. A. é e será progressista na medida em que crie condições mais favoráveis à luta dos explorados e oprimidos em Portugal.

O M. F. A. continuará a desempenhar um papel importantíssimo, se assegurar o combate à reacção capitalista, a manutenção da divisão do poder político e se esforçar a tomada de medidas concretas que vão ao encontro dos interesses imediatos dos trabalhadores e das justas lutas.

4. No entanto, o impedir que a crise económica em curso seja aproveitada pelos interesses económicos e políticos da burguesia passa por uma dialéctica entre a luta dos explorados e oprimidos e o poder político, em que aquela representa o pólo fundamental. No entanto, o avanço da luta anticapitalista exija definição dum conjunto de objectivos tácticos a atingir e um conjunto de medidas concretas a reivindicar, que englobalizem e lhe possibilitem o desenvolvimento.

5. Face à situação de crise económica que vivemos, só uma perspectiva serve os interesses dos explorados e oprimidos: obrigar a burguesia a pagar a sua própria crise.

6. Esta perspectiva exige o reforço e o incentivo da combatividade operária, a unificação das frentes do combate anticapitalista e das lutas dos trabalhadores, a integração da luta pela defesa dos interesses imediatos (garantia do salário e do emprego, melhoria das condições de trabalho e de vida, defesa do salário real) na luta política global pela conquista do poder. Esta perspectiva exige o desencadear e o fortalecimento dum movimento de massas anticapitalistas que crie contrapoderes operários e populares.

7. Esta perspectiva exige um conjunto de medidas concretas que cerceiam a margem de manobra aos capitalistas, atacando a desorganização capitalistas no seu cerne, a circulação das mercadorias e do capital. Esta perspectiva exige: — a nacionalização da Banca privada e das companhias de seguros;

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção - Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/50803, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Maia, de uma linha mista a 15 kV, com 150 m (parte aérea, com 50 m e parte subterrânea, com 100 m) do poste n.º 11 da linha aérea de ligação Souto-Godim ao Posto de Transformação da Corporação Industrial do Norte, Ld.ª

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção - Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 4 de Abril de 1975.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção - Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/14228, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Paços de Brandão, concelho de Feira, de modificação, com diminuição de comprimento de 80 metros da linha aérea a 15 kV para o posto de transformação de Vieira Pinto & Cª, que passa a derivar do poste n.º 1 da linha de interligação Paços de Brandão-Vergada sendo substituidos os condutores existentes.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Abril de 1975.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

OS PARTIDOS INFORMAM

A Comissão Concelhia do Partido Comunista das Caldas da Rainha denuncia as tentativas de boicote que sofreram os seus comícios no Chão de Parada (dia 2) e em Alvorninha (dia 3) salientando que tendo sido os mesmos os processos usados em ambos os casos, **se torna evidente a existência de uma orquestração reaccionária a nível do concelho.** Segundo a denúncia da Comissão Concelhia, **grupos de provocadores procuraram impedir os comícios, fazendo uma barulheira infernal com tachos, batuques em bidons de folha e outros meios.** Em Chão de Parada, chegaram a chover ameaças de morte sobre membros do PC. Em Alvorninha, o maestro teria sido Mário Nazaré Filipe que, terminada a provocação, teria pago aos seus lacaios com vinhos dos seus armazéns.

A Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis do mesmo partido, informa que no dia 5, **o PCP foi impedido de apresentar ao povo de Palmaz o seu programa, as suas propostas para a construção de um Portugal democrático, caminhando para o socialismo.** Em Palmaz, os responsáveis pela boicotagem foram, segundo informa a respectiva Comissão Concelhia, António Baleia, António Salazar, António Junqueira, António Xistra. Avelino Moreira e Aníbal da Silva Soares. A leitura do documento desta Comissão Concelhia do PC revela terem-se verificado acontecimentos semelhantes em Loureriro, Pinheiro da Bemposta e Carregosa.

A Frente Eleitoral de Comunistas, (FEC (m-l) reclama contra a **tão apregoada liberdade nas eleições**, alegando: **o nosso Partido tem visto que o preço das salas para poder esclarecer a população o obrigaria a despender largas dezenas de contos e que para fazer milhares de cartazes como os partidos burgueses, pagar os custos das deslocações constantes a que nos obrigam as gravações na Rádio e na Televisão, assim como a distribuição de comunicados de Imprensa etc. precisaria de ser um partido de ricos. Inclusive os jornais que apoiam a nossa candidatura não podem sair, por razões monetárias, senão mensalmente enquanto os partidos burgueses são apoiados por jornais diários.**

Tudo isto, conclui a FEC (m-l) no seu comunicado, **só mostra mais uma vez a verdade de que não há igualdade entre exploradores e explorados. Um partido trabalhador que vive das quotas que os seus aderentes podem tirar aos miseros salários que auferem, que vive das disponibilidades de tempo e das energias que sofrem ao fim de horas desgastantes de trabalho produtivo não pode concorrer às eleições em pé de igualdade com um partido burguês cheio de dinheiro e que vive do trabalho daqueles que estão folgados para a política de carreira ou do trabalho alheio que financiam à conta daquilo que roubam ao trabalho do povo português.**

Um novo agrupamento de juventude, a Juventude Popular Monárquica. Trata-se de um agrupamento que será regido pelos seguintes princípios:

Ao fundarem a Juventude Popular Monárquica, tivemos em mente a obediência aos seguintes princípios pelos quais se passa a reger a nossa organização:

1.º — A Juventude Popular Monárquica, embora mantendo a colaboração com o Partido Popular Monárquico, é um grupo de intervenção política e como tal constitui-se em associação autónoma regendo-se por estatutos e organização própria.

2.º — A Juventude Popular Monárquica assenta todas as suas ideias monárquicas da chefia do Estado não só numa análise concreta e objectiva das monarquias da Europa deste século bem como nas análises das monarquias populares orientais.

3.º — A Juventude Popular Monárquica acredita que só uma instituição monárquica, pode com toda a objectividade consolidar a democracia tal como é proposta pelo Programa do Movimento das Forças Armadas.

4.º — A Juventude Popular Monárquica ao aceitar a monarquia não se subordina a qualquer ramo dinástico, prevendo-se para ela um carácter democrático e popular. Sendo assim propõe-se desde já lutar pela abolição imediata dos títulos de nobreza ou de qualquer forma de ostentação lutando para a concretização de uma sociedade sem classes em que o rei será somente objecto de respeito que a todos é devido bem como se exige o próprio rei se encontre totalmente inserido na vida das comunas populares livres autosocializadas.

5.º — A Juventude Popular Monárquica propõe-se lutar pelas liberdades de opinião defendendo a existência de todas as correntes que aceitam o jogo da democracia e respeitem as regras democráticas, lutem pela concretização de uma verdadeira democratização do País e defendam a liberdade conquistada.

6.º — Nesta declaração de princípios achamos oportuno enunciar desde já algumas medidas a curto prazo que preconizamos:

Educação — democratização extensiva da educação de modo a superar os problemas financeiros individuais ou familiares, através de subsídios do Estado, fornecidos aos pais ou aos estudantes (se forem maiores); ou até mesmo subsídios obrigatórios de empresas particulares aos que aí trabalham e desejem, através do estudo aumentar a sua formação técnica e intelectual (e não o simples favor de sair mais cedo).

Democratização interna das instituições de instrução, de preferência em autogestão as de nível universitário e de sistema misto as de nível primário ou secundário, onde a existência de menores parece exigir o trinómio pais-professores-alunos.

Política fiscal — preponderância do imposto progressivo sobre o rendimento global, isentando os rendimentos mais exíguos e eliminando as grandes fortunas.

Trabalho — reconhecimento de um sindicalismo de base, forte na sua unidade, condições essenciais para defesa revolucionária dos verdadeiros interesses dos trabalhadores, sem prejuízo da sua liberdade pessoal.

Habitação — reconhecimento de um tipo padrão único de habitação social, abolindo as categorias dependentes da projecção social ou proventos auferidos. Socialização imediata do solo urbano a fim de evitar especulações do solo, controlando rigorosamente a iniciativa privada. Fomento da autogestão.

Saúde e segurança social — evolução para completa gratuitidade dos serviços públicos, produtos farmacêuticos e medicinais, mediante a integração das receitas no sistema central financeiro tributário, deixando de basear-se em taxas sobre salários, para passarem a resultar da tributação directa, com preponderância para o imposto progressivo sobre o rendimento.

Lisboa, 4 de Abril de 1975

PORTUGUÊS:

Sabes que há vários partidos políticos. Sabes que deves votar.

Mas estás confuso... tens dúvidas... estás indeciso...

PORTUGUÊS:

Não consintas que ninguém te diga: «vota no partido tal»...

Sê consciente, sê honrado.

Estás confuso? Ouve e conversa com os teus amigos.

Tens dúvidas? Esclarece-te com os teus camaradas.

Estás indeciso? Conhece os partidos, estuda os seus programas... e escolhe!

Escolhe por ti, nunca pelos interesses dos outros.

VOTA!

Vota no partido político que a tua consciência de Português te ditar.

Um dia dos partidos nas estações

Os partidos montam as suas bancas de propaganda onde o movimento de pessoas é maior: nas estações de comboios e metropolitano. Fazem «meetings» de circunstância que por vezes entopem o acesso às carruagens. Uma palavra de ordem que se escuta, outra que se escapa. Os comboios obedecem a horários. Vendem-se jornais. O pregoeiro já não berra a morte do polícia com o criminoso a monte, mas anuncia o último discurso do «leader» político ou clama por fogo contra a burguesia. O pregão não é venda é actividade política.

A acção começa no Rossio à chegada das pessoas para os empregos e acaba à noite em Santa Apolónia com a partida dos comboios para a província.

Entretanto, durante o dia, em Sete Rios, Entrecampos, Cais do Sodré, Amadora, prolonga-se a acção política dos postos fixos de propaganda dos partidos, sem colidir com os pequenos interesses dos vendedores de braceletes e nomes escritos em arame ruivo, e dos que oferecem camisolas amontoadas «ad hoc», a preços que desafiam todas as certezas do aumento do custo de vida.

Se não ouvimos as palavras de ordem, vemos os cartazes. O espaço das paredes provoca-nos durante todo o tempo. A todos: aos que já escolheram e que ainda não escolheram.

Também o taxista, um velho de 70 anos está atento ao que se passa. «Um dia destes entraram no carro dois clientes que eram amigos. Começaram a discutir. Tinham partidos diferentes. Iam jogando à porrada. Tive que parar para os mandar sair.»

O velho taxista já conheceu muitos governos, mas é a primeira vez que vai votar. «Vou votar porque não quero ser cobarde».

A afirmação é de um velho taxista que não permite que clientes de partidos diferentes se insultem no seu carro.

CAIS DO SODRÉ O P.S. EM PLÁSTICO

Quando chegamos à estação o engraxador almoçava uma lata de sardinhas de conserva e o ardina comia um bolo. «Nenhuns problemas com a concorrência», afirmava este referindo-se ao jovem que, depois do emprego, vendia o «Avante», frente à porta. Pouco movimento de pessoas, tímido o pregão, venda fraca, novato no posto. Mais adiante, junto ao pregão, havia uma brigada do P.C. de empregados da Caixa Geral de Depósitos. A venda não estava a correr mal. Em três horas, das 9 às 13, tinham vendido 125 jornais. De boina vermelha e estrela dourada interpelavam as pessoas, passageiros de um sábado que prometia descanso.

Fracamente concorridas, as vendedeiras de fruta, revezavam-se em considerar que ali não havia grandes problemas com a propaganda dos partidos. Havia apenas muito barulho. «O P.S. dá sacos de plástico e vende emblemas.»

Jornais?

«Não vendem jornais. Montam uma mesinha de propaganda na estação mas não vendem jornais. Trazem uma grande bandeira e falam às pessoas com altifalantes (as vendedeiras referiam-se aos megafones), oferecem aqueles papelinhos que se põem nos casacos e que dizem «Vota no P.S.». Comunga da mesma opinião, uma velha metida entre jornais da manhã, revistas de crochet, mundanas, de informação mais ou menos política e «play-boys». Acha que as pessoas já se habituaram «às bandeiras, à propaganda dos partidos. Fazem é muito barulho».

O empregado do Mister Minit enquanto lima um tacão e se apura a cravar um protector numas solas, «tem a impressão que aquilo agora já está mais calmo». E à laia de quem explica, adianta: «O M.R.P.P. há uns dias que não aparece».

Mais à frente, junto ao placard do horário dos comboios, a rapariga diz ao rapaz: «Vamos arrumar isto que está na hora do almoço». Isto significa o «Proletário Vermelho», livros de Mao, edições sobre a China e cartazes a favor do voto em branco e da abstenção (vende-se a 10 tostões, custou-lhes quatro na na distribuidora Outubro, com a qual nada têm que ver, como sublinharam).

Vieram de S. João do Estoril e estão ali há duas horas. São estudantes, são antiburgueses, não têm partido, nem posto fixo (conhecem aquela linha nas suas variantes) e a venda foi fraca.

«A nossa intenção é ajudar à formação política das pessoas, não impingindo um partido».

Continua na pág. 7

partido que unifique e dirija a sua luta.

Neste momento, torna-se tarefa de todos os revolucionários contribuírem não só para impulsionar a organização progressiva da classe.

O M. E. S., como organização de vanguarda, como movimento comunista que contribuirá para a construção desse partido, com vista à emancipação dos trabalhadores, e à Revolução Socialista, coloca neste momento como tarefas centrais as seguintes:

a) Intervir a todos os níveis na defesa dos interesses imediatos de todos os explorados e oprimidos.

b) Exprimir em cada momento, em termos de síntese política, os avanços das movimentações concretas dos trabalhadores, fazer emergir os conteúdos anticapitalistas mais avançados da luta de massas.

c) Contribuir de modo decisivo para a coordenação e unificação das várias lutas parcelares e localizadas de forma a transformar o movimento de massas, num movimento de massas anticapitalista, ou seja, num movimento que ultrapasse o estado desarticulado e vença a perspectiva reformista, constituindo-se em alternativa ao sistema capitalista.

d) Avançar na luta de massas o objectivo estratégico da luta emancipadora do proletariado: a tomada do poder através da revolução socialista e a construção do comunismo na sociedade socialista.

e) Propagandear que, na fase actual da luta de classes, é absolutamente necessário que, na luta pela defesa dos seus interesses imediatos e em todas as lutas parcelares, as classes trabalhadoras definam os objectivos tácticos à luz da luta política global pelo comunismo, pois só assim se avançará para a Revolução Socialista.

f) Definir neste momento os objectivos políticos fundamentais e prioritários da luta de massas, os quais não poderão deixar de coincidir com os interesses mais vitais e imediatos dos trabalhadores e de representarem, ao mesmo tempo, pontos a que a burguesia não tem possibilidade de dar solução; como tal, estes objectivos hão-de representar o nó de ligação entre o objectivo final da luta dos trabalhadores e o conjunto dos objectivos tácticos necessários à luta concreta.

AVANÇAR COM AUDÁCIA NA LUTA DE MASSAS

Num período de recessão da economia capitalista a nível mundial e de crise acentuada da economia capitalista portuguesa, uma mera luta de resistência por parte dos trabalhadores levará a que sejam estes a suportar os custos dessa crise, permitindo à burguesia (sobretudo ao capital financeiro) sair sem sacrifícios fundamentais das dificuldades que enfrenta.

Num período como este, impõe-se que se desenvolva uma **luta ofensiva**, que só ela permitirá o aproveitamento por parte dos trabalhadores da crise que o seu inimigo atravessa. Trata-se, não é demais repeti-lo, de fazer pagar a crise ao capital, e para isso é preciso não perder tempo, tomar decididamente a iniciativa e não poupar energias. Esta fase ofensiva de luta tem de ser suportada por um programa político global apoiado organizativamente.

A resposta aos problemas mais sentidos pelos explorados e oprimidos, e que são gerados pela crise económica — desemprego e agravamento das condições gerais da vida — não pode ser meramente economicista, e estão reunidas neste momento em Portugal as condições para que esta resposta possa afirmar-se como uma alternativa global ao sistema de exploração capitalista.

Estas condições existem porque, por um lado, a natureza daqueles problemas permite aglutinar à volta da classe operária quase todos os assalariados da cidade e do campo, e, por outro lado, dada a irracionalidade e incapacidade do sistema para os resolver, permitem lançar à volta deles uma luta ofensiva que possibilite avanços efectivos e irreversíveis no sentido do socialismo.

Esta luta ofensiva tem de se propor alguns objectivos políticos fundamentais:

a) Partindo da demonstração do absurdo da existência de dezenas (em breve centenas) de milhar de desempregados, ao mesmo tempo que o nível de satisfação das necessidades fundamentais é extremamente baixo; impor a satisfação dessas necessidades numa perspectiva colectiva e organizando essa satisfação em termos de pôr termo ao desemprego e retirar do controlo directo da burguesia a maior massa possível da força de trabalho;

b) Partindo da elevação do custo de vida e do agravamento constante das condições gerais de vida (alimentação, habitação, tansportes, saúde e tempos livres) e da imposição de respostas baseadas em critérios colectivos da satisfação de necessidades, e apoiando-se nas reivindicações de igualitarismo profundamente radicadas nas massas, para a **imposição de alterações estruturais importantes que limitem a margem de manobra da burguesia, e obriguem esta a pagar a sua própria crise**, como seja, a nacionalização do solo urbano e da construção civil, a nacionalização da banca, o controlo do comércio externo e do comércio interno de produtos essenciais;

c) Partindo do controlo pelos órgãos do movimento de massas dos processos de luta atrás definidos e levando a luta pela democracia e pelo saneamento até às suas últimas consequências, tornar claro às massas populares o inevitável carácter antidemocrático e antipopular da democracia burguesa.

Tudo isto só será possível **lançando as bases de um contra-poder popular baseado na democracia directa exercida por órgãos populares do movimento de massas a todos os níveis no sentido do socialismo e impedir que sejam os trabalhadores a custear, com a exploração e opressão redobradas, a recon-**

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do **Regulamento de licenças para instalações eléctricas**, aprovado pelo **Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37,** e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila da Feira em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/55152, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Canedo, concelho de Vila da Feira, de uma linha aérea, a 15 kV, para o Posto de Transformação de «Manuel de Sousa Pinho», com 560 m de comprimento, derivada do apoio n.º 7 da linha «Inha-Crestuma».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila da Feira em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/48256, arquivo 4, para o estabelecimento nas freguesias de Ílhavo e Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, de uma linha aérea a 15 kV, com 7996 metros do poste n.º 26 da linha para o posto de transformação de Ílhavo da Câmara Municipal de Ílhavo ao posto de transformação da Barra de Aveiro, da Câmara Municipal de Ílhavo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 4 de Abril de 1975.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

OS PARTIDOS UM A UM

MES ficha

COMISSÃO NACIONAL POLÍTICA

Afonso de Barros, Augusto Mateus, Celso Cruzeiro, Edilberto Moço, Fernando Ribeiro Mendes, Francisco Farnica, Jerónimo Franco, José Dias, Nuno Teotónio Pereira, Paulo Bárcia (Didas), Rogério de Jesus, Vítor Wengorovius. Suplentes — António Machado, Carlos Pratas, Luís Martins, Marcolino Abrantes e Vítor Silva.

SEDES POR DISTRITO

U Angra do Heroísmo — R Conselheiro Jacinto Cândido, 7.

Aveiro — Av. Araújo e Silva 22.

Beja — R. dos Infantes, 14.

Braga — Av. da Liberdade, 362, 2.º.

Castelo Branco — R. João de Deus, 54/58.

Coimbra — R. Ferreira Borges, 125, 3.º.

Faro — R. Castilho, 9.

Guarda — R. Augusta Gil, 1 - 1.º

Leiria — R. Tenente Valadim, 66 R/C.

Lisboa, Av. D. Carlos I, 130.

Ponta Delgada — R. Tavares Resende, 100.

Portalegre — R. da Oliveira, 61.

Porto — R. Gonçalo Cristóvão, R. 31 de Janeiro, 150-2.º.

Santarém — R. Pedro de Santarém, 36.

Setúbal — R. José Adelino, 13.

Viana do Castelo — R. de Altamira, 65/67.

Viseu — Trav. Cândido dos Reis, 37.

OUTRAS SEDES

Águeda, Almada, Barcelos, Caldas da Rainha, Cascais, Castro Verde, Chaves, Covilhã, Cuba, Espinho, Estarreja, Estremoz, Guimarães, Lamego, Oliveira de Azeméis, Ovar, Peniche, Vila de Punhe, S. João da Madeira, S. Pedro do Sul, Seia, Serpa, Sintra, Ponte de Lima, Vila Nova de Gaia.

Distrito em que concorre às eleições: Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada.

Número total de candidatos: 209

Orgão oficial: «Esquerda Socialista», semanário. Durante a campanha eleitoral publica o bissemanário «Poder Popular».

BREVE HISTÓRIA DE UM PARTIDO

. .Podemos encontrar as raízes do M. E. S. a partir de 1970, na coordenação da acção de diversos militantes em fábricas e outros locais de trabalho, assim como na luta sindical, contra a guerra colonial ou durante os períodos eleitorais sob o regime fascista. Radica-se igualmente nos movimentos de cristãos revolucionários, nas lutas estudantis e na acção política junto da emigração.

A sua intervenção política definiu-se sempre como anticapitalista e anti-reformista, tendo como principal campo de actuação os sindicatos, e locais de trabalho, através dos Comités Operários de Base. Em 1972, na clandestinidade, consolidou a sua intervenção em três sectores: operário, anticolonial e estudantil. Com estruturas próprias, estes três sectores eram coordenados por uma Comissão geral.

Nas eleições de 1973, os grupos que constituiam o M. E. S. começaram por intervir em conjunto com outros sectores da chamada Esquerda Revolucionária. Verificaram-se no entanto divergências, tendo abandonado a C. D. E. em Julho, embora sem cortar totalmente com aquela organização.

Depois do 25 de Abril, apresentou-se como um movimento aberto, com uma determinada definição mas não se pretendendo um partido. Assim, «não se desenha como estrutura que represente ou enquadre os trabalhadores portugueses (...) Afirma-se no entanto como organização disposta a lutar com toda a energia pelas condições que tornem possível a formação, pelos trabalhadores, de um partido do proletariado, que possa conduzir acções de massa no sentido de fazer avançar as classes trabalhadoras na luta pelo socialismo, e que as eduquem na prática política quotidiana.»

. O M. E. S. considera ainda que, «se a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores, o socialismo em Portugal há-de ser obra dos trabalhadores portugueses ou não será socialismo.»

. Encontramos o M. E. S. implantado ou ligado a acções de base de certos sectores ditos de «ponta» da indústria ou dos serviços. Nessas actuações a intervenção das bases é preponderante o que faz com que, embora o M. E. S. esteja disposto a actuar com outros partidos ou movimentos da esquerda, participe por vezes em acções que eles não apoiam ou que condenam mesmo.

Em Dezembro de 1974, a 21 e 22, realizou-se em Lisboa o 1.º Congresso do M. E. S., no qual culminava um longo período de debate interno. Afastaram-se então do Movimento algumas das suas personalidades mais conhecidas, ao mesmo tempo que eram aprovadas as suas novas Bases Programáticas.

MES programa

A ACTUAL FASE DA LUTA POLÍTICA

A actual fase da luta do proletariado caracteriza-se fundamentalmente pela actualidade da luta pelo socialismo.

Afirmar que a luta pelo socialismo está na ordem do dia significa afirmar que a crise política que atravessa a sociedade portuguesa será resolvida por profundos desequilíbrios na actual relação de forças entre as duas classes fundamentais (a burguesia e o proletariado).

Significa, igualmente, dizer que, na actual situação, a luta pela defesa intransigente dos interesses imediatos das massas trabalhadoras passa pela construção duma alternativa ao sistema de produção capitalista, que se encontra em graves dificuldades.

Mas, para que a burguesia não recupere a crise a seu favor e esmague os anseios populares, é fundamental que a luta dos trabalhadores contribua para o aprofundamento decisivo da crise política em curso, preparando as condições para que a superação da crise se faça a seu favor pela Revolução Socialista.

Para que esta alternativa seja viável, torna-se necessário criar um poderoso movimento de massas anticapitalistas que obtenha conquistas decisivas no terreno da luta política; torna-se necessário que a classe operária marche decididamente na frente desse movimento, chamando a si as forças hesitantes, mostrando-lhe na prática que só combatendo frontalmente a desorganização capitalista, em todos os campos, se poderá criar uma verdadeira alternativa à sociedade burguesa.

AS TAREFAS DO M. E. S.

Para que a classe operária possa desempenhar esta tarefa, necessita duma forte organização constituída pelos seus elementos de vanguarda, isto é, um

de chegada

Continuação da pág. 6

SANTA APOLÓNIA: O M.R.P.P. ÀS SEXTAS

Às sextas-feiras, na gare de Santa Apolónia, depois das 22 horas, surgem os simpatizantes do M.R.P.P., trazem bandeiras, megafones, jornais e palavras de ordem. «Duplicámos a venda do «Luta Popular» desde que fomos suspensos», declara-nos um portador do megafone num pequeno intervalo entre dois fogos.

. .As noites de sexta são concorridas em Santa Apolónia. São os soldados em fim-de-semana e as linhas da Beira Alta e de Campanhã com um intenso movimento.

. .Comboios de longo percurso exigem uma leitura de jornais diferente. O P. C. e o P. S. têm bancas permanentes no acesso ao cais. Quando chegamos às bilheteiras, elementos das brigadas do P. S. e do P. C. confraternizam. Garotos (é sábado, não houve escola) oferecem um discurso de Cunhal. O P. S., à semelhança do que acontece no Cais do Sodré, não vende jornais. «Para não fazermos concorrência aos quiosques e às bancas», diz-nos um dos elementos da secção do Limoeiro que dá dois dedos de conversa com uma «PC», nova e de boina vermelha, que abraça «Avante's». Uma vez por semana, aparece também o M. D. P./C. D. E. Nas sextas-feiras o P. C. reforça as brigadas. São os comboios mais concorridos e ainda a possibilidade de haver conflitos. A U. E. C. aparece todos os dias.

OUTROS PARTIDOS OUTROS POSTOS

. .O P. P. D. consegue chegar a Cascais. De resto, não se vêem postos em mais nenhuma estação. O C. D. S. não se enxerga. A U. D. P., por vezes, das 16 às 20, monta banca no Camões. Dos restantes partidos, a nível de postos de propaganda, não há notícia.

. .No Rossio, a partir das 18, intensificam-se os comícios do improviso. Por vezes, o chefe da estação é obrigado a intervir. Em Entrecampos, o vendedor de camisolas de crianças discute com um pregoeiro político que se reivindica na vanguarda da luta do proletariado.

. .Os passageiros já vão parando com menos frequência.

ABC eleitoral

GREVE: A greve é a cessassão voluntária e colectiva do trabalho praticamente por assalariados, a fim de obter vantagens. O termo vem de uma expressão das corporações parisienses greve» era esperar na Praça de Greve que fosse dado trabalho fosse dado trabalho aos desempregados.

SEIS CRITERIOS DE DIFERENCIAÇÃO: As greves podem ser consideradas segundo seis pontos de vista: Primeiro observa-se se elas provêm de uma palavra de ordem sindical ou se foram decididas e geridas sem intervenção sindical, e por vezes até contra ela. No primeiro caso trata-se de uma greve organizada; no segundo, de uma greve selvagem.

A greve pode ser anunciada a fim de respeitar um pré-aviso, ou, pelo contrário, desencadeá-la bruscamente. A primeira é legal; a outra uma greve-surpresa.

As greves podem ter diferentes graus ou amplitudes várias. A sua graduação vai da greve de zelo à cessassão completa de todo o trabalho, passando pela greve mista. A paragem do trabalho diz respeito a uma oficina, a uma empresa, a uma região, a um ramo industrial, mesmo ao conjunto dos sectores industriais. Há a greve rolha ou trombose, só praticada num sector-chave mas que bloqueia toda uma cadeia ou todo um circuito de produção.

A greve pode ter um objectivo oficialmente económico. Em certos casos ela tem objectivo oficialmente político. As greves, no sector público, são difíceis, não só porque se trata as mais das vezes de serviços públicos cuja a boa marcha é indispensável, mas porque o conflito diz directamente respeito aos poderes públicos. A reivindicação económica arrisca-se sempre a não ter resposta, a pretexto que pode ser política. A natureza lúdica da greve é um tema actualmente em moda. Esse caracter lúdico não deve, porém, fazer esquecer a sua dimensão de angústia. O seu horizonte real continua a ser de luta. O motor, o combate por melhores condições de vida, económica ou política, a greve é reivindicativa. Pacífica, quer combater a violência. Juntamente com a cessassão de trabalho, há outras formas de protesto: a greve de fome, até a greve da vida (bonzos que se suicidam).

Nos países socialistas a palavra greve foi suprimida do vocabulário oficial. A ideologia política justifica isso. Praticamente conhecem-se as «paragens de trabalho». Estas, após terem sido reprimidas, são cada vez mais reconhecidas como uma manifestação normal das contradições não antagónicas, que contêm em si toda a sociedade que constroi o socialismo.

. **GREVE SELVAGEM:** Greve que se desenvolve contra a vontade das organizações sindicais. Este fenómeno, frequente na Grã-Bretanha, é mais raro nos países de pluralismo sindical, como a França ou a Itália. Nestes últimos países os movimentos reivindicativos podem estalar sob a simples iniciativa da base, mas há sempre uma organização sindical para fazer as reivindicações espontaneamente expressa por essa base.

HIERARQUIA: Organização de um conjunto numa série em que cada termo é superior ao termo seguinte. Os elementos assim colocados podem ser os militares, as classes sociais, os assalariados ou os membros de um sindicato.

A palavra hierarquia pode designar não a totalidade da série mas a sua parte mais elevada. A hierarquia católica significa seja os vários graus do sacerdócio seja o corpo episcopal. Do mesmo modo, num partido político, a hierarquia indica ou os diferentes níveis da organização ou a equipa do momento.

IMUNIDADE PARLAMENTAR: As imunidades parlamentares destinam-se a preservar a independência e a liberdade de expressão dos eleitos e a protegê-los dos entraves que podiam ser postos à sua participação nos trabalhos do Parlamento. Estas imunidades são de duas espécies:

. a irresponsabilidade: Nenhum membro do Parlamento pode ser perseguido, procurado, preso, detido ou julgado em consequência de opiniões ou votos por ele emitidos no exercício das suas funções.

a inviolabilidade: Nenhum membro do Parlamento pode, durante as sessões, ser perseguido ou preso por matéria criminal ou correccional, a não ser com autorização da assembleia de que faz parte, e salvo em caso de flagrante delito. Isto acontece em quase todos os países. Fora das sessões, os parlamentares não são invioláveis, mas, para serem presos é necessário a autorização do secretariado da assembleia.

REFORMA AGRÁRIA:

PENSAR JÁ É LAVRAR

Manuel Vilaverde Cabral, 34 anos, sem filiação partidária, exilado em França durante 11 anos, actualmente professor de História Económica e Social Portuguesa no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Autor de **Materiais para a História da questão agrária em Portugal nos séculos XIX e XX (INOVA).**

Armando Antunes de Castro, diplomado pela **EPHE, 6.ª** Secção (Ciences Économiques et Sociales). Assistente no **ISCSP.** Prepara a sua tese de doutoramento que versará sobre a política agrária fascista em Portugal.

«DL» — Em termos muito simples, isto é, tentando evitar o uso de uma terminologia técnica desconhecida pela maioria das pessoas, poderão vocês dizer-nos em que consiste o chamado problema agrário em Portugal? Reparem que se fala muito no problema agrário, que não há quem se não refira a ele, sobretudo agora, que estamos em vésperas de eleições mas que, apesar de tudo isso, poucos saberão exactamente em que consiste este problema...

Villaverde Cabral — De uma forma mais ou menos clara, aquilo que se tem designado por **problema agrário português**, corresponde a um problema de que qualquer pessoa se pode dar conta quando vai ao mercado, problema esse que, por sua vez, esconde um outro. O primeiro — que qualquer de nós sente na vida quotidiana — é a crescente dificuldade da agricultura portuguesa em fornecer em quantidades suficientes e a preços compatíveis com os níveis salariais da população urbana, os produtos alimentares que, melhor ou pior, tinha vindo a fornecer até à crise dos últimos anos. O que este facto esconde — lembre-se de que eu disse que um problema escondia outro — é o da crescente dificuldade do sector rural em proporcionar às populações camponesas e, em particular, ao campesinato pobre não assalariado, condições de vida decentes — e o termo de comparação é a emigração — e, simultaneamente, manter preços ao consumo que não estoirem com os limites salariais da indústria e dos serviços.

Armando A. de Castro — Nas grandes linhas, a resposta do Villaverde Cabral parece-me certa, mas na condição de nos situarmos unicamente a um determinado nível de análise e de não tentarmos procurar a nível estrutural — histórico e não apenas conjuntural — a resposta à questão de saber em que consiste o problema agrário. Não se começou hoje a falar do problema agrário nem a questão agrária nasceu agora. Desde sempre se tem tentado dar uma resposta **de ocasião** que resolva os problemas de cada momento mas que não ataca as condições do problema propriamente dito. A questão agrária, com efeito, não está isolada da problemática política, económica e social portuguesa. Penso, por outro lado, que é necessária uma prospecção histórica que situe a problemática agrária, tal como a sociedade portuguesa, em relação ao lugar que lhe é atribuído no mercado mundial e em relação às forças imperialistas hegemónicas, ao nível mundial.

Villaverde Cabral — Acrescento que se as últimas considerações do Armando Castro me parecem perfeitamente justas, onde vejo uma possível discordância é quanto ao carácter mais ou menos importante daquilo a que ele chamou **crise conjuntural**. Se a história, neste caso, pode ensinar alguma coisa, é que nenhuma medida radical, quer no domínio agrário quer noutro, foi tomada fora do contexto conjuntural perante a necessidade de se responder rapidamente a uma urgência.

Ao serem tomadas essas medidas, e pese ao carácter limitado de muitas delas, nunca elas deixaram de condicionar a evolução futura da questão. Por outras palavras: na história um **problema** nunca é definitivamente resolvido, como tão pouco se repõe alguma vez da mesma maneira.

Exemplificando: se chegassemos à conclusão — provável — de que a agricultura portuguesa é incapaz de remunerar a renda, o lucro, o trabalho, como os economistas burgueses entendem que ela deve fazer, poderá um Governo revolucionário optar por suprimir a renda, impondo a distribuição ou a exploração, por conta da colectividade, de todas as terras que não são exploradas por conta própria. Uma medida desta natureza, embora não viesse alterar nem as relações de classe no campo, nem a subordinação do campo à cidade — objectivos da revolução comunista — não deixaria, por isso, de vir a modificar no futuro o modo como a questão agrária se viria a pôr em cada crise que viesse a ter lugar.

Armando A. Castro — Quero acrescentar alguns pontos. **A primeira intervenção do Villaverde Cabral pareceu-me negligenciar o seguinte: há diferentes modos de solucionar, nesta etapa, as contradições que se põem no sector agrário. O capitalismo pode responder situando-se na perspectiva do Villaverde Cabral e parece-me, por isso, necessário que a resposta se situe** — isto, a querermos uma solução situada na via que leva ao socialismo — num campo em que se ponha a questão das relações sociais de produção dentro do sector, dentro do sector agrário com o sector industrial e com o conjunto da sociedade portuguesa com o mercado mundial. Tudo isto tem de partir do diagnóstico do nosso processo histórico e da análise política e económica de vários dados a nível mundial. Entendo, por outro lado, que a ocupação de terras e, mesmo, a eventual supressão das rendas, nos não permitiria afirmar estarmos a caminhar numa via de construção do socialismo.

A um nível imediato, sem a ponderação de outros elementos exteriores que fundamentam a única possibilidade de construção do socialismo — à independência nacional — é de crer que a distribuição de terras marginais, como tem sido feita em Portugal, por si só, visaria criar uma renda diferencial a favor das explorações capitalistas existentes, extinção das rendas, por outro lado, como aliás, a nacionalização do solo, nunca impediriam a existência de uma renda diferencial. Lenine, a propósito das vias de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, sublinhou, além da via da grande empresa agrícola, a via camponesa no interior da qual, por um processo de decomposição do campesinato, se desenvolveria o modo de produção capitalista.

Hoje, em Portugal, nenhuma resposta conjuntural pode ser apontada sem se precisar claramente que interesses de classe serve, a curto, médio e longo prazo e como.

«DL» — Como é que, em vosso entender e considerando tudo o que disseram, poderá o poder político enfrentar o problema agrário?

Villaverde Cabral — Tenho um certo receio de que a abertura exigida pelo Armando Castro para a resolução do problema nos faça perder de vista o nosso objectivo... Historicamente, nenhuma reforma agrária de que eu tenha conhecimento — exceptuando-se, talvez a da China, que não conheço — representou mais do que um salto em frente na subordinação da esfera agrária às outras esferas de produção. Umas vezes, isso não impediu uma melhoria das condições de vida imediatas das populações camponesas, noutros casos, nem isso. Todas elas exigiram o êxodo rural e, por consequência, não só uma progressiva subordinação do campo à cidade, como uma submissão total das populações expulsas dos campos à ditadura do trabalho de fábrica. Tanto quanto sei, isto é o que se tem passado até hoje. Cada um destes **progressos** acaba por se diluir na continuidade do processo histórico. Resta saber se não seria de encarar, em 1975, prespectivas diferentes. Quais? Confesso não estar a ver, imediatamente quais elas possam ser e sou obrigado a voltar a pôr à consideração a contradição que, inicialmente, comecei por assinalar: a necessidade de simultaneamente se proporcionar ao campesinato, ao produtor agrícola directo, condições de vida **decentes** e aos trabalhadores urbanos bens alimentares a preços e qualidade compatíveis.

Nas actuais condições de crise conjuntural que o País atravessa, para mais condicionada pela crise do capitalismo mundial, não me parece que o problema esteja longe do problema da quadratura do círculo...

Armando Castro — As condições de uma reforma agrária que se integre num processo de socialismo em Portugal, deverão passar, necessariamente, pela transformação das relações sociais de produção no campo, nomeadamente, pela colectivização das grandes empresas capitalistas e pela criação de formas de cooperação entre os produtores directos não assalariados. Estas formas devem ser progressivamente desenvolvidas, mas não paternalisticamente. **A** subordinação da esfera agrária à esfera industrial, num contexto em que os grandes meios de produção não se encontrem nacionalizados ou colectivizados, levará necessariamente à continuação da exploração do campo pela cidade.

Mesmo no caso em que tais meios se encontrem já nacionalizados, ou colectivizados, a subordinação poder-se-á manter se as classes trabalhadoras não detiverem, efectivamente, os mecanismos das decisões políticas e económicas.

Ultrapassando, contudo, este problema, há que admitir que um projecto de reforma agrária desta natureza só pode ser levado a cabo com um corte mais ou menos profundo com o mercado mundial capitalista a que se não siga a atrelagem a outro bloco económico.

Concretamente: o aparelho produtivo, no campo — em Portugal, como em todo o mundo —, não é por vir a estar controlado pelos trabalhadores, que perde a sua dependência em relação ao imperialismo. Isto pode trazer, a breve trecho, independentemente dos desejos do poder político, um recuo político, económico e social de que se ressentirão, fundamentalmente, as classes trabalhadoras. Uma reestruturação do aparelho produtivo, se bem que doloroso por exigir alguns sacrifícios para o povo português, é a única via de construção do socialismo. Se, porém, os economistas, concebem o desenvolvimento económico como um desenvolvimento fundamentalmente tecnológico, então nesse caso, os interesses das classes trabalhadoras serão subordinados ao **progresso económico-social**, isto é, à exploração e expropriação das classes trabalhadoras em função do interesse de uma pretensa racionalidade socialista.

Villaverde Cabral — A única coisa que posso acrescentar, é o seguinte: dadas as condições muito concretas do que é Portugal hoje, — falo daquilo que é e não do que deveria ser — penso que um problema como o da dependência, isto é, o do modo da sua inserção no mercado mundial, poucas hipóteses tem de ser fundamentalmente alteradas fora de uma revolução de dimensões mais amplas que as suas.

Se a única maneira que se concebe para tentar pôr termo a essa dependência é fecharmo-nos autarquicamente num Portugal que não vejo como se bastaria a si próprio, isso envolveria sacrifícios sem qualquer relação com os objectivos propostos. Por outras palavras: num país como Portugal e numa época como a nossa, não concebo nem uma revolução puramente nacional, nem uma solução autárquica para o País. Exemplificando: se a autosuficiência em pão implicar, como julgo que implicará, simultaneamente, pão mau e caro e baixos salários agrícolas, não vejo em que progredimos relativamente à campanha do trigo salazarista. Poderá dizer-se que os lucros provenientes dessa produção reverterão a favor de, por exemplo, uma industrialização, mas então não vejo em que é que se progrediu relativamente à subordinação do campo à cidade nem em relação às condições de vida do tão invocado povo português. Para concluir: parece-me óbvio que se deve fazer reverter em favor das classes trabalhadoras tudo o que era embolsado pela parasitagem latifundiária. Deve ser feito e não é muito difícil. Resta o problema — e esse é que é difícil — da cooperação entre os pequenos produtores mais ou menos independentes das chamadas regiões de pequena propriedade. Enquanto o movimento de cooperação não partir dos interessados e enquanto, a nível local e regional, as comunidades rurais não dispuserem de um real poder de decisão, continuarei a recear que a nossa reforma agrária se pareça com as que anteriormente critiquei.